



UNIVERSIDADE ESTADUAL DO CEARÁ
CENTRO DE ESTUDOS SOCIAIS APLICADOS
MESTRADO ACADÊMICO EM SOCIOLOGIA

JANAINA OLIVEIRA DA SILVA

A REPRESENTATIVIDADE POLÍTICA DAS MULHERES NO GOVERNO TEMER
E OS IMPACTOS CONJUNTURAIS NA DEFINIÇÃO DAS POLÍTICAS PÚBLICAS
PARA AS MULHERES NO BRASIL

FORTALEZA – CEARÁ

2019

JANAINA OLIVEIRA DA SILVA

A REPRESENTATIVIDADE POLÍTICA DAS MULHERES NO GOVERNO TEMER E OS
IMPACTOS CONJUNTURAIS NA DEFINIÇÃO DAS POLÍTICAS PÚBLICAS PARA AS
MULHERES NO BRASIL

Dissertação apresentada ao Curso de Mestrado Acadêmico em Sociologia do Centro de Estudos Sociais Aplicados da Universidade Estadual do Ceará, como requisito parcial à obtenção do título de mestre em Sociologia. Área de Concentração: Sociologia.

Orientadora: Prof.^a Dr.^a Maria do Socorro Ferreira Osterne

FORTALEZA – CEARÁ

2019

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação

Universidade Estadual do Ceará

Sistema de Bibliotecas

Silva, Janaina Oliveira da .

A representatividade política das mulheres no governo Temer e seus impactos na definição conjuntural das políticas públicas para as mulheres no Brasil [recurso eletrônico] / Janaina Oliveira da Silva. - 2019.

1 CD-ROM: il.; 4 ¼ pol.

CD-ROM contendo o arquivo no formato PDF do trabalho acadêmico com 106 folhas, acondicionado em caixa de DVD Slim (19 x 14 cm x 7 mm).

Dissertação (mestrado acadêmico) - Universidade Estadual do Ceará, Centro de Estudos Sociais Aplicados, Programa de Pós-Graduação em Sociologia, Fortaleza, 2019.

Área de concentração: Sociologia.

Orientação: Prof.^a Dra. Maria do Socorro Ferreira Osterne.

1. Representatividade Política das Mulheres . 2. Políticas Públicas para as Mulheres. 3. Dilma Rousseff. 4. Michel Temer. I. Título.

JANAINA OLIVEIRA DA SILVA

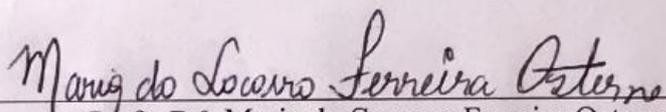
**A representatividade política das mulheres no Governo Temer e seus impactos na
definição conjuntural das políticas públicas para as mulheres no Brasil**

Dissertação apresentada ao Curso de Mestrado do Programa de Pós-Graduação em Sociologia – PPGS/UECE, do Centro de Estudos Sociais Aplicados da Universidade Estadual do Ceará, como requisito parcial para a obtenção do grau de Mestre em Sociologia.

Área de concentração: Sociologia

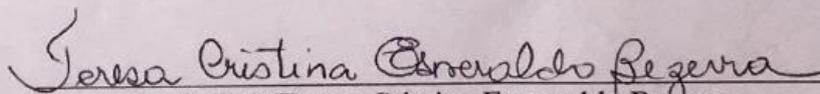
Aprovada em: 28 / 08 / 2019

BANCA EXAMINADORA



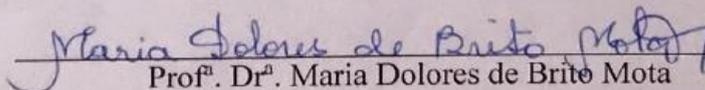
Profª. Drª. Maria do Socorro Ferreira Osterne
(Orientadora)

Universidade Estadual do Ceará – UECE



Profª. Drª. Teresa Cristina Esmeraldo Bezerra

Universidade Estadual do Ceará – UECE



Profª. Drª. Maria Dolores de Brito Mota

Universidade Federal do Ceará – UFC

À memória da minha sogra Norma Maria
Pereira da Silva. A mulher do sorriso mais fácil
que já conheci.

AGRADECIMENTOS

Gratidão ao meu Deus, que mesmo no cansaço, desânimo, momentos de choro, desesperança, problemas familiares e de saúde; esteve ao meu lado e não me desamparou, acalentando meu choro e me dando forças para continuar, mesmo diante de uma jornada dupla de trabalho como dona de casa e pesquisadora.

Gratidão à minha mãe e ao meu pai, Neuda e Francisco, que me deram toda a assistência que podiam durante o curso de mestrado. A proximidade da universidade da casa de meus pais foi significativa para criar um ponto de apoio, descanso e afeto em meio às tribulações nesse processo. Gratidão eterna a cada alimento, abraço, escuta, conversas para desopilar e, sobretudo, o reconhecimento e orgulho das minhas conquistas. Devo cada uma delas a eles. Gratidão à minha irmã Carol pela torcida e por entender minha pouca participação em sua gestação em razão da escrita do trabalho.

Gratidão ao meu esposo e amigo, Ricardo Luiz, por me auxiliar em eventualidades financeiras e torcer pelo meu crescimento profissional. Por ser meu companheiro nas horas fáceis e difíceis, e mesmo com as adversidades que surgiram no meio do processo, estamos firmes e fortes, com o mesmo amor de sempre. Gratidão ao Programa de Pós-Graduação em Sociologia – PPGS da Universidade Estadual do Ceará, incluindo funcionários administrativos, de serviços gerais e professores; pela disponibilidade, trabalho e dedicação.

Gratidão aos amigos e amigas da turma 17 do curso de Mestrado em Sociologia da UECE, em especial aquelas que estiveram ao meu lado compartilhando angústias e constituindo uma rede de apoio de mulheres: Laís Cordeiro, Priscila Amaral e Patrícia Maria.

Gratidão aos meus filhos pets, Amora e Dante, que durante toda a escrita do trabalho me fizeram companhia. Muitas vezes dormiam em cima do meu notebook para estarem mais próximos de mim, mesmo que eu estivesse focada na pesquisa. Só quem tem animais sabe quão grande é o amor que eles têm por nós.

Gratidão a Prof.^a Socorro Osterne, a qual posso designar diversos adjetivos: inspiradora, generosa, sensível, desafiadora e humana. Foi uma bela surpresa a parceria que constituímos durante o mestrado. Obrigada pelo reconhecimento e compartilhamento de saberes tão importantes para a minha formação. Gratidão a Prof.^a Teresa Esmeraldo e a Prof.^a Dolores Mota, por todas as valiosas contribuições na qualificação da pesquisa e agora, na banca de dissertação de mestrado.

Gratidão a Agência Capes pelo financiamento da pesquisa que possibilitou a dedicação exclusiva ao curso e escrita da dissertação.

Dos dezesseis irmãos de Benjamin Franklin, Jane é a que mais se parece com ele em talento e força de vontade. Mas na idade em que Benjamin saiu de casa para abrir seu próprio caminho, Jane casou-se com um seleiro pobre, que a aceitou sem dote e dez meses depois deu à luz seu primeiro filho. Desde então, durante um quarto de século, Jane teve um filho a cada dois anos. Algumas crianças morreram, e cada morte abriu-lhe um talho no peito. As que viveram exigiram comida, abrigo, instrução e consolo. Jane passou noites a fio ninando as que choravam, lavou montanhas de roupa, banhou montões de crianças. Correu do mercado à cozinha, esfregou torres de pratos, ensinou abecedários e ofícios, trabalhou ombro a ombro com o marido na oficina e atendeu os hóspedes cujo aluguel ajudava a encher a panela. Jane foi esposa devota e viúva exemplar, e quando os filhos já estavam crescidos, encarregou-se dos próprios pais doentes, de suas filhas solteironas e de seus netos desamparados. Jane jamais conheceu o prazer de se deixar flutuar em um lago, levada à deriva pelo fio de um papagaio, como costuma fazer Benjamin, apesar da idade. Jane nunca leve tempo de pensar, nem se permitiu duvidar. Benjamin continua sendo um amante fervoroso, mas Jane ignora que o sexo possa produzir outra coisa além de filhos. Benjamin, fundador de uma nação de inventores, é um grande homem de todos os tempos. Jane é uma mulher do seu tempo, igual a quase todas as mulheres de todos os tempos, que cumpriu com seu dever nesta terra e expiou sua parte de culpa na maldição bíblica. Ela fez o possível para não ficar louca e buscou, em vão, um pouco de silêncio. Seu caso não despertará o interesse dos historiadores.

(Eduardo Galeano)

RESUMO

Este estudo dissertativo analisa as configurações da representatividade política das mulheres no governo Michel Temer (2016 – 2018) e seus impactos nas definições conjunturais das políticas públicas para elas no Brasil. A partir de uma abordagem comparativa com o governo de Dilma Rousseff (2011 – 2016), destaco os comportamentos, discursos, medidas governamentais e constituição de equipes de governo em ambas as gestões, com a intenção de definir quais foram as mudanças realizadas pelo governo Temer a respeito das condições de vida e garantia de direitos das mulheres brasileiras. Trata-se de uma pesquisa que adentra a apreciação de acontecimentos históricos em recorte pré-definido, tendo por base estudos sobre *representatividade política das mulheres e políticas públicas para as mulheres*, categorias definidas através do movimento da realidade estudada. Caracteriza-se como um estudo de natureza qualitativa, do tipo bibliográfico e documental, com vistas a embasar a abordagem do método de história comparada (Florindo, 2013), referenciado por discursos presidenciais, identificação e trajetória de mulheres que foram partícipes em ambos os governos e apreciação de notícias veiculadas pela mídia. A partir desse cenário, os resultados apontaram que a representatividade política das mulheres na gestão presidencial de Michel Temer configurou-se como uma dimensão de menor importância se comparada a atenção dada a este mesmo público na gestão de Dilma Rousseff, o que contribuiu, também, para uma menor atenção possibilitada às políticas públicas para as mulheres por meio de rearranjos institucionais, desarticulação de políticas implementadas por governos antecessores e cortes orçamentários. A pouca representatividade política das mulheres na gestão de Michel foi evidenciada na composição exclusivamente por homens nos ministérios do governo, nomeação de mulheres com perfis conservadores e contrários às demandas emancipatórias de gênero dos movimentos feministas e de mulheres, exoneração de mulheres que não se sujeitaram aos ideais discriminatórios de gênero presentes na governabilidade instaurada, além da reprodução de discursos machistas e conservadores do ex-presidente em eventos oficiais. Sobre as políticas públicas, foi percebido que o nível de representatividade política feminina pode influenciar diretamente na configuração das políticas públicas para esse público. Acomoda-se a isso o rearranjo institucional da Secretaria de Política para as Mulheres, que possuía *status* ministerial no governo Dilma, mas que com a transição passou a ser subordinada ao Ministério da Justiça; a secundarização das políticas preventivas e educativas de gênero; o enfraquecimento dos programas e projetos implementados pelo governo Dilma e a promoção de reformas trabalhistas e previdenciárias que afetam diretamente a condição de vida das mulheres. Nesse sentido, a

partir do estudo dos governos citados, foi possível identificar que o movimento de transição da gestão de Dilma para a de Temer representou o início de um desmonte intencional das políticas públicas para as mulheres brasileiras, planejado por grupos políticos e econômicos com o propósito de barrar as diversas políticas sociais que haviam sido desenvolvidas e implementadas durante os 13 anos de governo popular no país sob o comando de Lula e Dilma, além da intenção de enfraquecer a figura política da ex-presidenta em virtude dos sentidos emancipatórios de gênero que são expressos na sua eleição legítima e democrática por dois mandatos enquanto primeira mulher presidenta do Brasil.

Palavras-chave: Representatividade Política das Mulheres. Políticas Públicas para as Mulheres. Dilma Rousseff. Michel Temer.

ABSTRACT

This dissertative study analyzes the configurations of women's political representation in the Michel Temer government (2016 - 2018) and their impacts on the conjunctural definitions of public policies for them in Brazil. From a comparative approach with the government of Dilma Rousseff (2011 - 2016), I highlight the behaviors, discourses, governmental measures and constitution of government teams in both administrations, with the intention of defining what were the changes made by the Temer government. about the living conditions and guarantee of rights of Brazilian women. It is a research that enters the appreciation of historical events in pre-defined cut, based on studies on women's political representativeness and public policies for women, categories defined through the studied reality movement. It is characterized as a qualitative, bibliographic and documentary study, with the purpose of supporting the approach of the comparative history method (Florindo, 2013), referenced by presidential speeches, identification and trajectory of women who were participants in both governments. and appreciation of news conveyed by the media. From this scenario, the results indicated that the political representation of women in Michel Temer's presidential administration was configured as a minor dimension compared to the attention given to this same public in the management of Dilma Rousseff, which also contributed for less attention to public policy for women through institutional rearrangements, disarticulation of policies implemented by predecessor governments, and budget cuts. The lack of political representation of women with the research results and the emanations of gender women from female and female managers, the dismissal of women who are not subjected to the gender discriminators present in governability, and the reproduction of discourses, the macho and conservatives of the former president at official events. Regarding public expectations, it was noticed the level of female political representation can directly influence the configuration of public requests for this public. Institution of ministerial governance of politic for women, that possible ministerial ministerial in government Dilma, but that the transition became subordinate to the Ministry of Justice; the secondaryisation of gender preventive and educational policies; the weakening of programs and projects implemented by the government and the promotion of labor and social security actions that directly affect women's living conditions. In this sense, from the study of the governments, it was possible to identify Dilma's transition movement for a series of studies that represented the beginning of a process of deliberation of public policies for Brazilian women, planned by political groups and the barring of as well as the governments of the governates of the governing non-governorate of the squid and Dilma, such as the politics of former president in historic

causes human emancipatories of human They are expressed in her election as mother and democratic for two terms as first woman president of Brazil.

Keywords: Political Representation of Women. Public Policies for Women. Dilma Rousseff. Michel Temer.

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ADUFG	Sindicato dos Docentes das Universidades Federais de Goiás
AGU	Advogada Geral da União
BNDES	Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social
CEF	Caixa Econômica Federal
CIDH	Comissão Interamericana de Direitos Humanos
CNDM	Conselho Nacional dos Direitos da Mulher
COLINA	Comando de Libertação Nacional
CRMFC	Centro de Referência da Mulher Francisca Clotilde
CSN	Companhia Siderúrgica Nacional
CUT	Central Única dos Trabalhadores
ENEM	Exame Nacional do Ensino Médio
FGV	Fundação Getúlio Vargas
LBA	Legião Brasileira de Assistência
LGBT	Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis, Transexuais ou Transgêneros
MEC	Ministério da Educação
MPL	Movimento Passe Livre
NAVI	Núcleo de Apoio a Pessoas em Situação de Violência Doméstica e Familiar
OBSERVEM	Observatório de Violência Contra a Mulher
OEA	Organização dos Estados Americanos
ONG	Organização Não Governamental
PCdoB	Partido Comunista do Brasil
PMDB	Partido do Movimento Democrático Brasileiro
PP	Partido Progressista
PPGS	Programa de Pós-Graduação em Sociologia
PSD	Partido Social Democrático
PSDB	Partido da Social Democracia Brasileira
PT	Partido dos Trabalhadores
PTB	Partido Trabalhista Brasileiro
PV	Partido Verde
PUC	Pontifícia Universidade Católica
SEPIIR	Secretaria Nacional de Políticas de Promoção da Igualdade Racial

STF	Supremo Tribunal Federal
TCC	Trabalho de Conclusão de Curso
TRT	Tribunal Regional do Trabalho
UCG	Pontifícia Universidade Católica de Goiás
UCSAL	Universidade Católica do Salvador
UECE	Universidade Estadual do Ceará
UFMG	Universidade Federal de Minas Gerais
UFSC	Universidade Federal de Santa Catarina
UFPA	Universidade Federal do Pará
VAR	Vanguarda Armada Revolucionária

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	15
2	ASPECTOS METODOLÓGICOS, TRAJETÓRIAS E CONTEXTOS DA PESQUISA	18
2.1	PRIMEIRAS APROXIMAÇÕES COM O OBJETO DA PESQUISA.....	18
2.2	OBJETIVOS, HIPÓTESES E CATEGORIAS DA INVESTIGAÇÃO.....	20
2.3	DELIMITAÇÃO DO CAMPO DA PESQUISA.....	23
2.3.1	A organização política das mulheres brasileiras na definição conjuntural das políticas públicas	25
2.4	PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS.....	35
3	MULHER E REPRESENTATIVIDADE POLÍTICA: DO GOVERNO DE DILMA AO GOVERNO DE TEMER	42
3.1	A REPRESENTATIVIDADE POLÍTICA DAS MULHERES NO GOVERNO DILMA (2011 – 2016).....	47
3.2	A REPRESENTATIVIDADE POLÍTICA DAS MULHERES NO GOVERNO TEMER (2016 – 2018).....	58
3.3	QUANTAS E QUEM FORAM? AS MULHERES NA POLÍTICA NOS GOVERNOS DE DILMA E TEMER.....	64
4	GOVERNO TEMER E OS IMPACTOS CONJUNTURAIS NA DEFINIÇÃO DAS POLÍTICAS PÚBLICAS PARA AS MULHERES NO BRASIL	79
4.1	A REESTRUTURAÇÃO DAS POLÍTICAS PÚBLICAS PARA AS MULHERES NO GOVERNO TEMER E SEUS DESDOBRAMENTOS.....	83
4.2	DESINTERESSE OU DESMONTE INTENCIONAL?.....	96
5	CONSIDERAÇÕES FINAIS	100
	REFERÊNCIAS	104

1 INTRODUÇÃO

A constituição de um objeto de pesquisa baseia-se a em suas particularidades, referidas a debates e reflexões em meio a disputas e conflitos que permeiam o tema, ou seja, espelha-se no problema a ser analisado. O desenvolvimento dos estudos com recortes de gênero e política pública se deu tardiamente. Daí a razão da recente institucionalização desse campo de estudos. Por conta disto, a produção acadêmica nacional sobre gênero e política pública ainda não se mostra tão robusta, se comparada, por exemplo, aos estudos sobre gênero e movimentos feministas. Porém, há emergência no desenvolvimento desse campo de estudo no Brasil, sobretudo devido a grandes investidas dos governos mais recentes (governos Temer e Bolsonaro) na desarticulação de políticas públicas para as mulheres.

Atualmente, os movimentos feministas e os movimentos de mulheres têm como pauta principal a barreirada de retrocessos nas políticas públicas para esse meio. Isso não era esperado nos governos Lula e Dilma devido ao caráter populista desses governos além da abertura política que se dava para as demandas pautadas por esses movimentos. A indicação era avançar nas políticas públicas e ampliar a igualdade de gênero, o que, no governo Temer, tornou-se ameaçador e, agora, no governo Bolsonaro, coloca-se a cada dia em pé de sucateamento e involução.

No que se refere à representatividade política das mulheres brasileiras, a efetividade das legislações voltadas para sua promoção e, para além disso, a tentativa de romper com os limites que são impostos para elas nos espaços públicos, ainda são constantes desafios a serem enfrentados pelos movimentos feministas e de mulheres.

Segundo dados do Fórum Econômico Mundial, o Brasil ainda apresenta fartos problemas a serem resolvidos com relação a participação de mulheres na política devido a insuficiências das cotas eleitorais, que, por diversas vezes, são fraudadas com a inclusão de mulheres apenas para cumprir a lei e possibilitar acesso aos fundos partidários. Trata-se de candidatas que não apresentam possibilidades de serem eleitas, são as chamadas “candidatas laranjas” (BBC, 2019). Além disso, tem-se o fato de que, dependendo das características do governo no poder, a escolha da equipe presidencial (ministérios, secretarias especiais e chefias de empresas públicas) pode também ser influenciada para limitar o acesso às mulheres nesses espaços.

Nesse contexto, os estudos sob recortes de gênero e política passaram a ser incorporados recentemente no âmbito dos estudos sobre gênero com intensidade, refletindo a

necessidade de pensar criticamente acerca das transformações contemporâneas, da dinâmica da política e seus rebatimentos na condição de vida das mulheres brasileiras. Daí, a relevância acadêmica e social da presente pesquisa, cujo objetivo é compreender como se configura a representatividade política das mulheres no governo Temer e seus efeitos nas políticas públicas a elas direcionadas no Brasil.

Esta investigação poderá possibilitar esclarecimentos acerca das novas configurações políticas pós Era PT, das gestões de Lula e Dilma (especificamente, o que foi assumido politicamente no governo Temer), suas determinações sobre o papel das mulheres em sociedade e como se deu a expressão da representatividade política delas no aparato estatal, mais especificamente no poder executivo.

Além disso, parto do pressuposto de que a configuração da representatividade política das mulheres pode influenciar na definição de políticas públicas para esse grupo, por isso, o objetivo é entender se há relação de causalidade e efeito nesses dois âmbitos. A afirmação foi extraída das hipóteses subsidiárias desta pesquisa, que serão retomadas em tópicos posteriores de forma mais aprofundada. O pressuposto basilar argumenta que: a representatividade política feminina no governo Temer configurou-se como uma dimensão de menor importância política se comparado ao governo Dilma, o que acarretou a desarticulação das políticas públicas para as mulheres.

As abordagens bibliográficas, aliadas ao exame de discursos presidenciais, nomeações de cargos da equipe presidencial e notícias veiculadas na mídia, foram instrumentos de investigação e análise durante todo o percurso da pesquisa.

Embora seja inesgotável, tendo em vista que os retrocessos estão em constante devir no atual governo e diante da conjuntura popular que reproduz, por vezes, o conservadorismo religioso exacerbado, entendo que esta Dissertação foi um passo significativo para meu crescimento e experiência enquanto pesquisadora, com a expectativa de prosseguir nesta área principalmente diante dos retrocessos políticos que vêm ocorrendo na gestão do presidente Jair Bolsonaro.

Ademais, a possibilidade de gerar discussões e debates sobre a importância da representatividade política das mulheres no campo acadêmico e científico condiciona-me a grandes expectativas e anseios no sentido de contribuir para a ampliação da cidadania das mulheres brasileiras.

Esta Dissertação foi dividida em cinco capítulos, sendo a introdução o primeiro, no qual delimito o debate acerca do campo de estudo e das condicionalidades da pesquisa diante

do contexto político brasileiro, além de apresentar minhas expectativas diante da constituição e publicação do trabalho dissertativo.

O segundo capítulo – *Aspectos metodológicos, trajetórias e contextos da pesquisa* – contextualiza o percurso metodológico da pesquisa, apresenta a justificativa, as aproximações e as experiências que direcionaram a escolha dessa temática, além de mostrar o percurso metodológico, os métodos e instrumentos de investigação.

Trata-se de um estudo de natureza qualitativa, agregando pesquisa de tipo bibliográfica e documental, incorporando uma abordagem comparativa entre os governos Dilma e Temer. A intenção foi subsidiar uma análise de conteúdo buscando aferir as mudanças promovidas pela gestão de Temer sobre a representatividade política das mulheres e as configurações das políticas públicas para esse grupo em específico.

Por sua vez, o terceiro capítulo – *Mulher e Representatividade Política: Do Governo de Dilma ao Governo de Temer* – é composto por um levantamento dos acontecimentos de ambos os governos relacionados à representatividade política das mulheres, com a apresentação de notícias veiculadas na mídia, discursos presidenciais, identificação de mulheres que foram integrantes da equipe de cada um dos gestores e abordagem das trajetórias políticas de cada uma delas. A partir disso, surge uma análise comparativa entre as gestões, amparada teoricamente em autores(as) contemporâneos(as) que estudam a temática, entre eles, Pinto (2003, 2018), Rubim e Argolo (2018), Rovai (2016), Oliveira (2018), Schumacher e Ceva (2015) etc.

No quarto capítulo – *Governo Temer e os impactos conjunturais na definição das políticas públicas para as mulheres no Brasil* – o debate situa-se no plano das diversas políticas públicas para as mulheres e no tratamento que foi dado por Temer nas suas configurações. Perpassa pela reestruturação das pastas ministeriais, as nuances em torno das prioridades que foram determinadas nessas políticas e os rebatimentos dessas mudanças na garantia dos direitos das mulheres no país. Assim, neste âmbito, aborda estudiosos das temáticas *política pública* e *políticas públicas para as mulheres*, que serviram para subsidiar as análises, dentre eles Souza (2006), Saravia (2006), Pereira (2001), Pontes e Damasceno (2017), Rangel e Dultra (2019), Miguel (2013) etc.

Por fim, no quinto capítulo encontram-se as considerações finais, que tratam das conclusões transversais às categorias de análise a partir da apreciação das hipóteses que serviram de base a esta pesquisa, além das circunstâncias que foram vivenciadas em torno do processo de constituição deste trabalho.

2 ASPECTOS METODOLÓGICOS, TRAJETÓRIAS E CONTEXTOS DA PESQUISA

“Temos o direito a ser iguais quando a diferença nos inferioriza; temos o direito a ser diferentes quando a igualdade nos descaracteriza.”
(Boaventura de Sousa Santos)

2.1 PRIMEIRAS APROXIMAÇÕES COM O OBJETO DA PESQUISA

A escolha deste objeto de estudo não aconteceu por acaso e não deriva de experiências recentes. As primeiras aproximações surgiram durante o período da minha graduação em Serviço Social pela Universidade Estadual do Ceará (2012 – 2017), em que tive a oportunidade de participar de grupos de estudos e pesquisas de iniciação científica que abordam a temática de violência doméstica e familiar contra a mulher, a saber: Núcleo de Apoio a Pessoas em situação de Violência Doméstica e Familiar (NAVI) e o Observatório da Violência contra a Mulher (Observem).

Minha inserção nas atividades do NAVI restringiu-se ao grupo de estudos que se reunia semanalmente, às atividades de tabulação de dados das pesquisas coordenadas pela Prof.^a Dr.^a Marinina Gruska Benevides e à promoção dos I e II Diálogos sobre a Violência Doméstica e Familiar, ambos realizados na Universidade Estadual do Ceará (UECE). No Observem, participei de grupos de estudos voltados para leituras dos trabalhos de Giorgio Agambem, filósofo italiano e autor de obras que tratam de temas como estética e política, no período de novembro de 2015 a janeiro de 2016. As experiências que tive em ambos os laboratórios me permitiram conhecer a categoria gênero - com base em autoras como Joan Scott, Judith Butler, Socorro Osterne e Adriana Piscitelli -, discutir sobre questões pertinentes às políticas para as mulheres e, a partir disto, buscar um tema que me fosse instigante para realizar minha pesquisa de Trabalho de Conclusão de Curso de Graduação em Serviço Social.

Devido à necessidade de delimitação do objeto de pesquisa durante as disciplinas de Fundamentos de TCC e Pesquisa Aplicada, ofertadas no 6º e 7º semestre da graduação, respectivamente, e à realização de pesquisas em equipamentos da Rede de Enfrentamento à Violência contra a Mulher da cidade de Fortaleza para construção de artigos científicos durante o percurso acadêmico, o tema relacionado à Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher pareceu oportuno para o momento, o qual continha certo sentido avaliativo na área da política pública e, por consequência, permitiu-me refletir e questionar sobre as novas configurações das

políticas para as mulheres em nível municipal, por ocasião de uma pesquisa de campo realizada no Centro de Referência da Mulher Francisca Clotilde (CRMFC).

No trabalho, que tinha como título “Manutenção das relações de conjugalidade em situação de violência doméstica e familiar: um estudo realizado no Centro de Referência e Atendimento à Mulher Francisca Clotilde (CRMFC)”, propus-me a analisar o falar e o escrever das profissionais da instituição para compreender como se expressavam os motivos de manutenção conjugal das mulheres usuárias dos serviços no espaço institucional do CRMFC. Para tanto, realizei observações diretas, entrevistas com três profissionais da Equipe de Acolhimento e análise dos Relatórios Técnicos e Fichas de Evolução de dez casos de mulheres que decidiram pela permanência na conjugalidade com os homens que as agrediram.

De modo geral, ao longo de minha trajetória na graduação, empenhei-me nas atividades que compõem o tripé da universidade (ensino, pesquisa e extensão), o que foi fundamental para a aferição dos referenciais bibliográficos que foram utilizados no TCC, assim como a construção dos instrumentos empregados para coleta de informações na instituição escolhida como local de pesquisa. Leituras incessantes, participação em seminários, grupos de estudos e orientações acadêmicas durante as disciplinas voltadas para pesquisa no curso de Serviço Social foram cruciais para o desenvolvimento do trabalho, na perspectiva de que a formação em Serviço Social deve ser uma constante construção, dotada de conhecimentos teórico-práticos e metodológicos para uma intervenção mais qualificada na realidade social.

Nas considerações finais do TCC, conclui que as profissionais percebem as decisões de permanência conjugal como processos carregados de concepções tradicionais e conservadoras, permeadas pela prevalência da ideia de superioridade do masculino na sociedade, que legitima as relações desiguais e opressoras de gênero. Ademais, as dificuldades institucionais, a morosidade nos processos judiciais e os entraves ao acesso às políticas públicas e sociais corroboram a desesperança das mulheres na modificação da situação de violência.

Nessas experiências e oportunidades de pesquisa, constatei que as relações desiguais de gênero na sociedade brasileira influenciavam diretamente nas decisões políticas que pautavam as políticas públicas para as mulheres no Brasil, inclusive no que diz respeito à representatividade das mulheres na política (RANGEL, 2018), o que me instigou a dar continuidade e aprofundar os estudos nessa temática. Desse modo, por estar cada vez mais envolvida com o tema e estimulada a investigar e pesquisar mais sobre as políticas públicas para as mulheres e sua efetividade no Brasil, resolvi elaborar uma proposta de projeto direcionada ao Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade Estadual do Ceará

(PPGS – UECE), o qual foi submetido ao processo de seleção do Mestrado em Sociologia do referido programa.

Inicialmente, o projeto havia sido elaborado com a proposta de continuidade da mesma pesquisa no CRMFC. No entanto, o mesmo passou por diversas mudanças com a incorporação de novos autores e de uma nova proposta de investigação, voltada para reflexões acerca da conjuntura política no momento da pesquisa, o desenvolvimento das políticas públicas para as mulheres e sua representatividade política, o que me causou grande empolgação e envolvimento diante de um tema que está em evidência nos espaços de discussão sobre gênero e política.

A renovação do tema de pesquisa e reelaboração do projeto de Dissertação foram inspiradoras para pensar as políticas públicas para as mulheres e sua efetivação dentro de um contexto macro político e econômico que engloba o poder executivo em conexão com a institucionalização dessas políticas e discutir, sobretudo, a representatividade política das mulheres nos diversos espaços de discussão e decisão no período de mandato do governo Temer.

Isso posto, o presente trabalho teve os seguintes questionamentos norteadores: como se configura a representatividade política das mulheres no governo Temer e quais os seus efeitos nas políticas públicas para elas no Brasil? Quais os eventos políticos ocorridos durante os governos Dilma e Temer relacionados à representatividade política das mulheres e em quais aspectos diferem entre si? Quantas e quem são as mulheres que compuseram os governos Dilma e Temer respectivamente? E a configuração da representatividade política das mulheres no governo Temer impactou na definição conjuntural das políticas públicas para as mulheres no Brasil?

A seguir, apresento os objetivos, as hipóteses e as categorias desta investigação, pilares importantes da pesquisa para a organização das múltiplas questões que envolvem o tema da representatividade política feminina e sua influência na constituição das políticas públicas voltadas para esse mesmo público.

2.2 OBJETIVOS, HIPÓTESES E CATEGORIAS DA INVESTIGAÇÃO

Neste trabalho, tive por *objetivo geral* compreender e analisar como se configura a representatividade política das mulheres no governo Temer e seus efeitos nas políticas públicas direcionadas a elas no Brasil. Quanto aos *objetivos específicos*, propus: levantar e analisar, comparativamente, os eventos políticos ocorridos durante os governos Dilma e Temer,

relacionando-os à representatividade política das mulheres; identificar o perfil das mulheres que compuseram os governos de ambos, respectivamente; e analisar se a configuração da representatividade política feminina no governo Temer está impactando na definição conjuntural das políticas públicas para as mulheres no Brasil.

Para um direcionamento mais claro e organizado sobre o tema pesquisado, constituí *hipóteses* de estudo. Segundo Osterne (2001, p. 34):

A hipótese cumpre importante papel em toda a organização de uma pesquisa: sua construção permite ao pesquisador identificar as informações necessárias, evita a dispersão, focaliza os ângulos do campo de observação, seleciona dados, sugere o instrumental a ser utilizado, enfim, funciona como bússola da intenção investigativa. (OSTERNE, 2001, p. 34).

Apresento como hipóteses as seguintes observações: a representatividade política feminina no governo Temer configurou-se como uma dimensão de menor importância política se comparado ao governo Dilma. Isso contribuiu para reduzir o compromisso do Estado com as políticas públicas para as mulheres no Brasil, materializando-se nas constantes reestruturações, rearranjos institucionais e cortes orçamentários.

Na gestão presidencial de Dilma, observou-se maior incentivo à participação política das mulheres, além de maior abertura política nos espaços de decisão para os movimentos feministas. Os discursos da então gestora e de parte de seus aliados eram favoráveis à promoção da igualdade entre homens e mulheres na política e, por consequência, as ações realizadas pelo Estado com objetivo de contemplar as mulheres ampliaram suas margens de alcance. Aquelas que compuseram o governo Dilma, em sua maioria, identificavam-se com as propostas feministas e emancipatórias de gênero.

Na gestão Temer, ocorreu uma diminuição significativa de mulheres em todos os espaços/cargos de decisão política, além da nomeação de mulheres que se opunham às bandeiras feministas e que, conseqüentemente, passaram a favorecer o enfraquecimento das políticas públicas para as mulheres, ou seja, observou-se uma maior presença de mulheres defendendo ideias conservadoras e contrárias às demandas e propostas dos movimentos feministas. Em comparação ao governo Dilma, no de Temer houve a atenuação da quantidade de mulheres nos Ministérios, cargos de coordenação de políticas públicas e chefias de empresas públicas.

Por fim, pressuponho que a diminuição da representatividade política das mulheres no governo Temer, em comparação aos governos antecessores, impactou negativamente na definição conjuntural das políticas públicas para elas, sendo uma das causas e a primeira ação

cometida pelo ex-presidente para a promoção do início de um desmonte das políticas públicas para as mulheres no Brasil.

Com a intenção de clarear os caminhos que adotei na pesquisa, destaco as categorias centrais que compuseram este estudo: *gênero/mulher*, *representação política das mulheres e políticas públicas para as mulheres*. Para se entender um certo problema em sociedade, é necessário a apropriação das áreas de conhecimento que são transversais às discussões sobre ele, para que seja possível demarcá-las de acordo com a perspectiva adotada em análise. Assim, considerei no percurso investigativo várias questões relevantes como propostas reflexivas, no entanto delimito a abordagem às principais questões e conceituações que compõem as categorias.

A primeira categoria, que versa sobre *gênero/mulher*, tenho por indicação teórica e referencial a concepção da autora Adriana Piscitelli (2001), que aborda a categoria mulher a partir de um estudo da constituição histórica desse conceito e suas nuances com a categoria gênero. Piscitelli (2001) propõe o diálogo entre essas duas categorias por haver embates acerca da utilização delas nas discussões acadêmicas feministas, o que me pareceu oportuno diante da proposta de pesquisa que engloba as organizações feministas e suas reivindicações políticas, sobretudo no tocante ao contexto latino-americano.

Para a autora, dialogando com Nicholson (2001), existe uma intenção das discussões feministas contemporâneas em “re-criar” a categoria mulher, aspecto que possibilita englobar as organizações feministas diversas no Brasil, que possuem pautas específicas, no entanto, ensejam uma principal conquista que lhes é semelhante: o combate à desigualdade entre homens e mulheres no país. Assim, Piscitelli (2001) explica que o sentido do conceito mulher:

(...) não é encontrado através da elucidação de uma característica específica, mas através da elaboração de uma complexa rede de características que não podem ser pressupostas, mas descobertas. (...) Nessa proposta, não se trata de pensar em “mulheres como tais”, ou “mulheres nas sociedades patriarcais”, mas em “mulheres em contextos específicos”. (PISCITELLI, 2001, p. 20 e 21).

No que se refere às categorias *representatividade política das mulheres versus Feminismo de Estado*, tomo como ponto de partida os estudos teóricos desenvolvidos no campo da Ciência Política. Abordo a categoria de representação política na perspectiva de Maurizio Cotta (1992), o qual define a representação como um "mecanismo político particular para a realização de uma relação de controle (regular) entre governados e governantes" (COTTA, 1992, p. 1102). Neste aspecto, adotei os três modelos de representação política descritos pelo

autor, a saber: “1) a representação como relação de delegação; 2) a representação como relação de confiança; 3) a representação como ‘espelho’ ou representatividade sociológica” (COTTA, 1992, p. 1102). A proposta de análise foi elaborada levando em consideração todas as formas de representação política definidas pelo autor nas quais a representatividade política das mulheres pode vir a ser manifestada, tendo em vista a variedade nas formas de representação na política brasileira.

Derivada dessa categoria analítica, atendo-me à perspectiva de Céli Pinto (2003) sobre *representatividade política das mulheres* e sua expressão como Feminismo de Estado na sociedade brasileira, movimento que se configurou durante as expressivas manifestações feministas contemporâneas pós-ditadura, sendo determinado pela necessidade das mulheres em ocuparem os espaços na política estatal como forma de evidenciar e legitimar as pautas dos movimentos feministas e de mulheres para que, nesse processo, houvesse a possibilidade de criar políticas públicas para as mulheres.

Por fim, opto pela categoria *política pública*, que também se localiza nos estudos da Ciência Política. Utilizei as considerações de Celina Souza (2006), pesquisadora da área de Ciência Política, que realiza uma espécie de síntese de estado-da-arte acerca da área de políticas públicas, abordando teóricos clássicos e contemporâneos que tratam do campo.

Proveniente dessa categoria, abordo a perspectiva de Pontes e Damasceno (2017), e Oliveira (2013), que discutem *as políticas públicas para as mulheres* em seu caráter mais específico, ou seja, em contato com a transversalidade, tendo em vista que sua articulação pressupõe a necessidade de expressar suas demandas nas mais diversas políticas sociais e, por isso, tem como característica a condição de ser executada de modo transversal, não estando apenas em um setor específico, mas sendo englobada nas mais diversas estratégias de intervenção.

2.3 DELIMITAÇÃO DO CAMPO DA PESQUISA

Este tópico tem como intuito apresentar a proposta de delineamento da pesquisa durante o desenvolvimento do trabalho de Dissertação. Abro esta discussão trazendo algumas questões iniciais pertinentes que me acompanharam em todo o processo de constituição do objeto.

Dentre elas, destaco como a mais desafiadora, a possibilidade de analisar um governo e gestão presidencial durante todo o seu curso e movimento, ou seja, em exercício de suas atividades governamentais, atuando em um fluxo sucessivo de reformas estruturais das

políticas públicas no Brasil, sobretudo no tocante à reestruturação das políticas públicas sociais. Tive o trabalho árduo e desafiador de investigar e me atualizar cotidianamente acerca do meu objeto de pesquisa, levando em consideração, também, a constatação da realização de atividades políticas em caráter aligeirado, tendo em vista o curto período de gestão presidencial de Michel Temer, que se findou no final do ano de 2018.

Outra questão que me incentivou na definição desta pesquisa foi o processo de *impeachment* contra a ex-presidenta Dilma Rousseff, ocorrido no ano de 2016. Nesta investigação me atentei para as formas de intervenção da oposição ao governo e dos meios de comunicação nesse processo, ou melhor, para a propagação de críticas e ofensas baseadas na condição de gênero da presidenta, pelo fato da gestora ser uma mulher. Ademais, o desafio que proponho nesta questão é compreender as opressões de gênero que permearam o processo de *impeachment*, realizando a exposição de possíveis tentativas de desqualificar a gestão mediante ações discriminatórias de gênero que foram manifestadas com o propósito de causar sua impopularidade política.

Mais um ponto a se considerar e que busquei retornar o tempo todo foi a tentativa de articular, de forma qualificada e lógica, a configuração da representatividade política das mulheres no governo Temer com a redefinição conjuntural das políticas públicas para as mulheres no Brasil. Assim, tenho como desafio propor certa congruência entre a composição do governo de Michel Temer em todo seu mandato com as mudanças estruturais dessas políticas públicas, seus cortes orçamentários e o consequente sucateamento delas.

Entendendo que todas as reformas estruturais efetivadas na gestão de Michel Temer foram direcionadas a políticas públicas que já existiam durante governos antecessores, percebo a necessidade de retomar, durante toda a trajetória da pesquisa, a constituição dessas políticas para as mulheres brasileiras nos governos de Lula (2003–2011) e Dilma (2011–2016), com a premissa de que foram neles que as políticas públicas voltadas para essa categoria específica foram desenvolvidas e consolidadas, assim como a própria representatividade política das mulheres nesses governos foram de maior destaque se comparada ao que foi visualizado no Governo de Temer. Nesse sentido, a pesquisa tem como pressuposto a existência do início de desmonte nas políticas públicas para as mulheres no Brasil durante a gestão de Temer, bem como uma diminuição da representatividade política delas no país.

Utilizo o termo desmonte e entendo-o como algo que estava “montado”, constituído, consolidado; que, por algum motivo, foi desmontado, enfraquecido e/ou desestruturado. Desse modo, por meio das primeiras impressões no delineamento da pesquisa, pretendo descrever o início do desmonte como uma consequência intencional de desestruturar

as políticas voltadas para a questão da mulher e sua representatividade política por meio do estudo das medidas governamentais relacionadas ao tema efetivadas pelos dois governos (Dilma/Temer).

2.3.1 A organização política das mulheres brasileiras na definição conjuntural das políticas públicas

As expressões das desigualdades de gênero na sociedade brasileira são evidenciadas em sua formação e desenvolvimento, sendo caracterizadas por aspectos culturais, sociais e econômicos, destacando-se como um problema de grandes dimensões na vida das mulheres brasileiras. Cotidianamente, elas enfrentam certas limitações engendradas em relações de subordinação diante dos homens e, mesmo diante da grande mobilização e organização dos movimentos feministas na sociedade moderna, papéis sociais são definidores no atual contexto de preconceito e baixa representação política das mulheres nos espaços de poder. O âmbito político brasileiro, assim como em diversos espaços que se configuram a nível público no país, é historicamente ocupado por homens e disputado pelos movimentos feministas brasileiros.

Essa condição veio a justificar o surgimento das primeiras manifestações feministas do Brasil durante o século XIX, em um contexto de Revolução Industrial. Mulheres operárias, mães e ainda únicas responsáveis pelo trabalho doméstico sofriam com a divisão sexual do trabalho, com a desvalorização salarial em comparação à remuneração dos homens, com os abusos e violências no local de trabalho e com a imposição de responsabilidade exclusiva a elas para execução dos serviços domésticos e cuidado com os filhos.

Todos esses fatores sobrecarregavam e tornavam mais evidente a necessidade de uma transformação profunda da ordem estabelecida para as mulheres da época: a maior inserção delas nas indústrias brasileiras no século XIX, a extrema exploração de seu trabalho em meio as demandas do capital e a urbanização aglomerada do país intensificaram ferozmente a desigualdade de gênero entre homens e mulheres.

O feminismo brasileiro possui importante papel nas mudanças normativas, jurídicas e institucionais que surgiram nas políticas voltadas para as mulheres brasileiras nos últimos 30 anos (BENEVIDES, 2016). Em contrapartida, são inúmeros os embates e questionamentos vivenciados por este movimento social no contexto nacional. Para entender o seu desenvolvimento e consolidação, entendo ser necessário resgatar sua origem e influências, tendo em vista que o movimento feminista brasileiro não surgiu isoladamente, fazendo parte de

toda uma conjuntura mundial de movimentos sociais que estabeleceram laços e relações diversas. Nesse contexto, Melo e Piscitelli observam que:

O feminismo, como movimento social, é um movimento essencialmente moderno, surge no contexto das idéias iluministas e das idéias transformadoras da Revolução Francesa e da Americana e se espalha, em um primeiro momento, em torno da demanda por direitos sociais e políticos. (MELO, PISCITELLI, 2006, p. 52)

O momento era de muita efervescência política e ideológica das mulheres de muitos países da Europa, dos Estados Unidos e, a posteriori, da América Latina, tendo como principal movimento o sufrágismo, o qual consiste na reivindicação do direito ao voto para as mulheres. Nesse sentido, as primeiras manifestações feministas têm suas origens no período de urbanização e industrialização do século XIX, momento marcado pela transição da população do campo para cidade e inserção da mulher no sistema fabril, ocasionando a formação de uma consciência mais ampla sobre os seus direitos. Segundo Melo e Piscitelli (2006):

Influenciadas pelas idéias anarquistas e socialistas trazidas pelos trabalhadores imigrantes espanhóis e italianos, já se podiam encontrar algumas mulheres incorporadas às lutas sindicais na defesa de melhores salários e condições de higiene e saúde no trabalho, além do combate às discriminações e abusos a que estavam submetidas por sua condição de gênero. (MELO e PISCITELLI, 2006, p. 55).

Grupos organizados de mulheres brasileiras construíam uma consciência a partir das demandas trabalhistas que surgiam no cotidiano de labuta, principalmente por perceber as desigualdades na divisão sexual do trabalho impostas a ela, como a desvalorização salarial em face dos salários dos homens, mesmo sendo maioria da mão-de-obra empregada nas fábricas, e os abusos que sofria no local de trabalho. Nas observações de Pinto (2010), nota-se que:

Enquanto as mulheres no Brasil organizavam as primeiras manifestações, as exiladas, principalmente em Paris, entravam em contato com o feminismo europeu e começavam a reunir-se, apesar da grande oposição dos homens exilados, seus companheiros na maioria, que viam o feminismo como um desvio na luta pelo fim da ditadura e pelo socialismo. (PINTO, 2010, p. 17).

Pontuo algumas dificuldades pelas quais as mulheres passavam no processo de organização estando inseridas nos grupos populares contra o processo ditatorial. Em solo brasileiro, as manifestações que tinham como reivindicação a luta pelo direito ao voto foram iniciadas e ampliadas no ano de 1927.

O Estado do Rio Grande do Norte foi o pioneiro na concessão do voto feminino em 1928, ação apoiada e garantida pelo gestor da época, Juvenal Lamartine. Com a possibilidade

de participar dos processos eleitorais, o interesse, mesmo acanhado, das mulheres na promoção da candidatura feminina era evidente. Segundo Ceva e Schumacher (2015):

Naquele momento, em busca de uma representante ideal, Bertha Lutz, líder das feministas brasileiras, Juvenal Lamartine (...) decidiram pelo nome de Alzira Soriano para ser candidata à prefeitura de Lages pelo Partido Republicano. (...) A eleição, que ocorreu em 1928 foi marcada por difamações, calúnias e ofensas públicas a Alzira Soriano. No entanto, ela não recuou e nem se intimidou. No fim do pleito, Alzira foi eleita com 60% dos votos, tornando-se a primeira mulher prefeita do Brasil e da América Latina. (CEVA E SCHUMACHER, 2015, p. 65).

Outro momento de destaque são os novos movimentos que surgiram na década de 1960, caracterizados pela inserção no cenário político de questões que antes eram tidas como exclusivas ao âmbito privado das mulheres, chamando a atenção da sociedade sobre as limitações e discriminações que sofriam não apenas no âmbito público. Para Melo e Piscitelli:

O movimento significou uma redefinição do poder político e da forma de entender a política ao colocar novos espaços no privado e no doméstico. Sua força está em recolocar a forma de entender a política e o poder, de questionar o conteúdo formal que se atribuiu ao poder as formas em que é exercido. (MELO, PISCITELLI, 2006, p. 53).

Com o período de redemocratização no país na década de 1980, surgiram novos grupos que tratavam de questões mais amplas do que apenas o direito ao voto ou participação política da mulher. Eles lutavam pelas seguintes demandas: “violência, sexualidade, direito ao trabalho, igualdade no casamento, direito à terra, direito à saúde materno-infantil, luta contra o racismo, opções sexuais.” (PINTO, 2010, p. 17). Conforme afirma Soares (1994):

As mulheres - novas atrizes - ao transcenderem seu cotidiano doméstico, fizeram despontar um novo sujeito social: mulheres anuladas emergem como mulheres inteiras, múltiplas. Elas estavam nos movimentos contra a alta do custo de vida, pela anistia política, por creches, criaram associações e casas de mulheres, entraram nos sindicatos onde reivindicaram um espaço próprio, realizaram seus encontros. Novos temas entraram no cenário político, novas práticas surgiram. (SOARES, 1994, p. 12).

A partir de 1981, o movimento feminista passou a ter um nível de complexidade e heterogeneidade evidente. Vera Soares (1994) explica que:

com a reorganização partidária, foi polarizado pelas diversas propostas que surgiram. Embora não refletisse visões diferentes de feminismo, a polarização se deu no âmbito das questões gerais da reconstrução da democracia liberal. (SOARES, 1994, p. 18).

A autora defende que isso se deve ao contexto político na década de 1980, marcado pela reconstrução das instâncias da democracia liberal por meio de uma reorganização partidária, eleições para os diversos níveis, bem como a reelaboração da Constituição do país (SOARES, 1994).

Nesse momento, parte dos movimentos de mulheres e dos movimentos feministas estreitaram as suas relações com o Estado, criando um maior espaço de participação política feminina e, por consequência, a inserção de mulheres nos espaços de *representação política*. Também houve a proposta da criação de um órgão que fosse responsável pela defesa da cidadania feminina e pela implementação de políticas públicas para as mulheres (CEVA e SCHUMACHER, 2015). Em 1993, foram criados os Conselhos Estaduais de Direitos da Mulher no Brasil, nos estados de São Paulo e Minas Gerais, o que influenciou na organização delas nacionalmente.

Mesmo em passos largos e difíceis, as manifestações feministas foram fundamentais e alcançaram resultado, havendo maior visibilidade às questões de gênero e a condição de ser mulher na sociedade brasileira, possibilitando sua inserção nos espaços de representação política e, por consequência, a constituição de uma base política para a formação das primeiras políticas públicas voltadas para elas.

Dentre as propostas, a de maior mobilização nacional e internacional foi o combate à violência contra a mulher, sendo composta por instrumentos que trataram da priorização à proteção e promoção dos direitos das mulheres. A exemplo disso, destaco como primeiro passo importante a criação do Conselho Nacional dos Direitos da Mulher¹(CNDM), na década de 80, reconhecido significativamente como espaço propulsor na inclusão dos direitos das mulheres na nova Carta Constitucional do Brasil por iniciativa das próprias militantes feministas que foram incorporadas nos partidos políticos. Nesse espaço, mulheres engajadas nas lutas feministas debateram e intensificaram, junto ao poder público, possibilidades para o reconhecimento dos direitos das mulheres na Constituição de 1988, além de ter proporcionado a participação delas de forma significativa no processo constitucional.

Além do Conselho, também houve a “Convenção Interamericana para Prevenir, Punir e Erradicar a Violência contra a Mulher”, mais conhecida como a “Convenção de Belém do Pará”, a qual serviu para tratar a Violência contra a Mulher de forma específica, não apenas como um problema de pouco destaque, mas sim como um problema generalizado no país e

¹ Atualmente conselho integra a estrutura do Ministério dos Direitos Humanos (MDH) em apoio a Secretaria Nacional de Políticas para Mulheres (SNPM).

definido como uma das formas de violação de Direitos Humanos. A Convenção foi aprovada em 1994 pela Organização dos Estados Americanos (OEA) e ratificada pelo Estado Brasileiro em 1995, possibilitando um olhar mais atento para o combate à violência contra a mulher no país.

O reconhecimento desse tipo de violência como uma grave violação aos Direitos Humanos, tendo como ponto de partida a definição, ou seja, a conceituação desse termo no Art. 1 da Convenção, que diz: “entender-se-á por violência contra a mulher qualquer ato ou conduta baseada no gênero, que cause morte, dano ou sofrimento físico, sexual ou psicológico à mulher, tanto na esfera pública como na esfera privada” (Convenção Interamericana para Prevenir, Punir e Erradicar a Violência contra a Mulher, 1994), foi essencial para que houvesse um tratamento especializado e concreto na criação de estratégias e políticas voltadas para o combate à violação de direitos das mulheres, em especial ao combate à violência doméstica e familiar.

Levando em consideração a representatividade política feminina no Brasil e o desenvolvimento das políticas públicas para as mulheres desde a promulgação da constituição vigente, destaco os dois mandatos do ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva (2003 – 2011) como o momento de maior mobilização política favorável para o avanço das questões feministas no país.

De início, o CNDM, que antes estava enfraquecido e sem legitimidade política desde a sua criação no governo de José Sarney (1985 – 1990), retomou suas atividades e abriu espaço para criação de outras instituições voltadas para o fortalecimento e desenvolvimento de políticas para as mulheres, como a fundação da Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres² (2003), a qual teve *status* de ministério e orçamento próprio. O CNDM foi criado para o desenvolvimento nacional de políticas que visem a eliminar a discriminação contra a mulher, assegurando-lhe condições de liberdade e de igualdade de direitos, bem como sua plena participação nas atividades políticas, econômicas e culturais do país. (BRASIL, 1985, s/p.).

A partir da criação dessas novas organizações, a política voltada para promoção da igualdade entre homens e mulheres no país ganha uma estrutura e se consolida, sendo responsabilidade não apenas da gestão federal, mas também executada, promovida e articulada

² A secretaria passa a funcionar “(...) com a competência de assessorar direta e imediatamente o Presidente da República na formulação, coordenação e articulação de políticas para as mulheres; bem como de elaborar e implementar campanhas educativas e não-discriminatórias de caráter nacional; de elaborar o planejamento de gênero que contribua na ação do governo federal e demais esferas de governo, com vistas na promoção da igualdade; de articular, promover e executar programas de cooperação com organismos nacionais e internacionais, públicos e privados, voltados à implementação de políticas para as mulheres; de promover o acompanhamento da implementação de legislação de ação afirmativa e definição de ações públicas que visem ao cumprimento dos acordos, convenções e planos de ação assinados pelo Brasil, nos aspectos relativos à igualdade entre mulheres e homens e de combate à discriminação”. (BRASIL, 2006, p. 7).

pelas esferas municipal e estadual. Além disso, a inclusão das mulheres denominadas “donas de casa” na previdência possibilitou maior valorização do trabalho daquelas que executam atividades domésticas, em sua maioria, sem remuneração normatizada.

Outro acontecimento de destaque no governo Lula foi a criação da Lei 11.340/06, mais conhecida como “Lei Maria Penha”, que recebeu esta nomenclatura em homenagem à farmacêutica cearense Maria da Penha Maia Fernandes, mulher que lutou por justiça durante quase vinte anos para que o cônjuge, Marco Antônio Heredia, cumprisse pena por tentativa de homicídio contra ela³.

Com a ajuda de familiares, Maria da Penha conseguiu obter autorização judicial para ir embora de casa com as três filhas, que também sofriam com a violência por parte de Heredia. A partir daí, iniciou-se um processo lento e desgastante para buscar justiça diante das tentativas de homicídio que sofreu. O primeiro julgamento aconteceu oito anos após a ocorrência dos crimes e constantemente a defesa jurídica do réu conseguia adiar o julgamento. No ano de 1996, ele foi julgado culpado e condenado a dez anos de reclusão. No entanto, a defesa dele conseguiu recorrer e Heredia permaneceu liberto.

Em 1994, Maria da Penha publica o livro intitulado “Sobrevivi...Posso contar”, com o apoio de órgãos de defesa dos direitos da mulher. Na obra, ela descreve as violências praticadas pelo cônjuge, relatando o tratamento dele com os filhos e o medo que tinha de denunciá-lo aos órgãos públicos. Após quinze anos de luta de organizações feministas brasileiras e pressões internacionais, a justiça brasileira ainda não havia dado decisão ao caso. Com a ajuda de ONGs, Maria da Penha conseguiu enviar o caso para a Comissão Interamericana de Direitos Humanos (OEA), que pela primeira vez acatou o caso como denúncia de violência doméstica. Contudo, Heredia foi detido apenas no ano de 2002, cumprindo pouco mais de dois anos de prisão.

O processo da OEA condenou o Brasil por negligência, tendo por recomendação a criação de uma lei que tratasse da violência contra a mulher. Nessa época, entidades e organizações aliadas aos movimentos feministas, reuniram-se para criar um anteprojeto de lei, com o objetivo de prevenir e reduzir esse tipo de violência no Brasil. Em 2006, ainda no governo de Lula da Silva, a Lei 11.340/2006 entrou em vigor, sendo considerada porta de entrada para diversas políticas para as mulheres, que surgiram após a criação desse arcabouço jurídico.

³ Maria da Penha casou-se com Heredia e, segundo ela, o casal vivia bem antes de seu companheiro conseguir a cidadania brasileira, tendo em vista que ele é natural da Colômbia. Em 1983, ela sofreu uma tentativa de homicídio por parte dele, que disparou um tiro em suas costas enquanto dormia. Devido a lesão em sua coluna cervical, Maria da Penha ficou paraplégica e, após a recuperação e alta hospitalar, foi mantida em cárcere privado pelo cônjuge, sofrendo posteriormente a segunda tentativa de homicídio: Heredia tentou eletrocutar a própria mulher.

A violência contra a mulher no país deixa de ser tratada como menor potencial ofensivo para ser considerada uma das formas de violação dos direitos humanos, possibilitando o traçar de estratégias para seu combate, além de proporcionar uma maior visibilidade a esta questão nos espaços de discussão e debate.

É possível dizer que a Lei 11.340 trouxe para o país um leque de possibilidades de intervenção na vida das mulheres, desde trabalhos educativos de prevenção educativos para combater a desigualdade entre homens e mulheres, até a punição para crimes contra a dignidade da mulher, o que permite uma maior segurança e proteção à condição feminina na sociedade brasileira.

A avaliação positiva da gestão de Lula garantiu a vitória da ex-presidenta Dilma Rousseff nas eleições de 2010, que tomou posse em 2011 e buscou seguir a mesma forma de governar de seu antecessor. Em sua gestão, destaco como pontos significativos para o desenvolvimento das políticas para as mulheres (além de ter priorizado a manutenção do que havia sido estruturado e consolidado pelo governo Lula), a ampliação de direitos não apenas para punição da violência doméstica e familiar contra a mulher, mas também para inclusão das mulheres em programas sociais junto aos grupos prioritários, como Minha Casa, Minha Vida e Programa Bolsa Família.

A campanha de combate à violência contra a mulher promovida durante o governo de Dilma possuía certa prioridade em razão da gestora em questão ser a primeira mulher presidente do país. Em seu discurso no Dia Internacional da Mulher, datado em 2013, a ex-presidenta Dilma fez menção à necessidade urgente dos homens autores de violência respeitarem as mulheres, pedindo para que eles não esqueçam jamais que a maior autoridade desse país era uma mulher⁴.

Além disso, foram articuladas ações para o fortalecimento da institucionalização das políticas públicas para as mulheres, dentre elas: a criação do Programa Mulher Viver sem Violência, que proporcionou o aumento de núcleos especializados no atendimento à mulher com a expectativa de agilizar os processos criminais; a criação de núcleos de enfrentamento ao Tráfico de Pessoas; o aumento significativo do alcance do Disque 180 para denúncias de casos de violência contra a mulher; e o planejamento para a criação da Casa da Mulher Brasileira, equipamento pensado com a expectativa de articular de forma especializada toda a rede de enfrentamento à violência contra as mulheres.

⁴ G1. 8 de março de 2013. “Dilma alerta agressores: 'Maior autoridade deste país é uma mulher'”.

Durante seu mandato, a ex-presidenta Dilma Rousseff adotou posturas diferentes, se comparadas às de Lula. De início, o governo de Dilma arriscou na tentativa de dar um salto na economia do país por meio de desonerações fiscais em vários setores e derrubada das taxas de juros com a expectativa de retomada na produção industrial. No entanto, o governo acabou sendo alvo de críticas e acusado de estar tentando estimular a inflação, o que foi divulgado criticamente pela mídia e, por consequência, visto com maus olhos pela população que acompanhara às notícias veiculadas.

Por consequência, esse processo passou a dar início a construção da imagem de uma gestora desastrada na economia (ROVAI, 2016). Sua postura menos carismática que Lula e avessa ao populismo, provocou certo descontentamento da população, mesmo com os índices de popularidade em alta:

Ao mesmo tempo em que vai se criando uma imagem de uma presidenta desastrada na condução da economia, também se cria o perfil de uma gestora irascível e descontrolada. Que não tinha paciência com nada e com ninguém e que destratava seus auxiliares sem nenhuma cerimônia. A presidenta, de forma correta, atribuía essa construção simbólica de sua imagem ao machismo. E quando questionada, respondia de forma irônica: “sou uma mulher dura, cercada de homens fofos”. (ROVAI, 2016, p. 13)

Suas primeiras medidas e sua postura presidencial já eram evidenciadas pela opinião pública e pelos veículos de comunicação, quando a existência da crise internacional veio a justificar a futura estagnação da economia brasileira no segundo mandato da gestora. Por consequência disso, em 06 junho de 2013, houve a primeira manifestação do Movimento Passe Livre (MPL), que tinha como proposta inicial a implementação do Passe Livre para transportes coletivos e que depois foi ampliado e constituído por pautas diversificadas, havendo uma mistura de propostas de bandeiras esquerdas, direitas e de senso comum (ROVAI, 2016).

Sem dúvidas, foi um movimento capaz de se mobilizar e se fortalecer pelas redes sociais, sobressaindo a formação de grupos de direita que passaram a protagonizar o movimento, são eles: Movimento Brasil Livre, Revoltados On Line e Vem Pra Rua (ROVAI, 2016). Como resposta, o governo utilizou de muita força policial e pouco diálogo para conter os protestos, o que tornou o movimento mais ameaçador, havendo a necessidade da ex-presidenta Dilma assumir compromissos a fim de cessar os movimentos nas ruas.

Em 2015, Dilma foi reeleita e as novas alianças políticas que foram firmadas com partidos opositores no início de seu segundo mandato incomodaram parte dos componentes de seu governo. Além disso, a posse de Eduardo Cunha (PMDB), na presidência da Câmara dos Deputados, colaborou para uma série de retaliações contra o governo relacionadas as medidas

governamentais e, por consequência, afastou o governo dos setores populares que antes o apoiavam:

O corte em programas como o seguro-desemprego, as várias menções a uma reforma da Previdência, o aumento do desemprego e da inflação, cortes no orçamento e boatos de fins de programas sociais foram fortalecendo o discurso da oposição de que a eleição de Dilma havia sido um estelionato eleitoral. (ROVAI, 2016, p. 18)

Desde então, a mídia impulsionava uma espécie de mobilização contra o governo e, em todo o momento, eram noticiados os escândalos de corrupção ligados a Operação Lava Jato⁵, investigação executada pelo poder judiciário com a finalidade de combater a corrupção nas esferas políticas brasileiras. A parcialidade da justiça que prendia ou acusava um político do Partido dos Trabalhadores, sem que o mesmo acontecesse com partidos de oposição que também foram citados em delações (ROVAI, 2016), proporcionou a efervescência dos movimentos contra o governo. A primeira manifestação ocorreu em 15 de março de 2015, e logo em seguida outras manifestações mais intensas e fortes foram ocupando as ruas com o objetivo de tirar a ex-presidenta Dilma do poder.

Em meio às manifestações populares contra o governo, o então presidente da Câmara, Eduardo Cunha (PMDB), tentou firmar acordo com os representantes do Partido dos Trabalhadores em exercício na Câmara dos Deputados, em razão do pedido de abertura de investigações de sua vida política no Conselho de Ética da Câmara. Em troca dos votos de recusa às investigações, Cunha garantiu que impediria todos os pedidos de abertura de processo de *impeachment* contra Dilma Rousseff (ROVAI, 2016).

Os representantes petistas não aceitaram o acordo e, como represália, Cunha abriu o processo de *impeachment* de Dilma em 2 de dezembro de 2015 e, já em 17 de abril de 2016, a primeira votação na Câmara dos Deputados foi a favor da retirada da presidenta, o que culminou em sua destituição no fim de todo o processo, assumindo Michel Temer como presidente interino do país. Importante comentar que, a primeira presidenta mulher do Brasil sofreu *impeachment* e, baseando-me nisso, posso considerar que a condição de gênero da gestora foi determinante para as discussões sobre a sua retirada, o que ocasionou diversas discriminações opressoras de gênero com a intenção de desqualificar suas competências políticas.

⁵ “...em março de 2014, no Brasil, o Ministério Público Federal deflagra uma operação que ganhou nos anos subsequentes proporções inéditas no combate à corrupção. A ‘Operação Lava Jato’, assim chamada porque envolvia o ‘uso de uma rede de postos de combustíveis e lava a jato de automóveis para movimentar recursos ilícitos pertencentes a uma das organizações criminosas inicialmente investigadas’, foi o ponto de partida que passou pela Petrobrás, grandes empreiteiras e partidos políticos.” (KERCHE, 2018).

O ex-presidente Michel Temer vinha ocupando a presidência e, logo após sua entrada, tratou de efetivar diversas mudanças na máquina pública, dentre elas destaco a diminuição de representatividade política das mulheres nos espaços de decisão. Temer nomeou o primeiro ministério sem mulheres desde a gestão do ditador Ernesto Geisel, encerrada em 1979. Além disso, o gestor extinguiu o Ministério das Mulheres, da Igualdade Racial, da Juventude e dos Direitos Humanos.

As secretarias componentes desse ministério, dentre elas a Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres, passaram a ser subordinadas ao Ministério da Justiça e da Cidadania, para o qual escolheu como ministro Alexandre de Moraes, ex-secretário da Segurança Pública do Estado de São Paulo, conhecido pela violência contra estudantes nas ocupações das escolas públicas que estavam ameaçadas de serem fechadas e contra jovens do Movimento Passe Livre.

Desde 2003, os Direitos Humanos, as Políticas de Promoção da Igualdade Racial e as Políticas para as Mulheres foram reconhecidos como verdadeira política de Estado, com a conquista do *status* de ministério, para que não houvesse mais sobressaltos em momentos de alternância de partidos no poder. No entanto, devido a alteração de posição institucional da secretaria, houve certa secundarização das políticas voltadas para os grupos afirmativos relacionados ao ministério extinto, o que denuncia o desinteresse político na priorização das políticas públicas voltadas para as problemáticas sociais, dentre elas a condição de vida das mulheres brasileiras.

Pautando a representatividade política das mulheres como uma forma de legitimar os seus direitos e participação política, outra medida que devo lembrar é a nomeação da Deputada Fátima Pelaes como secretária da Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres. Fátima Pelaes, ex-deputada federal filiada ao PMDB-AP; evangélica e não concorda com a descriminalização do aborto. Ela já se manifestou contra o procedimento inclusive em casos de estupro, o que é permitido por lei no Brasil desde 1984. Sua gestão na secretaria rendeu diversas polêmicas: desde a sua posse, portais de mídia divulgaram fotos de supostos cultos evangélicos promovidos no prédio da secretaria pela ex-deputada, constringendo funcionários e demonstrando desrespeito ao caráter laico do Estado. Em nota, a Secretaria Especial negou a realização de cultos. Contudo, é notório que Fátima Pelaes possui um perfil político oposto às suas antecessoras, que tinham pautas mais liberais e alinhadas ao movimento feminista.

A nomeação de Fátima Pelaes enquanto secretaria significou o desinteresse da gestão de Temer em priorizar a agenda feminista e suas demandas, o que se pode notar também nos discursos oficiais proferidos pelo próprio gestor. No dia 08 de março de 2016, o ex-

presidente enalteceu o papel da mulher brasileira a cuidar da casa, criar filhos e deduzir o aumento de preços de produtos em supermercados.

Diante do exposto, esta Dissertação teve como perspectiva contextualizar estas reflexões no governo Temer e a representatividade política das mulheres no Brasil, pautando os questionamentos que já foram mencionados nos tópicos anteriores e que reitero a seguir: como se configura a representatividade política das mulheres no governo Temer e quais os seus efeitos nas políticas públicas para as mulheres no Brasil? Quais os eventos políticos ocorridos durante os governos Dilma e Temer relacionados à representatividade política das mulheres e em quais aspectos diferem entre si? Quantas e quem são as mulheres que compuseram os governos Dilma e Temer respectivamente? E a configuração da representatividade política das mulheres no governo Temer impactou na definição conjuntural das políticas públicas para as mulheres no Brasil?

2.4 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Tive por opção a pesquisa de natureza qualitativa, por ser uma proposta capaz de lidar com costumes, posturas e discursos que possuem significados diversos, possibilitando uma maior captação dessas informações. Segundo Martinelli (1999):

A pesquisa qualitativa é determinada tanto pela descrição do objeto, quanto pela necessidade de “conhecer trajetórias de vida, experiências sociais dos sujeitos, o que exige uma grande disponibilidade do pesquisador e um real interesse em vivenciar a experiência da pesquisa” (MARTINELLI, 1999, p. 22).

A pesquisa qualitativa trata, de forma elaborada e descritiva, a abordagem do objeto dentro de uma análise social do fenômeno estudado, no caso, a configuração da representatividade política das mulheres no governo Temer. Por isso, na identificação das informações tive como método a análise de documentos escritos, notícias e registros fotográficos que trouxeram elementos verídicos acerca do objeto em questão, o que exigiu de mim a capacidade qualificada de interpretar os conteúdos presentes nas diversas fontes de pesquisa.

Sei da grande tarefa que cumpri na realização de um estudo sobre as ações de um gestor presidencial nas suas atividades governamentais relacionadas a representatividade política das mulheres do país. A abordagem desse assunto pressupôs a necessidade de tratar de um processo em andamento, ou seja, de analisar as atividades de um governo que foram

elaboradas e executadas durante o desenvolvimento da pesquisa. No entanto, o governo se deu por encerrado em dezembro de 2018, antes da conclusão do estudo, o que me possibilitou uma análise e compreensão de todas as mudanças realizadas por Michel Temer até o desfecho do seu mandato.

Além disso, entender como as propostas e as mudanças governamentais foram intencionadas dentro de um processo político, me desafiou a perceber como a representatividade política das mulheres era pautada e efetivada antes do início do mandato de Michel Temer (2016 – Atual), especificamente nos governos de ordem popular do Partido dos Trabalhadores (PT) sob os comandos de Lula (2003 – 2011) e Dilma (2011 – 2016), o que exigiu de mim a realização de uma análise mais ampla sobre como a representatividade política estava sendo pautada e como ela se expressou na gestão presidencial de Michel Temer.

Refletir sobre o passado e o presente imediato me remete a diversas possibilidades de metodologia investigativa, estas devendo ser aliadas a um embasamento teórico que venha direcionar as discussões e problematizações que desenvolvi durante o corpo do estudo, por meio da articulação de ideias e da identificação de fenômenos e sujeitos que influenciam no objeto analisado. Dentre essas possibilidades, os tipos de pesquisa que escolhi foram os seguintes: bibliográfica e documental.

Em um primeiro momento, foi realizado o levantamento bibliográfico na etapa exploratória para constituição e delineamento da pesquisa em questão. De acordo com Gondim (1999), a definição do objeto de pesquisa deve ser erguida de um longo processo de construção do conhecimento por meio de estudos teóricos que possam vir a subsidiar a pesquisa e proporcionar um mínimo de familiaridade com a proposta.

A pesquisa bibliográfica teve sua continuidade durante toda elaboração da Dissertação, na pesquisa documental e nas fases de coleta e análise dos dados, o que possibilitou a conexão de minhas reflexões pessoais junto ao “contato com pesquisas já realizadas” (GIL, 2008, p. 35) acerca do assunto abordado. Isso posto, utilizei como fonte de dados bibliográficos artigos, dissertações, teses e livros que tratam da representatividade política das mulheres nos governos Lula, Dilma e Temer, ou de discussões teóricas que desenvolvam as categorias gênero, representatividade política feminina e políticas públicas para as mulheres.

Em relação à pesquisa documental, Gil (2008) coloca que, para fins de pesquisa científica, os documentos podem ser escritos, utilizados para determinar alguma coisa, mas também qualquer objeto que possa vir a contribuir para investigação. Nesse sentido, a pesquisa documental engloba registros cursivos e registros episódicos e privados (GIL, 2008). De acordo com o autor:

(...) a pesquisa documental tradicionalmente vale-se dos registros cursivos, que são persistentes e continuados. Exemplos clássicos dessa modalidade de registro são os documentos elaborados por agências governamentais. Mas muitas pesquisas utilizam registros episódicos e privados, constituídos principalmente por documentos pessoais e por imagens visuais produzidas pelos meios de comunicação de massa. (GIL, 2008, p.147).

Levando em consideração a impossibilidade de entrevistar componentes do governo Temer na instância Federal, na realização da pesquisa documental também me vali de documentos oficiais (leis, normas e decretos do governo), de documentos informais e de registros audiovisuais que foram veiculados pelos meios de comunicação.

Utilizei portais de notícias disponíveis na Internet referentes aos dois períodos de governo estudados de forma mais aprofundada (Dilma – Temer), por meio da seleção de notícias que pautaram a representatividade política das mulheres brasileiras e as políticas públicas para esse público. Por se tratar de portais nacionais que possuem a maior quantidade de visualizações no Brasil, a pesquisa teve ênfase nos seguintes: Site G1, R7 Notícias e Uol Notícias. Cada um desses portais, com as suas características específicas, veiculou notícias sobre os atos políticos dos ex-presidentes Temer e Dilma, dando-me a possibilidade de identificação das reportagens por assunto e por ordem cronológica, facilitando a execução e captação dos dados da pesquisa.

Também consultei como fonte de pesquisa documental os discursos proferidos por Dilma durante o processo de *impeachment*, o que foi justificável pela necessidade de identificar elementos que pudessem elucidar possíveis formas de opressões de gênero baseados durante esse processo histórico, com a expectativa de compreender como esse fato influenciou/impactou na questão da mulher a posteriori no governo de Michel Temer e sua postura diante da sucessão e substituição de governo.

Considero que a utilização da pesquisa bibliográfica aliada a pesquisa documental, serviu para que o objeto fosse contextualizado em aspectos teóricos, históricos e políticos, como também possibilitou a identificação de propostas metodológicas e epistemológicas que contribuíram para coleta e análise de dados da pesquisa, por meio das informações contidas nos trabalhos consultados.

A pesquisa também se valeu da história comparada. A história comparada surgiu tendo como base os estudos de March Bloch (1928), historiador francês que escreveu artigo tratando do método e de sua proposta de pensar a história sob uma nova abordagem, percebendo os acontecimentos históricos a partir da visualização de diversos focos, como aborda Gortázar (1993):

Nesse ponto, o papel da comparação histórica explícita é ajudar a determinar quais elementos, dentro de uma variedade infinita, devem ser incluídos no problema ou na busca por sua solução. Concebido comparativamente, é possível determinar melhor qual é a abordagem mais adequada para essa pesquisa (dimensões cronológica, geográfica, social). (GORTÁZAR, 1993, p. 57, tradução da autora).

Por meio da escolha de dimensões pertinentes ao estudo comparativo, o historiador/sociólogo deverá demarcar o problema e, a partir das análises comparativas, buscará uma solução para tal. Seguindo o raciocínio, percebo que a primeira ação que se deve fazer é indicar os problemas e, posteriormente, elaborar as primeiras perguntas, ou seja, os primeiros questionamentos da pesquisa. Para Gortázar (1993):

Na hora de fazer as perguntas, explicar a "problemática", o ponto inicial de toda a pesquisa, o uso explícito da comparação histórica é a fonte mais importante para a imaginação do historiador. Olhar para outros casos é para ver outras paisagens, estar ciente de outras alternativas possíveis. A comparação é, desde o início, a melhor maneira de evitar a cegueira que nos impede, o que em nosso ambiente parece óbvio, o que pode ser visto como um problema não resolvido. (GORTÁZAR, 1993, p. 56 e 57, tradução da autora).

Baseado na proposta da história comparada, o problema apresentado nesta pesquisa consiste na configuração da representatividade política das mulheres no governo Temer. O próximo passo foi identificar os questionamentos que rondam o problema abordado, ou seja, as perguntas e indagações que foram respondidas com a conclusão da pesquisa. Em suas considerações, Gortázar (1993), pontua que Bloch tratou de delimitar a história comparada à análise de sociedades distintas e próximas, com a hipótese de que o aspecto territorial influencia em determinadas características similares entre elas. Dentro dessa lógica, a pesquisa sobre a representatividade política das mulheres no Brasil não se enquadraria, tendo em vista que o fenômeno estudado ocorreu em um mesmo território e foi analisado por mim em épocas diferentes, ou seja, existe apenas a mudança de recorte cronológico da comparação abordada.

Diante disso, adotei a proposta da história comparada de Florindo (2013), que traz como proposta de aperfeiçoamento de análise:

(...) o estudo comparado de unidades de análises definidas dentro de um mesmo espaço em temporalidades subsequentes, como, por exemplo, o estudo dos discursos parlamentares em momentos distintos do processo de constituição política do Estado no Brasil do século XIX ou as transformações ocorridas no modo de produção escravista no decorrer de dois ou mais períodos em uma mesma região. (FLORINDO, 2013, p.388).

Segundo Florindo (2013), o espaço territorial presente em qualquer análise está em “constante transformação, o que faz que o espaço também não seja algo acabado, visto que o que se observa é a dinâmica social nele inserida, e esta sempre se encontra em constante movimento” (FLORINDO, 2013, p. 388). Nesse sentido, percebo que, nessa nova proposta de

pensar a história comparada, a unidade de comparação deve ser reformulada de acordo com o problema da pesquisa investigado. Além disso, a nova perspectiva sugere que o objeto se modifica com o passar do tempo, sendo reformulado de acordo com o que o homem produz em seu território:

(...) uma proposta que busque comparar objetos em um mesmo espaço e em temporalidades subsequentes cronologicamente fornece unidade de comparação que não são estanques ou predeterminadas, além de abrir caminho para análises que, ao invés de considerar a natureza humana imutável através do tempo, vai no sentido oposto e considera o homem e o que ele produz mutável através do tempo. (FLORINDO, 2013, p.389).

Assim, pensando por meio da perspectiva de Florindo (2013), o método de análise dos dados utilizado foi o estudo comparativo de dois governos (Dilma e Temer) em um mesmo território e local de intervenção (Poder Executivo no Estado Brasileiro), com foco na representatividade política das mulheres e seus primeiros impactos na definição conjuntural das políticas públicas para as mulheres no Brasil. Dessa forma, as fontes de pesquisa escolhidas para investigação (documentos escritos, notícias e arquivos fotográficos) foram analisadas dentro de contextos políticos vivenciados em momentos e épocas diferentes.

O resgate à memória, seja ela escrita, visual ou audiovisual, é um desafio instigante para repensar os acontecimentos históricos e relacioná-los com o presente. Por se tratar de um processo contínuo de comparação da história, e pelo tempo cronológico abordado ter estado em constante movimento durante o exercício da pesquisa, tomei como método a História do Tempo Presente. Segundo Schurster (2015), esta técnica tem como função:

(...) tirar dos eventos, ocorridos no momento das análises, a ideia de algo posto, dado, natural, para, através de uma teoria crítica de estranhamento, a própria condição do investigador mediante seu objeto, o cotidiano, pensar sobre as implicações, os desdobramentos, do mesmo perante a sociedade. Portanto, nossa intenção não se debruça sobre a realidade propriamente dita, mas sobre aquilo que a torna possível, e como torná-la legível. (SCHURSTER, 2015, p. 424).

Desse modo, a História do Tempo Presente foi essencial para que os acontecimentos que surgiram e que pertencem ao meu objeto de pesquisa, pudessem ser problematizados e relacionados a História do passado, ou seja, a trajetória política da gestora antecessora ao mandato de Michel Temer. Assim, problematizei não apenas a exposição dos fatos, mas também as suas possíveis implicações e consequências na realidade social em comparação aos fatos passados no governo Dilma.

Com a intenção de analisar comparativamente os números de mulheres na política brasileira nos dois governos escolhidos para análise, consultei pesquisas já realizadas que

tratam da representatividade de mulheres nos espaços de decisão política, como também realizei a minha própria quantificação de mulheres no governo de Michel Temer em comparação ao governo Dilma utilizando as seguintes categorias: Mulheres nos Ministérios, Mulheres nas Secretarias Especiais Federais e Mulheres em posições de chefia de empresas públicas. A escolha das categorias deu-se pela indicação das mulheres atuantes nesses espaços ser de responsabilidade do poder executivo. Assim, a quantificação de mulheres e identificação de suas posturas políticas foi necessária para aferir a diminuição da representatividade política das mulheres no Brasil no governo de Michel Temer se comparado aos governos anteriores, o que se configura como um dos pressupostos desta pesquisa.

Depois de colher todos os dados referentes a representatividade política das mulheres, tive por objetivo final da pesquisa perceber quais são os primeiros impactos dessa suposta diminuição na definição conjuntural das políticas públicas para as mulheres. A necessidade de levantar essa questão se deve ao pressuposto de que a representatividade política das mulheres na sociedade brasileira é essencial para a priorização das políticas públicas que tratam das suas demandas.

Para isso, também utilizei os documentos oficiais que tratam das mudanças conjunturais das políticas públicas para as mulheres no Brasil, bem como as propostas de reformas estruturais das legislações que já existem e que garantem um conjunto de direitos das mulheres brasileiras, podendo estar presentes na previdência, na saúde, dentre outros setores. A identificação de possíveis cortes orçamentários também se enquadra no conjunto de fatores que analisei. Durante toda a investigação e análise do conteúdo desses documentos, constitui diários de campo, como forma de descrever meus momentos, anseios e contentamentos durante o processo de investigação e observação dos acontecimentos políticos.

Adotei a análise de conteúdo para o manuseio das fontes de pesquisa coletadas. Segundo Bardin (1979), a análise de conteúdo consiste em:

Um conjunto de técnicas de análise de comunicação visando a obter, por procedimentos sistemáticos e objetivos de descrição do conteúdo das mensagens, indicadores (quantitativos ou não) que permitam a inferência de conhecimentos relativos às condições de produção/recepção destas mensagens. (BARDIN,1979, p. 42)

Justifico a escolha desse tipo de análise pela possibilidade de abordar os registros escritos nas diversas fontes de pesquisa aqui detalhadas, como também os quantitativos que foram pautados relacionados a quantidade de mulheres, orçamentos das políticas públicas e, além disso, a abordagem qualitativa dos argumentos comparativos que desenvolvi na pesquisa.

No capítulo a seguir, discuto acerca da representatividade política de mulheres nos governos Dilma e Temer e suas implicações no desenvolvimento de política para as mulheres nos dois mandatos.

3 MULHER E REPRESENTATIVIDADE POLÍTICA: DO GOVERNO DILMA AO GOVERNO TEMER

Neste capítulo, tenho como proposta desvendar a configuração da representatividade política das mulheres nos governos Dilma e Temer. Para tanto, percebi a necessidade de, inicialmente, entender a relação entre as organizações das mulheres brasileiras e o Estado, ou seja, a aproximação dos movimentos feministas e de mulheres com os espaços de decisão e representatividade política, sobretudo as condições que as impulsionaram para uma participação direta no aparato estatal. Assim, tomo como ponto de partida a discussão desses movimentos e suas expressões na conjuntura brasileira, que colocam em destaque essa relação, que foi definida por algumas autoras como “feminismo de Estado”. Para Cisne e Gurgel (2008):

A complexidade do debate se concentra, pelo menos, em dois pontos. Primeiramente, no desafio de cumprir uma exigência da práxis feminista, manter-se em uma posição de autonomia diante das estruturas patriarcal-capitalistas que singularizam a subalternidade das mulheres na sociedade como tem sido, historicamente, o papel do Estado. Isto porque as reivindicações do movimento feminista de diferentes formas têm como primeiro interlocutor as estruturas governamentais, na condição de formuladoras e executoras de políticas públicas. E, em segundo lugar, na compreensão da natureza contraditória – portanto, limitada e transitória – da reivindicação por políticas e programas sociais na luta pela emancipação humana, em particular, no processo de autodeterminação das mulheres (...). (CISNE e GURGEL, 2008, p. 71 e 72).

Em suas reflexões, as autoras trazem à tona um paradoxo entre autonomia e subalternidade: os ideários feministas, que têm como base a negação da estrutura patriarcal, objetivam a autonomia do movimento e, por consequência, acreditam que o afastamento dos preceitos políticos impostos no aparato estatal, que concretamente possuem configurações patriarcais, é crucial para a preservação de sua autonomia; por outro lado, parte desses movimentos defendeu a adequação das reivindicações feministas ao ideário político vigente com a intenção de adentrar ao sistema político e propor suas pautas, o que pode, segundo a concepção de parte dos movimentos, fragilizar sua autonomia e causar certa subalternidade aos preceitos e posturas tradicionais impostas nos espaços de decisão política.

Mesmo em meio a esse processo arriscado e desafiador, a relação entre Feminismo e Estado se consolida, principalmente, no período de redemocratização do país. Segundo Pinto (2003), a integração dos movimentos feministas às organizações políticas no período de redemocratização foi demarcada por fatos resultantes do fim da Ditadura Civil-Militar (1964-1985).

A efervescência dos movimentos sociais e a anistia de militantes que haviam sido exilados e/ou presos durante o regime civil-militar foi determinante para que as mobilizações, em sua maioria, ganhassem legitimidade no período de redemocratização brasileira, além de ter sido o momento em que parte dos movimentos sociais propuseram a realização de uma Assembleia Constituinte que possibilitasse a reformulação da Constituição brasileira em nível democrático e participativo.

Assim, o envolvimento com a política tornou-se um dos pilares importantes dos movimentos feministas e de mulheres que objetivavam tecer propostas relacionadas às suas reivindicações. Contudo, longe de ser um processo simples e pacífico, a inserção das mulheres dos movimentos feministas e dos movimentos de mulheres no jogo político foi demarcada por diversas tensões e embates em suas mais diversas formas. Em meio a esse contexto, a inserção das mulheres na política foi possibilitada por meio de três formas de participação, como denota Pinto (2003):

(...) a conquista de espaços no plano institucional, por meio de Conselhos da Condição da Mulher e Delegacias da Mulher; a presença de mulheres nos cargos eletivos; e as formas alternativas de participação política. Em qualquer um desses espaços a presença das mulheres e, mais do que isso, de feministas tem sido fruto de múltiplas tensões resultantes de fatores como a própria resistência de um campo completamente dominado por homens à entrada de mulheres e a estratégia do próprio movimento, que muitas vezes viu o campo da política como uma ameaça à sua unidade. (PINTO, 2003, p. 68 e 69).

A autora explica que existiam três modalidades de inserção das mulheres na política e que em qualquer uma dessas formas de participação elas tiveram grandes desafios, tensões e embates para serem ultrapassados. A possibilidade de conectar as propostas feministas ao jogo político foi encarada como um risco à proposta emancipatória, pois na medida em que fossem adequadas aos preceitos políticos e às relações de poder que permeiam a organização política brasileira, poderiam ser desarticuladas e enfraquecidas

O encontro entre o movimento e o campo político traz uma problemática fundamental que deriva da própria natureza do movimento social, colocando-o diante de duas alternativas: atrelar-se a um partido e ameaçar sua unidade e sua autonomia ou se manter unido e limitar sua participação política à pressão. (PINTO, 2003, p. 70).

A primeira alternativa citada pela autora perpassa diretamente meu objeto de pesquisa, levando em consideração que o feminismo brasileiro possui a particularidade de, mesmo com as divergências em seu meio, a sua maioria buscar parcerias e integrações políticas e, com isso, passar a determinar outras formas de articular seus interesses. Essa articulação se

deu de variadas formas: por meio da representatividade política, a partir da candidatura de algumas mulheres feministas nos níveis eletivos; pela inserção das organizações feministas em espaços de controle social, a exemplo dos Conselhos Estaduais e Nacionais; assim como a representação de mulheres em cargos e chefias técnicas por escolha dos governantes, que é o que se coloca em prioridade no meu objeto de pesquisa, tratando-se de avaliação de gestão presidencial.

No processo de Constituinte, houve algumas formas de organização desses movimentos: de um lado, mulheres eleitas deputadas que conseguiram apresentar as pautas feministas com resultados positivos; e de outro, os movimentos feministas autônomos que, sob pressão, também conseguiram vitórias com a incorporação das suas demandas.

Com o passar dos anos, é perceptível ainda a pouca representatividade política das mulheres na política institucional do país. Segundo Pinto (2003):

No Brasil, nem mesmo a existência da lei que garante 30% de mulheres nas listas partidárias para cargos legislativos, ainda muito recente, na verdade, mudou o quadro. Há uma grande dificuldade dos partidos para completar o percentual exigido por lei e, quando completam, algumas vezes suas nominadas incluem candidatas-fantasma, que não fazem qualquer campanha porque não têm nenhuma intenção de ser eleitas. (PINTO, 2003, p. 94 e 95).

A criação de leis que promovam a maior inserção das mulheres na política brasileira ainda não é o bastante para que haja uma mudança no quadro de mulheres representantes políticas. Nesse aspecto, percebo quão desafiador é trazer pautas feministas para a arena política, na qual a mulher ainda é pouco partícipe nas organizações institucionais da esfera estatal. Mesmo assim, é importante trazer à tona que a inserção delas na política depende não apenas da sua presença como mulher, mas também enquanto mulher que defende as pautas dos movimentos feministas e de mulheres. Trago essa premissa pelo fato de ser perceptível, em diversos momentos da história da política brasileira, a inserção de mulheres que, mesmo pautando causas relacionadas às mulheres, suas propostas e ideais são contrários às pautas das organizações feministas, o que colabora para retrocessos relacionados à questão da mulher e ao combate à violência doméstica no país.

O contexto neoliberal pós-constituinte, que reconfigurou as formas de intervenção do Estado no cenário contemporâneo, também foi um fator significativo para o afastamento das mulheres militantes no meio político. Nesse contexto, dentre às novas formas de intervenção surgiram as Organizações Não Governamentais (ONGs), que se tornaram o principal meio de interlocução entre os movimentos feministas e o Estado.

Finalizando esta breve reflexão acerca do feminismo de Estado e seu desenvolvimento durante toda a formação dos movimentos feministas brasileiros e sua consolidação durante o período de redemocratização brasileira, no próximo tópico construirei um apanhado histórico de fatos e notícias que remontam a trajetória da primeira presidenta mulher do Brasil, Dilma Rousseff, e a configuração da representatividade política das mulheres em seu governo, na expectativa de embasar, posteriormente, uma abordagem comparativa entre sua gestão e a de seu vice-presidente e também sucessor, Michel Temer, no tocante a essa mesma categoria. Para tanto, foram levantadas 134 notícias nos sites UOL, G1 e R7, eleitos os principais *sites* de notícias do país.

Para seleção, realizei busca ativa nos *sites* com as palavras-chaves: Dilma e mulher; Temer e mulher; e os nomes das mulheres que foram indicadas e/ou nomeadas durante os governos de Dilma e Temer em ministérios, secretarias e empresas públicas. No quadro a seguir, apresento os assuntos relacionados:

Tabela 1 – Assuntos Categorizados das Notícias Levantadas

Categorias	Notícias
Ações Governamentais nas políticas públicas para as mulheres de Dilma Rousseff	11 notícias
Discursos e Declarações de Dilma Rousseff acerca da condição feminina no Brasil	19 notícias
Reações da população e institucionais acerca das ações de Dilma Rousseff para as mulheres	18 notícias
Mulheres políticas no Governo de Dilma Rousseff	11 notícias
Ações Governamentais nas políticas públicas para as mulheres de Michel Temer	12 notícias
Discursos e Declarações de Michel Temer acerca da condição feminina no Brasil	21 notícias
Reações da população e institucionais acerca das ações de Temer para as mulheres	13 notícias
Mulheres Políticas no Governo de Michel Temer	28 notícias
Notícias Comparativas (Dilma versus Temer)	1 notícia
TOTAL	134 notícias

Fonte: Elaborado pela autora.

As notícias serviram de base para os três capítulos constitutivos desta Dissertação. Todas foram publicadas no tempo de governo dos dois presidentes estudados, a saber, no período de 2011 a 2018, respeitando o tempo cronológico dos acontecimentos políticos. Além das notícias, também consultei os discursos oficiais de ambos os governantes, todos extraídos

do *site* oficial da Presidência da República⁶. Desses, selecionei apenas os discursos relacionados à questão da mulher.

Da ex-presidenta Dilma Rousseff, analisei as seguintes falas: pronunciamento à nação da Presidenta da República no Parlatório do Palácio do Planalto, no dia 01 de janeiro de 2011; discurso durante cerimônia de início do Mês da Mulher: Trabalho e Cidadania – Salvador/BA, Irecê-BA, no dia 01 de março de 2011; discurso na cerimônia de abertura da 3ª Conferência Nacional de Políticas para as Mulheres – Brasília/DF, no Centro de Convenções Ulysses Guimarães – Brasília/DF, no dia 12 de dezembro de 2011; e o pronunciamento à nação no Parlatório do Palácio do Planalto, no dia 01 de janeiro de 2015.

Dentre os discursos do ex-presidente Michel Temer, analisei: discurso do Presidente durante cerimônia de posse dos novos Ministros de Estado – Palácio do Planalto; discurso durante cerimônia de posse da Senhora Grace Maria Fernandes Mendonça, no cargo de Advogada-Geral da União – Brasília/DF; discurso durante Cerimônia de Comemoração pelo Dia Internacional da Mulher – Brasília/DF; e discurso durante Evento Comemorativo ao Dia Internacional da Mulher – Brasília/DF.

Os oito (08) discursos fizeram parte de declarações sobre a questão da mulher na sociedade brasileira e são indispensáveis para se pensar de que forma as posturas e ações de ambos os governantes influenciaram na constituição das políticas públicas para as mulheres no Brasil, com a perspectiva de que seus discursos oficiais são baseados nas condutas e práticas ao governar. Neste aspecto, apresento cronologicamente os fatos registrados em notícias e discursos, embasando teoricamente com discussões contemporâneas acerca da condição feminina nas gestões de Dilma e Temer, para que no próximo capítulo sejam elencados os impactos dessas configurações de governo nas políticas públicas para as mulheres.

⁶ Disponível em: <http://www.biblioteca.presidencia.gov.br>.

3.1 A REPRESENTATIVIDADE POLÍTICA DAS MULHERES NO GOVERNO DILMA (2011 – 2016)

“Venho para abrir portas para que muitas outras mulheres, também possam, no futuro, ser presidenta; e para que – no dia de hoje – todas as brasileiras sintam o orgulho e a alegria de ser mulher”.

(Dilma Rousseff, 2011).

A epígrafe acima mencionada fez parte do discurso oficial de posse presidencial da figura política Dilma Rousseff, momento esse que pode ser considerado um dos mais importantes no que se refere à participação política das mulheres no país. O discurso ocorreu no dia 01 de janeiro de 2011, em Brasília – Distrito Federal, e no mesmo evento ocorreu a entrega da faixa presidencial pelo ex-presidente Luís Inácio Lula da Silva à sua sucessora e aliada partidária. A cerimônia demarcou a primeira vez que uma mulher foi nomeada presidenta do país, mesmo em meio ao processo desafiador de inserção das mulheres na política e sua condição de subalternidade nos mais diversos espaços da sociedade brasileira.

Figura 01 – Entrega da faixa presidencial do ex-presidente Lula para Dilma.



Fonte: G1 (2011).

A Figura 01 apresenta uma foto que foi registrada na Cerimônia de Posse Presidencial da candidata do Partido dos Trabalhadores, eleita com 55.752.483 votos nas

eleições de 2010 em disputa com José Serra, candidato tradicional do Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB). Sua eleição, seguida de posse presidencial, significa um passo importante para as mulheres brasileiras, tendo em vista o seu pioneirismo enquanto primeira mulher no cargo de maior autoridade do país. Assim, é possível afirmar que a representatividade política das mulheres no governo Dilma se condiciona, primeiramente, pelo fato do cargo presidencial ter sido ocupado por uma mulher. Segundo Rubim e Argolo (2018):

Consonante com tal realidade, somos de opinião que a eleição da mulher Dilma Rousseff, com 55.752.483 votos dos brasileiros em 2010, representou uma mudança significativa para a história das mulheres e, particularmente para o perfil presidencial do país, até então, exclusivamente, dominado por homens. Tal novidade acabou mobilizando redes de tensões e expectativas, especialmente porque as instituições pretensamente democráticas são majoritariamente masculinas, pensadas e vividas numa cultura de e para homens. (RUBIM e ARGOLO, 2018, p. 10).

A organização política brasileira possui diversas tradições e características que são carregadas de significados culturais e sociais. Dentre elas, a ocupação majoritariamente masculina de cargos políticos se destaca, colaborando significativamente em uma organização política machista, sexista e misógina nos espaços institucionais e, por consequência, na diminuição da escolha de mulheres para cargos políticos, bem como o tensionamento diante da inserção delas nesses espaços. As expectativas dos movimentos feministas e de mulheres para o que viria à frente diante da escolha democrática de uma mulher para assumir o cargo de presidenta do país eram inúmeras, principalmente pelo fato de que, historicamente, as mulheres brasileiras sempre foram silenciadas e ocultadas dos movimentos históricos, sendo pouco lembradas nos registros de desenvolvimento político da sociedade brasileira, como denota Rubim e Argolo (2018):

A mulher não foi citada, é uma ausência na carta magna do país, porque ela simplesmente não existia, para os constituintes, como indivíduo dotado de direitos. Uma falta que rebate diretamente nas narrativas sobre as lutas das mulheres. Em consequência, a história desse gênero torna-se uma fragmentada e dolorosa saga, tecida por avanços e recuos. (RUBIM e ARGOLO, 2018, p. 9).

Destarte, os registros de participação feminina na política brasileira são de autoria das próprias mulheres participantes dos movimentos feministas, registros esses deslegitimados pelos dados históricos oficiais, o que imbrica na descaracterização das organizações de mulheres e, por consequência, no pouco reconhecimento da importância do movimento no cenário político.

Em contrapartida, a posse de Dilma e sua trajetória de vida colaboram para contrapor a ideia de que não houve participação das mulheres nos acontecimentos políticos e históricos do país. Seu envolvimento foi iniciado na juventude enquanto estudante de escola secundária (atual ensino médio) aos 16 anos. Em militância, participou de grupos contrários ao regime civil-militar (1964-1985), no Comando de Libertação Nacional (Colina) e posteriormente na Vanguarda Armada Revolucionária de Palmares (VAR – Palmares). Em virtude das manifestações e resistências em meio ao golpe civil-militar, Dilma foi presa e torturada em 1970, ficando detida até 1973. (PINTO, 2018). Retomando o discurso feito em sua posse, ela apresentou elementos que pareciam delinear a sua proposta enquanto presidenta e mulher:

Pela decisão soberana do povo, hoje será a primeira vez que a faixa presidencial cingirá o ombro de uma mulher. (...) Para assumi-la, tenho comigo a força e o exemplo da mulher brasileira. Abro meu coração para receber, neste momento, uma centelha de sua imensa energia. E sei que meu mandato deve incluir a tradução mais generosa desta ousadia do voto popular que, após levar à presidência um homem do povo, decide convocar uma mulher para dirigir os destinos do país. Não venho para enaltecer a minha biografia; mas para glorificar a vida de cada mulher brasileira. Meu compromisso supremo é honrar as mulheres, proteger os mais frágeis e governar para todos! (Discurso de Posse Presidencial de Dilma Rousseff, 2011).

A então presidenta encarou o momento como de grande relevância para a representatividade política das mulheres brasileiras e, além disso, assumiu o compromisso de honrar a vida das mulheres brasileiras em seu primeiro mandato. A trajetória de Dilma durante seus dois mandatos presidenciais (o segundo mandato iniciou em 2015, graças à vitória nas eleições de 2014, que garantiu sua reeleição) foi demarcada por intensos eventos relacionados à questão de gênero. Seu comportamento fora dos padrões convencionais femininos, por ser desprezada de gestos sensíveis, ter uma postura forte e contundente, e ser declaradamente política de esquerda e participante de diversas mobilizações quando mais jovem, foram fatores incisivos que determinaram efeitos e tensões durante a sua atuação enquanto gestora.

Em sua posse presidencial, os olhares da imprensa nacional e internacional estavam voltados para o país, no entanto, as notícias que foram de maior destaque no Brasil pouco mencionaram o fato histórico da inserção de uma mulher na Presidência da República Brasileira. Pelo contrário, trouxeram assuntos que remetiam a questões de gênero e que secundarizaram a importância do fato. O que mais se abordou foi a presença e a beleza de Marcela Temer, esposa do vice-presidente de Dilma, Michel Temer (PMDB). Em diversas manchetes, a aparência física de Marcela Temer foi declarada como o maior destaque do evento,

desconsiderando a importância da figura de Dilma enquanto ocupante daquele espaço e protagonista da ocasião, como bem menciona Rubim e Argolo (2018):

Já eleita na cerimônia de sua posse, em 1º de janeiro de 2011, foi deflagrada a primeira inflexão sobre questões de gênero. Diferentemente da posse dos presidentes anteriores, a presidenta Dilma Rousseff subiu a rampa do Palácio do Planalto acompanhada de sua filha, Paula Rousseff – configurando um fato novo, inaugurador na história dessa cerimônia no Brasil. A magnitude simbólica daquele double de mulheres à frente do desfile presidencial, sem dúvida estabelecia um fato jornalístico de primeira ordem. No entanto, isso não foi considerado. Como bem o demonstra a manchete do jornal O Globo: “A beleza da vice-primeira dama rouba a cena na posse da Dilma” (SETTI, 2011). O fato jornalístico é suprimido e a atenção se desloca para a enigmática esposa do então vice-presidente Michel Temer. O texto do jornal enfatiza essa opção com a morna e burlesca observação que a presidenta Dilma Rousseff “até se esforçou”, mas que foi Marcela Temer quem capturou o olhar dos homens. (RUBIM e ARGOLO, 2018, p. 13).

Figura 2 – Discurso de Posse Presidencial de Dilma Rousseff. Ao lado, o Vice-presidente Michel Temer e sua esposa, Marcela Temer



Fonte: G1 (2011).

Como percebemos na Figura 02, Marcela Temer chamou a atenção da mídia pelos seus aspectos físicos (loira, branca e de olhos claros) e por ter uma grande diferença de idade entre ela e seu esposo. Assim, a figura da vice-primeira-dama foi um “copo cheio” para uma prática que aconteceu em diversos momentos da trajetória presidencial de Dilma Rousseff: o desvio da participação política da mulher para características físicas e comportamentos que podem vir a condizer ou não com os costumes e tradições impostos na atual sociedade brasileira. Por exemplo, a expressão “capturou o olhar dos homens” (SETTI, 2011) diz muito sobre a necessidade desenfreada de priorizar e centralizar os desejos e vontades masculinas em todas as situações apresentadas no cotidiano da mulher, com a premissa de que elas sempre estarão

sujeitas e disponíveis para os anseios e quereres dos homens, mesmo estando presente e ocupando cargos na arena política.

Além disso, é notória a necessidade de deslegitimar o lugar da representatividade política feminina, ensejando espaço a diálogos supérfluos no cenário político e nas formas de exercer o poder político: discussões sobre a aparência física da ex-presidenta, em diversos momentos da sua atuação enquanto gestora, sobrepuseram-se às questões e atividades que são de responsabilidade do cargo presidencial. Para frear essa tendência, a ex-presidenta, por diversas vezes, demonstrou uma clara rigidez nos momentos de decisão e governabilidade, na expectativa de reprimir a subalternização da condição feminina no espaço político, esta que ocasiona a visibilidade da mulher na política como mero objeto de utilização e apreciação dos homens.

Para a composição do governo, a ex-presidenta Dilma destacou-se pela escolha de mais mulheres na nomeação dos ministérios (18 mulheres se somados os dois mandatos), o de maior presença de mulheres até então. No primeiro mandato, Dilma nomeou 9 ministras, o que representa avanço significativo na presença em cargos de chefia política. Na figura abaixo, há o registro de posse ministerial mostrando o tamanho da abertura política para as mulheres em seu mandato.

Figura 3 – Fotografia oficial da composição de ministérios do primeiro mandato de Dilma Rousseff



Fonte: EBC (2016).

Outro momento marcante em sua entrada no poder foi a utilização do termo “presidenta” ao invés de “presidente”. O termo na gramática oficial inexistente, mas foi adotado

por Dilma com a expectativa de trazer, simbolicamente, a proposta de desmistificar a posição da presidência como exclusiva dos homens:

Outra questão que merece atenção é o embate criado pelo uso do termo *presidenta*, adotado por Rousseff após a sua posse. Tal fato mobilizou a imprensa brasileira que engendrou uma série de “seminários” com especialistas em gramática para opinar sobre a correção da palavra, e se opôs a adotar a nomenclatura em seus conteúdos, como mais um exemplo da sua parcialidade. (RUBIM e ARGOLO, 2018, p. 13 e 14).

A intenção de desqualificar a proposta do termo insere-se em uma lógica que não limita sua negação apenas pela necessidade de justificar o que deve ser escrito de forma gramaticalmente correta, mas também pelo objetivo de defender a permanência do termo “*presidente*”, denotando contribuir para que o tradicionalismo permaneça intacto e, por consequência, deixando claro que o espaço que Dilma estava ocupando era temporário para as mulheres. Nesse sentido, a adoção do termo “*presidenta*” foi entendido como uma afronta aos preceitos políticos tradicionais, sendo contestado por diversos grupos políticos e ideológicos.

Durante o seu governo, Dilma intensificou os debates acerca do combate à violência doméstica e familiar contra a mulher. Em 2011, no mês de março, no qual se comemora o dia internacional da mulher, a *presidenta* abordou diversas vezes o assunto, com a expectativa de promover a campanha. Em uma de suas atividades, participou de um Programa Culinário da TV Globo, o “*Mais Você*”, apresentado por Ana Maria Braga no turno da manhã. Na ocasião, Dilma objetivou iniciar os debates acerca da importância do mês em alusão ao dia internacional da mulher, além de trazer outros assuntos pertinentes, como a participação política das mulheres, a conquista delas de mais espaço na sociedade e a utilização do termo “*presidenta*”, afirmando que “é para enfatizar que agora existe uma mulher no mais alto cargo do país, que nós podemos sim chegar longe”⁷. Em pronunciamento oficial realizado em cadeia nacional no dia 08 de março do ano de 2013, Dilma passou um aviso para os homens que agridem as mulheres: “Se vocês agem assim por falta de respeito ou por falta de temor, não esqueçam jamais que a maior autoridade deste país é uma mulher, uma mulher que não tem medo de enfrentar os injustos nem a injustiça, estejam onde estiverem”⁸. Na ocasião, outros pontos foram defendidos, como a equiparação salarial entre homens e mulheres que exercem o mesmo cargo.

⁷ G1 Rio de Janeiro. **Dilma participa do programa de Ana Maria Braga, no Rio**. G1, Rio de Janeiro. 28 fev. 2011. Disponível em: < <http://g1.globo.com/politica/noticia/2011/02/dilma-participa-do-programa-de-ana-maria-braga-no-rio.html>>. Acesso em: 08 mar. 2019.

⁸ MARTINS, Carolina. **Dilma ameaça homem que bate em mulher: “Maior autoridade deste País é mulher sem medo de injustos”**. R7, Brasília. 08 mar. 2013. Disponível em: < <https://noticias.r7.com/brasil/dilma-ameaca-homem-que-bate-em-mulher-maior-autoridade-deste-pais-e-mulher-sem-medo-de-injustos-08032013>>. Acesso em: 08 mar. 2019.

No final do primeiro mandato, no ano de 2014, Dilma se pronunciou sobre uma campanha que aconteceu nas redes sociais: a jornalista Nana Queiroz, de Brasília – Distrito Federal, criou a campanha “Não mereço ser estuprada”, que mobilizou centenas de mulheres através de compartilhamentos com a frase. Devido à grande visibilidade, a jornalista sofreu inúmeras ameaças de pessoas que não concordaram com a campanha, ameaças essas que diretamente indicavam agressão e estupro. A presidenta se solidarizou com a jornalista e apoiou o movimento contra a cultura da violência contra mulher. (R7, 2014).

No mesmo ano, em comemoração a mais um dia internacional da mulher, Dilma enalteceu o aumento de mulheres no mercado de trabalho, além de ter evidenciado a maior participação política delas durante o seu período de governo. Em seu discurso de posse do segundo mandato, ressaltou mais uma vez sua posição enquanto representante das mulheres brasileiras:

Volto a esta Casa com a alma cheia de alegria, de responsabilidade, de esperança. Sinto alegria por ter vencido os desafios e honrado o nome da mulher brasileira. O nome de milhões de mulheres guerreiras, mulheres anônimas que voltam a ocupar, encarnadas na minha figura, o mais alto posto dessa nossa grande nação. (Discurso de Posse Presidencial de Dilma Rousseff, 2015).

Mesmo com um cenário mais restrito às políticas sociais, Dilma buscou em seu segundo pleito abordar temas importantes acerca da participação de mulheres na política. De fato, as dificuldades de inserção das mulheres na política brasileira são inúmeras e seus percalços não se esgotaram com a posse. Mesmo eleita em um processo democrático e legítimo, pôde vivenciar em seu segundo mandato um processo exaustivo de *impeachment*. Nesse contexto, a eleição de Dilma, que representou intensa abertura política para as mulheres no ano de 2010, findou em um processo golpista e covarde para retirar os poderes da primeira mulher presidenta do Brasil. Segundo Rubim e Argolo (2018):

Sob o clima desse contexto, foi urdida a ofensiva, “fora Dilma”, tendo como pretensa acusação “as pedaladas fiscais”, já utilizadas como procedimento de gestão pelos presidentes anteriores. Em verdade, tais palavras de ordem eram de fato a tradução do ressentimento dos políticos representantes das tradicionais classes dominantes do Brasil, que tinham perdido o poder e de classes médias cada vez mais reativas a possibilidade de um país menos desigual. (RUBIM e ARGOLO, 2018, p. 11).

Nesse momento, atendo-me ao fato de que, mesmo em meio a um processo oficializado pelas instâncias de decisão democrática, a postura das oposições de governo, gestores, governantes, mídia e população que apoiavam o processo de *impeachment* era de total desrespeito e discriminação de gênero com a figura de Dilma, o que me condiciona a perceber

que esse processo não era apenas em virtude da necessidade de paralisar as mudanças que estavam ocorrendo em favor das classes mais pobres, mas também uma oportunidade de retirar os poderes da então presidenta, que, ao olhar deles, não era digna do poder institucionalizado pelo fato de ser mulher. No entanto, a questão de gênero foi ocultada desse momento, como bem menciona Rubim e Argolo (2018):

Mas apesar do seu grande impacto simbólico para as mulheres, contingente significativo da população no país, as questões de gênero, que fizeram parte de modo contundente da campanha do impeachment foram minimizadas, relegadas ao status de problema menor. O que sem dúvida denota mais uma tentativa de silenciamento da história das mulheres no Brasil. (...) A compreensão majoritária era de que a deposição da presidenta estaria fundamentalmente vinculada à crise econômica e ao desempenho político de Rousseff. Sem desprezar tais perspectivas, pois reconhecemos que a crise econômica foi utilizada para inflar o descontentamento popular cenário ideal para que a oposição atuasse politicamente pelo impeachment. Entretanto, a nosso ver, isso não anula a presença da questão de gênero como elemento de disputa durante toda a gestão da presidenta, inclusive fortemente acionada, durante a campanha político-midiática em favor do impeachment, ora de forma mais sutil, ora com gravíssima veemência. (RUBIM e ARGOLO, 2018, p. 12).

A transição do governo de Dilma para Temer também foi um momento recheado de tensões e embates. Embora Michel Temer tenha sido escolhido por ela para ser Vice-presidente, sua opção foi demandada pela necessidade de obter alianças com o partido de maior quantidade de componentes nas instâncias de decisão política (Senado Federal e Câmara dos Deputados), o Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB), responsável pela maioria de integrantes nesses espaços e, por isso, maior poder de governabilidade. Em contrapartida, a necessidade de acordos ocasionou certos limites diante das intenções de governo de Dilma: de um lado, precisava dessas alianças para aprovar os programas e projetos que propunha; de outro, tinha a missão de colocar à frente planos de combate à corrupção, o que causava desconforto em suas parcerias que não concordavam com o movimento, como comenta Rovai (2016):

A “faxina ética” no governo passou a ser uma das bandeiras do início daquela gestão. A presidenta ganhava uma marca pública que lhe rendia simpatia na classe média e aprovação razoável nas pesquisas, mas ao mesmo tempo acumulava inimigos que deixavam o governo pela porta dos fundos e desgastava a imagem do seu antecessor. (ROVAI, 2016, p. 12).

Mesmo sendo rotulada de desastrosa na economia (ROVAI, 2016), Dilma não se abateu e continuou seguindo com o modelo de transformação da economia e retomada da indústria, conseguindo, ainda, manter a popularidade em alta nas pesquisas. Em 2012, movimentos de rua ganharam força com protestos que, inicialmente, demandavam questões e

pautas de esquerda do Movimento Passe Livre (MPL), que lutavam pela política do Passe Livre nos transportes coletivos, mas que com o tempo foram sendo engolidos por bandeiras de direita e pelo senso comum. Com a grande visibilidade dos movimentos em virtude da Copa das Confederações, que acontecia no mesmo período, as exigências começaram a ser atendidas, como o cancelamento do aumento de passagens na cidade de São Paulo pelo prefeito Fernando Haddad (PT), e o comprometimento de Dilma com algumas pautas defendidas pelos movimentos.

Mesmo assim, a remodelagem do movimento organizado para retirá-la do poder foi decisiva para causar muitos empecilhos na reeleição da presidenta, que disputou acirradamente o segundo turno com Aécio Neves (PSDB), candidato que em um processo radicalizador de reprodução de discursos da direita foi capaz de aflorar ainda mais o discurso de ódio à presidenta. Em sua campanha, a forma de tratamento à sua opositora causou estranhamento em parte do eleitorado feminino. Aécio chamou Dilma de “leviana” por diversas vezes, em tom pejorativo, durante os debates presidenciais transmitidos nos programas de televisão.

Com a vitória de Dilma, uma verdadeira campanha pela deposição da presidenta foi iniciada e apoiada por diversos setores, em especial as oposições partidárias que expressavam posicionamentos machistas e sexistas com a expectativa de desqualificar sua gestão, como bem argumenta Pinto (2018):

Durante a campanha a favor do impeachment, levada a efeito nas redes sociais por grupos conservadores, e nas manifestações de rua lideradas por uma classe média urbana elitizada, a questão de gênero aflorou da forma mais primária possível. Deixou de ser um preconceito contra mulheres na política para ser simplesmente um preconceito contra a mulher. A sociedade brasileira mostrou todo seu primarismo, toda a sua ignorância, cultivada nos bairros e nos colégios de elite das principais cidades do país. As ofensas sexuais, em adesivos e nas redes sociais, bem como os palavrões dirigidos a Dilma Rousseff, melhor do que qualquer pesquisa de opinião, são parâmetros do nível de educação cívica e de preconceito contra a mulher no país. (PINTO, 2018, p. 30).

O movimento “Fora Dilma” foi recheado de discursos de ódio à presidenta, sendo reveladas manifestações machistas, sexistas e misóginas em todos os seus aspectos. A questão de gênero, apresentada nesse momento de forma discriminatória e preconceituosa, revela as formas desiguais que os homens e as mulheres são tratados em sociedade e no âmbito da política. Lula, assim como Dilma, também obteve certa rejeição popular e institucional depois do surgimento de denúncias de corrupção que envolveram seu nome. No entanto, as ofensas e críticas ao ex-presidente não procediam de sua condição de gênero, ao contrário de Dilma, que pôde vivenciar diversas manifestações de discriminação por ser mulher em seus dois mandatos.

Um retrospecto da linha do tempo do golpe, que teve seu início com as manifestações de 2013, deixa claro que o capital que rege os envolvidos aproveitou e financiou as manifestações de direita, conhecidas como coxinhas. A primeira delas se deu com a violência sexual explícita contra a presidenta na abertura da Copa do Mundo em 2014, quando torcedores ricos e da direita gritaram contra ela palavras de baixíssimo calão e de significado sexual – “Ei, Dilma VTNC”. (OLIVEIRA, 2018, p. 67).

Além disso, a imprensa brasileira, por estar diretamente vinculada à legitimação da sub-representação feminina na política, acabou por promover esses processos discriminatórios. A passagem de Dilma pela presidência serviu para expor, em sua forma mais crua, as dificuldades e fragilidades da permanência de uma mulher na política brasileira, uma vez que tentam minar a legitimidade da liderança feminina e reafirmar sua incompetência não apenas no âmbito privado, mas também no âmbito público, na gestão de políticas públicas e na representação política.

Outro momento que demarcou as discriminações sofridas pela presidenta foi a mobilização de parte dos parlamentares com os dizeres “Tchau, querida!”, palavras proferidas pelo ex-presidente Lula em ligações telefônicas gravadas pela operação Lava-Jato. O termo, utilizado de forma ardilosa, demonstrou total desrespeito, deslegitimando sua posição de autoridade máxima do país. As placas foram confeccionadas para ilustrar os dois períodos de votação do processo de *impeachment* na Câmara dos Deputados e no Senado, o que representou, simbolicamente, a sua destituição.

Figura 4 – Parlamentares segurando placas com a frase: “Tchau, querida!”



Fonte: Jovem Pan/UOL, 2016.

Apesar da positividade simbólica que representa a ocupação presidencial de Dilma, primeira mulher no topo da política, sua permanência no governo foi uma cruel exposição das reproduções discriminatórias de gênero presentes no cenário político. Mesmo em posição rígida e defensora do seu espaço enquanto mulher e militante de esquerda, a condição de subalternidade foi, por diversas vezes, imposta pela mídia, pelos setores conservadores e pelos opositores de seu governo.

Ainda provoca imensa indignação, por exemplo, a lembrança de adesivos fartamente distribuídos mostrando Dilma com as pernas abertas para serem colados nos tanques de gasolina dos veículos. Quando tal tipo de agressão seria cometida contra um homem? Ainda causa vergonha e revolta nas pessoas sérias, ainda que de oposição ao governo Dilma, a sessão da Câmara dos Deputados que autorizou o afastamento da presidenta. Nesta sessão um deputado, no momento em que votava, homenageia um dos maiores torturados de nosso país. (OLIVEIRA, 2018, p. 68).

As atitudes discriminatórias eram desenfreadas e causavam revolta aos movimentos feministas e de mulheres, principalmente pelo entendimento de que nenhum presidente em exercício sofreu as ofensas e agressões verbais com a intensidade que ela sofreu. Após a votação do Senado, que aceitou as denúncias de crime de responsabilidade contra Dilma, a ex-presidenta teve o direito de se apresentar ao Senado para se defender. Em seu pronunciamento, não escondeu sua indignação com todo o processo de sua destituição:

São pretextos, apenas pretextos, para derrubar, por meio de um processo de impeachment sem crime de responsabilidade, um governo legítimo, escolhido em eleição direta com a participação de 110 milhões de brasileiros e brasileiras. O governo de uma mulher que ousou ganhar duas eleições presidenciais consecutivas. (SENADO, 2016).

Por consequência, seu *impeachment* foi legitimado, o que gerou a sua deposição e, logo após a sua saída, tem início o governo de Temer, que vem a ser uma das figuras políticas mais retrógradas no que diz respeito à representatividade política das mulheres. Segundo Oliveira (2018):

O golpe parlamentar que retirou do poder a presidenta Dilma Rousseff em maio de 2016, para além de ter sido um movimento visando interromper um processo de mudanças sociais no Brasil, tem também um componente forte de discriminação de gênero. Dilma foi a primeira mulher eleita presidenta em um país de cultura marcadamente patriarcal. (OLIVEIRA, 2018, p. 65).

A cultura patriarcal, aqui citada por Oliveira (2018), foi aspecto determinante para as medidas que foram adotadas no executivo sob o comando de Michel Temer. Uma delas foi

a composição de seu governo e as diversas polêmicas que surgiram em torno das suas escolhas. No tópico a seguir, discuto a representatividade política das mulheres no governo Temer e seus acontecimentos de maior destaque relacionados ao tema.

3.2 A REPRESENTATIVIDADE POLÍTICA DAS MULHERES NO GOVERNO TEMER (2016 – 2018)

Tenho a absoluta convicção, até por formação familiar, por estar ao lado da Marcela, o quanto a mulher faz pela casa, o quanto faz pelo lar, o quanto faz pelos filhos.

(Michel Temer, 2016).

A deposição do governo da ex-presidenta Dilma Rousseff, em meio a processos discriminatórios de gênero em todo o percurso, foi determinante para o que viria a seguir. Para além de uma mera transição, a posse de Michel Temer como presidente interino, logo após a retirada do poder de Dilma, representou um dos primeiros pontos críticos em torno do que poderia acontecer com a representatividade política das mulheres no país. Temer, político pertencente ao PMDB, pregou em toda sua trajetória política uma abordagem conservadora e tradicional nos espaços de decisão, o que implicou, diretamente, em suas ações governamentais e nos seus posicionamentos durante sua caminhada na presidência. Com o discurso de recuperar o país da crise econômica, rebuscou, no momento da posse, verbalizar a necessidade de reordenar o que estava, no seu entendimento, instável e crítico:

Temos problemas urgentes pela frente. Urgentes e ingentes. Mas não vamos nos atemorizar quando eventualmente tivermos que tomar medidas impopulares, quando vez ou outra a imprensa, que é irmã siamesa do Poder Legislativo... A todo momento costumo dizer que Legislativo forte é sinônimo de imprensa livre e imprensa forte, e que Legislativo fraco e fechado é sinônimo de imprensa fraca, de imprensa desprestigiada, de imprensa que pode até ver calada sua voz, como aconteceu em muitos momentos da história do nosso País. (Discurso de Posse Presidencial de Michel Temer, 2014).

As palavras do ex-presidente eram de otimismo quanto às medidas que seriam impostas, mas também de advertência quanto ao que estava por vir, pois ele tinha a missão imposta pelos parlamentares de auxiliar na aprovação de medidas e reformas que estavam sendo

até então freadas pela ex-presidenta Dilma. Medidas essas, em sua maioria, relacionadas a cortes orçamentários em programas sociais e à reforma da política de previdência social do país.

Aprofundando a realidade e analisando criticamente a proposta de Michel Temer e de sua turma, era de se esperar que houvesse retrocesso nas medidas populares adotadas pelos governos que haviam ocupado o poder durante 13 anos de mandato (governos Lula e Dilma). Assim, as políticas de cunho social começaram a ser atingidas e enfraquecidas com a justificativa de que seriam necessários cortes para uma maior regulação e recuperação da economia brasileira.

Em meio a esse processo, a questão de gênero no governo Temer aparecia de forma sutil, porém cerceada em seus discursos presidenciais. Além de atos de reconstituição do governo e promoção de reformas, o governo, decididamente, foi perpassado por diversas polêmicas e embates sobre questões relacionadas a gênero e mulher, como bem menciona Oliveira (2018):

Partindo dessa análise é que afirmo que estamos (...) sob a vigência de um golpe patriarcal, machista, sexista, capitalista financista, fundamentalista, mediático e parlamentar que retirou da presidência da República a primeira mulher eleita e reeleita com mais de 54 milhões de votos. Ou seja, nesse caldeirão de interesses, é preciso enfatizar a dificuldade em aceitar que o poder era exercido por uma mulher. E a trataram com a falta de cerimônia, civilidade e respeito que caracterizam o comportamento machista em relação às mulheres em geral (...). (OLIVEIRA, 2018, p. 66).

Ao tempo em que exponho as reflexões da autora acerca do processo de *impeachment* que Dilma sofreu, também atento para as consequências da deposição da ex-presidenta e a posterior posse de Michel Temer. A primeira nomeação para os ministérios com o presidente interino empossado foi direcionada para parlamentares em sua maioria envolvidos em escândalos de corrupção e que, mesmo assim, eram respeitados e colocados em patamares de importância na política brasileira por terem as seguintes características:

São homens brancos, ricos, violentos e vorazes que se explicitaram como estruturantes do patriarcado brasileiro que une gênero, raça e classe. A foto da posse do ministério de Michel Temer chocou a população. Não havia ali uma mulher sequer, ou uma pessoa negra. Todos se caracterizam por pertencerem à mesma classe social e aos mesmos grupos de interesse. E uma grande parte acusada de corrupção, hoje comprovadas por uma série de denúncias. (OLIVEIRA, 2018, p. 66).

O então presidente, Michel Temer, foi peça chave fundamental para o que estaria orquestrado desde muito antes do início do processo de deposição de Dilma: a necessidade de frear as políticas governamentais características dos governos populares que estavam no poder

há quase quatro mandatos, aliada à tentativa de barrar as condições mais favoráveis à participação política das mulheres brasileiras que, mesmo enfrentando barreiras de discriminação de gênero na inserção política, tinham como símbolo de protagonismo a ex-presidenta Dilma Rousseff e seu modelo de ser. Dessa forma, a mudança radical de posturas, as ocupações de cargos e os discursos inflados de características machistas e sexistas impulsionaram também a remodelagem das políticas públicas para as mulheres e foram cruciais para o aparecimento de novos movimentos feministas e de mulheres, expressando o descontentamento com o governo Temer.

Figura 5 – Composição Ministerial do Presidente Michel Temer (2016)



Fonte: Site Sul 21 (2016).

A ausência de mulheres na composição ministerial de Michel Temer foi vista pelos movimentos feministas e de mulheres, bem como por pesquisadores(as) de gênero, como mais uma forma de limitar os espaços públicos e políticos para as mulheres. A última vez em que a composição ministerial havia sido composta exclusivamente por homens foi no governo de Ernesto Geisel (1974 – 1979), durante o período militar. A situação também foi destaque no cenário latino-americano, tendo em vista que o Brasil passava a ser o único país da América Latina sem representação feminina nos ministérios. A figura 6 mostra um momento marcante no primeiro dia de governo interino de Michel Temer, ou seja, a ausência de representatividade de mulheres e negros na composição dos ministérios.

O governo justificou que "não foi possível" levar a representatividade em conta uma vez que governo tinha sido montado às pressas e com base em indicações feitas pelos partidos. Além disso, argumentou Eliseu Padilha, ministro da Casa Civil, à época: "em várias funções nós tentamos buscar mulheres, mas por razões que não vêm ao caso aqui nós discutirmos, não foi possível". Muitas personalidades se negaram a participar do governo interino, por considerá-lo ilegítimo. (Site Uol Notícias, 2014).

Com a justificativa de que não havia sido possível, embora tentado, o governo buscou dar continuidade às suas propostas mesmo diante da ausência de representatividade feminina nos ministérios. Contudo, os movimentos feministas e de mulheres o pressionaram para que mudassem esse quadro, como aborda Santana (2018):

A era Temer, marcada pelo pragmatismo tosco, de um presidente ilegítimo, que procura apagar todas as marcas progressistas do governo anterior, foi iniciada eliminando a presença de mulheres, de negros e de gente de extração popular do seu primeiro escalão. A fotografia de um governo constituído por 24 homens brancos comandando ministérios evidenciou a marca misógina e falocêntrica da nova gestão, divorciada da mais remota perspectiva de promover a igualdade entre os sexos na ocupação de espaços de poder. (SANTANA, 2018, p. 171).

Pela visibilidade negativa da ação, Temer rearticulou suas alianças para remanejar os ministros e acrescentar mulheres em algumas das pastas e em cargos de chefia de empresas públicas. No entanto, seu posicionamento político atrelado à necessidade oportunista de nomear mulheres para os cargos, tentando responder às demandas dos movimentos e protestos nas ruas, dificultou a adesão de mulheres ao seu governo.

Antes de ser uma divergência política, as negativas de mulheres aos convites formulados por Temer eram expressas como ato político e de repulsa aos movimentos arbitrários inerentes ao *impeachment* de Dilma Rousseff. Parte das mulheres que foram convidadas demonstraram opiniões contrárias à elegibilidade de Temer e ciência do caráter criminoso do processo de destituição, reconhecido por muitas mulheres políticas como um golpe de Estado. Além disso, haviam críticas incisivas às primeiras ações governamentais do presidente:

A determinação de Michel Temer gerou um forte gesto de resistência das mulheres brasileiras. Ao menos cinco das mulheres que foram sondadas para a Secretaria da Cultura, que substituiria o Ministério da Cultura extinto, segundo a imprensa, negaram veementemente o convite. A negativa baseava-se não apenas, no caráter explicitamente oportunista do convite, mas também na oposição à extinção do Ministério da Cultura (MinC). (...) É preciso reforçar como a negativa das mulheres ao convite do presidente representou um ato feminista contra o projeto do governo de exclusão das mulheres dos espaços de poder. (RUBIM e ARGOLLO, 2018, p.18).

Como aliada fiel, Temer tinha parte da imprensa que, da mesma forma como desqualificou as ações e características de Dilma, também tratou de promover a permanência dele no poder. Uma das questões mais emblemáticas antes do processo de *impeachment* foi o enaltecimento da figura da primeira-dama, Marcela Temer, em uma notícia destacando suas qualidades como mulher “bela, recatada e do lar”⁹, reportagem que circulou logo após a posse de Michel enquanto presidente interino. Foi perceptível a tentativa de trazer à tona a diferenciação entre Dilma e Marcela a respeito das características que as mulheres brasileiras não deveriam e deveriam ter, respectivamente. Ficou clara, também, a necessidade de elogiar uma mulher que não se envolve com a questão pública e que permanece dentro da lógica subalternizada advinda do âmbito privado:

A rejeição ao modelo de mulher representada pela presidenta torna-se clara quando, logo após a primeira votação pela abertura do processo, de impeachment na Câmara dos Deputados, a revista *Veja* ofertou ao leitor a antítese de Rousseff. O que poderia ser considerado um exemplo de mulher, devidamente enquadrada em seu devido lugar de feminilidade, representada pela figura de Marcela Temer, no amplamente criticado artigo “Marcela Temer: bela, recatada e ‘do lar’”. (LINHARES, 2016) A edição da referida revista não poupa seus adjetivos ao perfil do que considera ser uma “mulher perfeita”: silenciosa, bonita, vaidosa e dona de casa. (RUBIM e ARGOLLO, 2018, p. 16).

Observar as abordagens midiáticas influentes no jogo político é de profunda importância para compreender como as questões de gênero são influenciadas pela conjuntura política, cultural e social de uma dada sociedade. As formas de discriminação podem ser flexibilizadas nas notícias formadoras de opiniões e valores no âmbito do senso comum, podendo afetar diretamente o cotidiano das mulheres, além de abranger a dimensão do feminino nos espaços de decisão política.

Marcela Temer foi destaque na notícia por ter aparecido em público pouquíssimas vezes durante todos esses anos de política de Michel Temer. Algumas opiniões de pessoas que convivem com a primeira-dama destacam: “Marcela sempre chamou atenção pela beleza, mas sempre foi recatada”, diz sua irmã mais nova, Fernanda Tedeschi. “Ela gosta de vestidos até os joelhos e cores claras”, conta a estilista Martha Medeiros. (VEJA, 2016). Nesses trechos, é notória a intenção de destacar aspectos de aparência e comportamento como condutas exemplares de uma mulher que cuida de sua beleza, mas que preserva sua honra por não utilizar roupas mais curtas ou cores extravagantes. É a figura da mulher delicada que deve ser copiada por todas aquelas que queiram ser respeitadas socialmente. Esse estilo se contrapõe às posturas

⁹ LINHARES, Juliana. **Marcela Temer: bela, recatada e “do lar”**. VEJA, Brasil. 18 abr. 2016. Disponível em: <<https://veja.abril.com.br/brasil/marcela-temer-bela-recatada-e-do-lar/>>. Acesso em: 08 mar. 2019.

de Dilma Rousseff, que sempre apareceu forte e participativa nos espaços de organização e mobilização política.

Figura 6 – Foto de Notícia da revista Veja intitulada “Marcela Temer: Bela, Recatada e do Lar”



Fonte: Site VEJA (2016).

A notícia era apenas um “refresco” para o que aconteceria durante todo o mandato do ex-presidente Michel Temer. Sua postura diante das datas comemorativas relacionadas às mulheres foi de promoção à figura da mulher do lar, que não participa dos espaços de mobilização política, ignorando o fato de que as mulheres, na modernidade, estão cada vez mais inseridas no mercado de trabalho. Um exemplo disso foi seu primeiro discurso de Dia Internacional da Mulher. Parte dele expus em epígrafe deste tópico, a ele voltarei novamente:

Tenho absoluta convicção, até por formação familiar e por estar ao lado da Marcela [Temer], do quanto a mulher faz pela casa, pelo lar. Do que faz pelos filhos. E, se a sociedade de alguma maneira vai bem e os filhos crescem, é porque tiveram uma adequada formação em suas casas e, seguramente, isso quem faz não é o homem, é a mulher. (Discurso em alusão ao Dia Internacional da Mulher do Presidente Michel Temer, 2016).

A proposta do discurso era trazer contribuições das mulheres em sociedade, o que se resumia, na opinião do ex-presidente e de acordo com a sua formação familiar (o que já

pressupõe sua necessidade de reafirmar os costumes e posturas tradicionais que foram observados em seu desenvolvimento familiar), a comportamentos relacionadas ao lar, à família e à organização doméstica, como se observa a seguir:

E hoje, como as mulheres participam em intensamente de todos os debates, eu vou até tomar a liberdade de dizer que na economia também, a mulher tem uma grande participação. Ninguém mais é capaz de indicar os desajustes, por exemplo, de preços em supermercados do que a mulher. Ninguém é capaz de melhor detectar as eventuais flutuações econômicas do que a mulher, pelo orçamento doméstico maior ou menor. (Discurso em alusão ao Dia Internacional da Mulher, do Presidente Michel Temer, 2016).

A responsabilização e exclusividade às mulheres pelo ambiente doméstico é uma das maiores, senão a principal manifestação de desigualdade entre homens e mulheres, combatida veemente pelos movimentos feministas e de mulheres. Na contramão do que prega referidos movimentos, Michel Temer buscou, em sua fala, solidificar a importância da mulher apenas no âmbito privado, além do que ela já é imposta na cultura e nos costumes da sociedade brasileira. Trata-se da naturalização dos atributos domésticos das mulheres, desnudando o perfil do governante no tocante ao combate à desigualdade entre homens e mulheres. Assim, conseguiu fortalecer os discursos conservadores e discriminatórios acerca da condição feminina, enaltecendo-os como aspectos importantes na vida das mulheres. No próximo tópico, apresento os perfis das mulheres que compuseram os governos Dilma e Temer, na expectativa de comparar os dois governos no tocante à representatividade política feminina.

3.3 QUANTAS E QUEM FORAM? AS MULHERES POLÍTICAS NOS GOVERNOS DE DILMA E TEMER

As mulheres, em todo o percurso histórico da humanidade, têm sido sub-representadas nos espaços de decisão política. Parte de suas manifestações ao que está imposto foram organizadas junto a formações autônomas além da participação no jogo político. No entanto, desde a redemocratização brasileira, fato que mencionamos em tópicos anteriores, as mulheres buscaram ocupar outros espaços, com a expectativa de garantir legitimidade às questões que lhes eram necessárias.

Como opção de intervir na realidade imposta, a representação política se mostrou oportuna para adentrar o aparato estatal e atender as demandas das mulheres em pauta nas discussões políticas. Desde essa época até a eleição da primeira ex-presidenta do Brasil, passaram-se muitos anos, e mesmo com todos os avanços na condição feminina, como a

inserção da mulher no mercado de trabalho e sua participação na política, a representatividade política delas ainda se demonstra tímida diante da grande representatividade dos homens, que, inegavelmente, são maioria na política institucional.

Com a eleição de Dilma, inaugurando a ocupação de uma mulher no cargo político máximo do país, havia a esperança por parte dos movimentos feministas e de mulheres relativa a uma maior inserção do feminino no jogo político e, por consequência, de uma maior representatividade política das mulheres brasileiras com a expectativa de mudança de cultura política no país.

Neste tópico, serão apresentados os perfis e percursos políticos das mulheres que compuseram o governo de Dilma, no intuito de entender suas características políticas e suas relações com a condição feminina no país, ou seja, o objetivo é perceber o nível de representatividade política das mulheres em suas condutas políticas. Posteriormente, serão apresentadas as mulheres que participaram do governo Temer, com a finalidade de analisar comparativamente a transição de um para o outro e, dessa forma, entender como se configurou a representatividade política das mulheres no governo Temer, com a premissa de que a mudança do governo foi decisiva para essa reconfiguração.

As eleições presidenciais de 2010 foram iniciadas já com a expectativa de que o ex-presidente Lula elegeria qualquer candidato sucessor diante da grande popularidade de seu governo. A eleição de Dilma Rousseff, candidata que nunca havia disputado outras eleições de cargos eletivos, sendo destaque apenas em cargos técnicos durante toda a sua trajetória política (seu último cargo foi de Ministra-Chefe da Casa Civil no período de 2005 a 2010, no governo Lula), foi um dos grandes marcos no cenário político brasileiro, tendo em vista a grande visibilidade da campanha para a condição de gênero da candidata, trazendo aspectos relacionados à questão da mulher e o combate à violência doméstica, além de toda uma agenda voltada para as questões sociais, seguindo a mesma linha de intervenção de Lula.

Com a vitória, a presidenta Dilma procurou compor o seu governo com a inclusão de mulheres nos cargos técnicos, demonstrando a necessidade de cumprir o discurso de defesa proposto durante as campanhas das eleições de 2010. Assim, ela montou seu governo com o pioneirismo de inserir o maior número de mulheres nos ministérios se comparado a outros governos. A seguir, a apresentação das mulheres que foram escolhidas para compor o ministério no primeiro mandato de Dilma Rousseff (2010 – 2014):

Logo que assumiu a presidência, Dilma indicou nove mulheres para os ministérios (25%): Izabella Teixeira (ministra do Meio Ambiente), Ana de Holanda (ministra da Cultura), Helena Chagas (ministra da Secretaria de Comunicação Social), Ideli

Salvatti (ministra da Pesca e Aquicultura), Iriny Lopes (ministra da Secretaria de Políticas para as Mulheres), Luiza Bairros (ministra da Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial), Maria do Rosário Nunes (ministra da Secretaria de Direitos Humanos), Miriam Belchior (ministra do Planejamento) e Tereza Campello (ministra de Desenvolvimento Social e Combate à Fome). (SCHUMAHER e CEVA, 2015, p. 383).

O ministério é um mecanismo de organização político-administrativa que funciona a partir do comando de uma pessoa que é convidada e nomeada pelo(a) presidente(a), com o objetivo de auxiliá-lo(a) na coordenação do segmento da pasta. É perceptível que, com a ascensão de Dilma na presidência, houve a ampliação de mulheres em cargos de administração pública, mas com destaque para os ministérios. Houve algumas mudanças no decorrer do governo: Idelli Salvatti ficou responsável pelo Ministério da Pesca e Aquicultura até junho de 2011, sendo transferida para Secretaria de Relações Internacionais; no mesmo mês, a senadora do Paraná, Gleisi Hoffman, assumiu a Casa Civil; Iriny Lopes foi substituída pela Eleonora Menicucci na Secretaria de Políticas para as Mulheres; e, posteriormente, Marta Suplicy assumiu a Pasta da Cultura.

Izabella Teixeira, nascida em Brasília – DF, bióloga graduada pela Universidade de Brasília (UnB) e doutora em Planejamento Ambiental pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ); obteve destaque na condução de programas ambientais, sendo reconhecida e prestigiada, assumindo a pasta do Meio Ambiente até o final do segundo mandato de Dilma Rousseff (SCHUMAHER e CEVA, 2015).

Ana de Hollanda, nascida em São Paulo – SP, cantora e compositora, não era filiada a nenhum partido quando entrou na pasta do Ministério da Cultura para substituir o então Ministro da Cultura, Gilberto Gil. Além desse cargo, ocupou vários outros na gestão pública relacionados à cultura, como o de secretária de Cultura do Município e Osasco. Em setembro de 2012, abandonou a pasta (SCHUMAHER e CEVA, 2015).

Helena Chagas, nascida em Rio de Janeiro – RJ, jornalista graduada pela UnB e repórter em algumas emissoras de televisão, o que impulsionou a escolha da ex-presidenta Dilma enquanto candidata à presidência da República, como integrante e coordenadora da equipe de campanha eleitoral do ano de 2010. Permaneceu como Ministra da Secretaria de Comunicação Social da Presidência até janeiro de 2014 (SCHUMAHER e CEVA, 2015).

Ideli Salvatti, nascida em São Paulo – SP, professora diplomada em física pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), participou ativamente de organizações e entidades comunitárias e no mesmo período ingressou como executiva estadual do PT em Santa Catarina. Já foi presidente de sindicato e participou ativamente da criação da Central Única dos

Trabalhadores (CUT) de Santa Catarina, no ano de 1988. Foi eleita deputada estadual por dois mandatos seguidos (1995 – 2003) e, em 2003, foi a primeira mulher a representar o estado de Santa Catarina no Senado Federal (2003 – 2010). No primeiro mandato de Dilma, assumiu o Ministério da Pesca e Aquicultura em 2011, sendo convidada pouco tempo depois para assumir outra pasta, tornando-se ministra de Relações Institucionais da Presidência da República (2011 – 2014). Em 2014, assumiu a Secretaria de Direitos Humanos com *status* de ministério. (SCHUMAHER e CEVA, 2015).

Iriny Lopes, nascida em Lima Duarte – MG, engenheira, jornalista e com histórico de envolvimento político na família. Participou ativamente de organizações enquanto militante política, fazendo parte do Comitê Brasileiro pela Anistia e da formação do PT. Foi eleita deputada federal em 2002 e reeleita em 2006. Também foi a primeira mulher a presidir a Comissão de Direitos Humanos e Minorias (CDHM). Em 2010, elegeu-se deputada federal novamente, no entanto, foi chamada para assumir o cargo de Ministra-Chefe da Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres (SPM). Uma das principais bandeiras levantadas por Iriny durante o comando na secretaria era a busca pela autonomia econômica das mulheres brasileiras. Assumiu o cargo até 2012 devido à sua candidatura na prefeitura de Vitória – Espírito Santo, a qual não obteve êxito (SCHUMAHER e CEVA, 2015).

Luiza Bairros, nascida em Porto Alegre – RS, graduada em administração pública e socióloga, pesquisadora das questões étnico-raciais e dos direitos da mulher negra, mudou-se para Salvador – Bahia com a expectativa de conhecer os movimentos relacionados à questão racial, além de também ter tido participação em movimentos de mulheres desde 1981. Foi coordenadora do Movimento Negro Unificado (MNU) e integrou a Secretaria do Trabalho e Ação Social do estado da Bahia. De 2008 a 2010, comandou a Secretaria de Promoção da Igualdade no mesmo estado. Em 2011, Dilma empossou-a como Ministra-Chefe da Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial da Presidência da República (SEPPIR/PR) até o ano de 2015 (SCHUMAHER e CEVA, 2015).

Maria do Rosário Nunes, nascida em Veranópolis – RS, pedagoga e mestre em Educação pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), envolveu-se em movimentos políticos desde jovem, aproximando-se de movimentos estudantis e partidários, como no PCdoB. Foi vereadora (1992 – 1999), deputada estadual (eleita em 2002, 2006, 2010 e 2014), sendo destaque nas políticas voltadas para mulheres, trabalhadores, estudantes, pessoas com deficiência e população LGBT. Pelo histórico, Dilma a conduziu para assumir a Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República, em 2011 (SCHUMAHER e CEVA, 2015).

Miriam Belchior, nascida em Santo André – SP, engenheira de alimentos e administradora pública, foi participante dos movimentos sociais da região do ABC paulista e integrou a criação do PT em Santo André. Obteve experiência em gestão pública assumindo algumas secretarias do município e, em 2011, assumiu o Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão; já em 2015, assumiu a presidência da Caixa Econômica Federal (CEF) (SCHUMAHER e CEVA, 2015).

Tereza Campello, nascida em Descalvado – SP, economista formada pela Universidade Federal de Uberlândia (UFU) – Minas Gerais, participou e liderou movimentos estudantis. Em 1980, mudou-se para Porto Alegre e integrou a equipe de fundação do PT, engajando-se na política partidária. Foi nomeada por Dilma para ser Ministra do Desenvolvimento Social e Combate à Fome em 2011, assumindo a pasta até o segundo mandato da ex-presidenta. (SCHUMAHER e CEVA, 2015).

Gleisi Hoffmann, nascida em Curitiba – PR, é advogada formada na Faculdade de Direito de Curitiba e especializada em Gestão de Organizações Públicas e Administração Financeira na Associação Brasileira de Orçamento Público e na Escola Superior de Assuntos Fazendários do Ministério da Fazenda. Nessa época, Gleisi já participava de movimentos estudantis e trabalhava como assessora parlamentar na Assembleia Legislativa do Paraná, além de em outros cargos técnicos que conduziram sua trajetória política para composição de equipes de governo. Foi convidada para trabalhar na equipe de transição do governo federal na Era Lula e, pelos resultados alcançados, atuou como diretora financeira de Itaipu Binacional. Em 2010, conseguiu ser eleita senadora do Paraná, mas foi convidada em 2012 para chefiar a Casa Civil da Presidência da República, assumindo até fevereiro do ano de 2014 (SCHUMAHER e CEVA, 2015).

Eleonora Menicucci, nascida em Lavras – MG, socióloga formada em ciências sociais pela UFMG, atuou como professora livre docente na Universidade Federal de São Paulo. Morou ao lado de Dilma Rousseff em Belo Horizonte quando estava cursando o ensino superior, também na mesma instituição que Dilma estudava. Nessa época, ambas se engajaram nos movimentos estudantis, sofreram diversas repressões no período ditatorial e foram presas. No final da década de 1970, reconstruiu sua vida em João Pessoa – Paraíba, onde se filiou ao PT. Sua trajetória tem como destaque o grande engajamento às políticas e discussões voltadas para as questões de gênero, tornando-se uma referência no assunto, fazendo parte de diversas ações nas políticas públicas para as mulheres no decorrer dos anos. Pelo histórico, Dilma nomeou Eleonora como Ministra-Chefe da Secretaria de Políticas Públicas para as Mulheres em 10 de fevereiro de 2012.

Marta Suplicy, nascida em São Paulo – SP, psicóloga formada pela PUC – SP, foi uma das fundadoras da Casa da Mulher Paulista (final da década de 1970), elegeu-se deputada federal pelo PT (1994), articulou a Campanha Mulheres sem Medo de Poder e foi uma das mulheres propulsoras da lei de cotas para candidaturas de mulheres no país. Foi prefeita de São Paulo (2000 – 2004) e em 2007 foi Ministra do Turismo no governo Lula. Em 2010, foi eleita senadora pelo estado de São Paulo, chegou a assumir a vice-presidência do Senado, mas, no ano de 2012, Dilma nomeou-a Ministra da Cultura, do qual afastou-se no mês de novembro de 2014 (SCHUMAHER e CEVA, 2015).

Somando-se ao número de mulheres nos ministérios como representantes, em sua maioria promotora de lutas sociais e de equidade de gênero, a Câmara dos Deputados elegeu, na mesma época, a deputada Rose de Freitas (PMDB – ES) para titular da mesa como vice-presidente da Câmara, no mês de fevereiro de 2011. Além disso, a engenheira Graça Foster assumiu a presidência da Petrobras, fato pioneiro de grande relevância para a participação política das mulheres no governo Dilma.

Em seu segundo mandato presidencial (2015 – 2016), devido a grandes tensionamentos e pressão popular diante de questões relativas à sua governabilidade, Dilma pretendeu a criação de mais alianças partidárias e, por consequência, aconteceram mudanças nos cargos políticos, o que significou a diminuição do número de mulheres nos ministérios. Com a reeleição, Dilma compôs os ministérios escolhendo seis (06) mulheres para integrar algumas pastas:

(...) A educadora Nilma Lino Gomes foi nomeada para assumir a Secretaria Especial de Políticas Públicas e Promoção da Igualdade Racial (Seppir), Eleonora Menicucci se manteve à frente da Secretaria de Políticas para as Mulheres (SPM); Izabella Teixeira continua à frente do Ministério do Meio Ambiente; Kátia Abreu foi convidada a assumir o Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento; Tereza Campello à frente do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome desde o primeiro mandato de Dilma, e Ideli Salvatti, que já transitou por alguns ministérios, atualmente está à frente da Secretaria de Direitos Humanos. (SCHUMAHER e CEVA, 2015, p. 425).

Nilma Lino Gomes, nascida em Belo Horizonte – MG, graduou-se em Pedagogia pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) e cursou doutorado em Antropologia Social pela USP. Atua como pesquisadora da diversidade étnico-racial e já atuou como Reitora (2013 – 2014) da Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-brasileira (Unilab), sendo a primeira mulher negra a ocupar o cargo máximo em uma universidade federal.

Em 2015, foi convidada para o cargo de Ministra-Chefe da Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial da Presidência da República (SEPPIR/PR)¹⁰.

Kátia Abreu, nascida em Goiânia – GO, formada em psicologia pela Universidade Católica de Goiás (UCG), possui histórico de cargos eletivos e, como destaque em sua trajetória, foi presidente da bancada ruralista no Congresso Nacional, tornando-se a primeira mulher a assumir o cargo. Atuou na área ambiental com a discussão do novo Código Florestal Brasileiro, sendo alvo de críticas por militantes e ativistas da questão ambiental. Em 2014, assumiu cargo no Senado Federal pela legenda do PMDB e, em 2015, foi convidada por Dilma para assumir a chefia da pasta do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento até fim do mandato da ex-presidenta. (SCHUMAHER e CEVA, 2015).

Durante o segundo mandato também houve algumas alterações: Eva Chiavon substituiu Gleisi Hoffman na Casa Civil; Kátia Abreu permaneceu na Agricultura; Emília Maria Silva Ribeiro assumiu a chefia do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação; Isabella Teixeira deu continuidade no Ministério do Meio Ambiente; Inês Magalhães passou a ocupar a pasta do Ministério das Cidades; e Nilma Lino Gomes permaneceu no Ministério de Mulheres, Igualdade Racial e dos Direitos Humanos, mas em uma nova configuração, que teve como proposta unir três (03) políticas em um só ministério para diminuir a composição ministerial e reduzir gastos, o que representava o enfraquecimento das pastas afetadas pela reestruturação.

Eva Chiavon, nascida em Chapecó – SC, graduada em enfermagem e obstetrícia e especialização em saúde pública. Em seu histórico, possui cargos como Chefe da Casa Civil da Bahia e Secretária de Habitação de Chapecó – RS, além de ter sido a primeira mulher a ocupar o cargo de secretaria-executiva do Ministério da Defesa. Com o impedimento da nomeação de Lula para a Chefia da Casa Civil no ano de 2016 por decisão judicial, Dilma escolhe Eva para comandar a pasta, tendo assumido o cargo do mês de março a maio de 2016¹¹.

Inês Magalhães, nascida em São Paulo – SP, socióloga, política e especialista em planejamento, estava desde o ano de 2005 atuando na Secretaria Nacional de Habitação, já foi diretora do Departamento de Urbanização de Assentamentos Precários (2003 – 2005) e esteve à frente do Programa Minha Casa, Minha Vida, desde 2009. Em abril de 2016, foi nomeada por

¹⁰ PORTAL LITERAFRO. **Nilma Lino Gomes: Dados Biográficos**. UFMG, Minas Gerais. 07 jul. 2018. Disponível em: < <http://www.lettras.ufmg.br/literafro/autoras/368-nilma-lino-gomes>>. Acesso em: 08 mar. 2019.

¹¹ CONSELHO FEDERAL DE ENFERMAGEM. **Enfermeira Eva Chiavon assume chefia da Casa Civil**. COFEN, Brasília. 01 abr. 2016. Disponível em: < http://www.cofen.gov.br/enfermeira-eva-chiavon-assume-casa-civil_39125.html>. Acesso em: 08 mar. 2019.

Dilma para assumir o Ministério das Cidades, ocupando o cargo até a deposição da ex-presidenta¹². (FNA, 2016).

Em sua maioria, as mulheres que fizeram parte do governo Dilma possuem históricos que condizem com as funções para as quais foram delegadas. No entanto, percebi que no segundo mandato, devido à fragilidade popular e parlamentar de Dilma, ocorreu a necessidade de buscar mais alianças e, por consequência, aconteceu uma diminuição de mulheres nos espaços de decisão técnica do país.

Como já expus em tópicos anteriores, Dilma Rousseff sofreu o processo de *impeachment* no ano de 2016, o que inviabilizou a continuidade de seu mandato. Conseqüentemente, ocorreu o reordenamento do governo brasileiro com a posse de Michel Temer, que assumiu interinamente o cargo da Presidência da República no dia 12 de maio de 2016, em decorrência da aceitação do processo de *impeachment* nas instâncias de decisão política (Câmara dos Deputados e Senado Federal).

Michel Temer iniciou o mandato com um total de 23 ministérios: Casa Civil; Justiça; Defesa; Relações Exteriores; Fazenda/Previdência; Transportes/Portos/Aviação Civil; Agricultura; Educação/Cultura; Trabalho; Saúde; Desenvolvimento, Indústria e Comércio; Minas e Energia; Planejamento; Ciência, Tecnologia e Inovação/Comunicações; Meio Ambiente; Esporte; Turismo; Integração Nacional; Desenvolvimento Agrário/Desenvolvimento Social; Cidades; Gabinete de Segurança Institucional; Secretaria de Governo; e Fiscalização, Transparência e Controle.

O ex-presidente articulou alianças partidárias com a expectativa de obter condições favoráveis para aprovação de medidas de contingenciamento dos gastos públicos por meio de cortes orçamentários e mudanças em leis relacionadas prioritariamente às questões sociais. Além disso, foi clara a intenção de desarticular as políticas que vinham sendo executadas no governo Dilma, a partir de mudanças severas nas representações e na estrutura da institucionalização dos programas sociais. Também foi intencional a reestruturação de alguns e extinção de outros ministérios, com o intuito de desarticular políticas, reduzir custos orçamentários, reformular a dinâmica da arena política e rejeitar tudo que estava sendo realizado pela ex-presidenta.

Era bastante perceptível a intenção de enfraquecer a representação política das mulheres com a extinção e mudança de alguns ministérios. Os do Meio Ambiente, Cidades,

¹² FEDERAÇÃO NACIONAL DAS ARQUITETAS E URBANISTAS. **Inês Magalhães assume Ministério das Cidades**. FNA, Brasília. 22 abr. 2016. Disponível em: < <http://www.fna.org.br/2016/04/22/ines-magalhaes-assume-ministerio-das-cidades/>>. Acesso em: 08 mar. 2019.

Agricultura e Casa Civil tiveram as ministras mulheres substituídas por ministros homens: Sarney Filho (PV), Bruno Araújo (PSDB), Blairo Maggi (PP) e Eliseu Padilha (PMDB), respectivamente. Além desses, o Ministério de Ciência, Tecnologia e Inovações passou a ser comandado por Gilberto Kassab (PSD) e foi mesclado com o Ministério de Comunicações, passando a ser um só.

O ministério de Mulheres, Igualdade Racial e dos Direitos Humanos, chefiado pela Ministra Nilma Lino Gomes (PT), foi extinto, sendo transferido para o Ministério da Justiça sob o comando do Ministro Alexandre de Moraes (PSDB) e com *status* rebaixado para o remanejamento das políticas em secretarias especiais. Assim, as seis mulheres que estavam no comando dos ministérios foram retiradas e nenhuma outra foi escolhida para comandar qualquer pasta ministerial no início do mandato de Temer.

As críticas à ausência de mulheres, como já mencionado anteriormente, levaram o então presidente Temer a buscar o remanejamento de mulheres em alguns ministérios, na qual intenção era diminuir a rejeição que estava sendo posta às mulheres diante das mudanças do governo: Grace Maria Fernandes Mendonça (PSDB) assumiu a Advocacia-Geral da União em setembro de 2016. Ele também chegou a nomear Cristiane Brasil (PTB) para o Ministério do Trabalho, embora a mesma não tenha assumido por decisão judicial.

Grace Maria Fernandes, nascida em Januária – MG, formada em direito pela Associação de Ensino Unificado do Distrito Federal, foi nomeada Advogada-Geral da União pelo ex-presidente Michel Temer em setembro de 2016, após desavenças entre o Ministro-Chefe da Casa Civil Eliseu Padilha e Fábio Medina Osório, que estava assumindo o cargo de AGU até o momento. Grace tornou-se a primeira mulher a ser titular no cargo na Advocacia-Geral da União (2016 – 2018). Em 2019, pediu desligamento da função¹³.

Cristiane Brasil, nascida em Petrópolis – Rio de Janeiro, formada em direito pela Universidade Católica de Petrópolis, é filha do político Roberto Jefferson e seguiu a carreira política sempre em parceria com seu pai nas decisões e alianças. Já trabalhou em cargos comissionados e foi eleita vereadora da cidade do Rio de Janeiro por três mandatos (2004, 2008 e 2012). Durante sua carreira política e como deputada federal (2014), defendeu os direitos do idoso, com a criação de instituições e leis de proteção à pessoa idosa. Na condição de deputada, votou a favor do *impeachment* de Dilma no ano de 2016, além de ter sido favorável a todas as medidas e reformas do ex-presidente Michel Temer que foram colocadas em votação na

13 G1 BRASÍLIA. **Planalto anuncia demissão de advogado-geral da União**. G1, Brasília. 09 set. 2016. Disponível em: < <http://g1.globo.com/politica/noticia/2016/09/planalto-anuncia-demissao-de-advogado-geral-da-uniao.html> >. Acesso em: 08 mar. 2019.

Câmara. Em 2018, o Partido Trabalhista Brasileiro, sob liderança de Roberto Jefferson, pai de Cristiane, indicou-a para assumir a pasta do Ministério do Trabalho, que estava vaga depois da saída de Ronaldo Nogueira (PTB). No entanto, foi divulgado em *site* de notícias que a indicada tinha sido condenada em 2016 a pagar uma dívida trabalhista de R\$ 60,4 mil a um motorista que prestava serviços para ela e para sua família, conforme decisão do Tribunal Regional do Trabalho da 1ª Região (TRT1):

A nova ministra do Trabalho, Cristiane Brasil (PTB), foi condenada em 2016 a pagar uma dívida trabalhista de R\$ 60,4 mil a um motorista que prestava serviços para ela e para sua família, conforme decisão do Tribunal Regional do Trabalho da 1ª Região (TRT) confirmada em segunda instância. De acordo com informações do TRT, o mérito do caso já foi julgado e a parlamentar só pode recorrer ao TST sobre o valor da indenização. O valor, portanto, ainda pode ser alterado. De acordo com o juízo, o funcionário não teve a carteira de trabalho assinada e, por isso, deveria ter ganho de causa para receber gratificações como férias, aviso prévio e gratificações natalinas. A carga horária do funcionário era de cerca de 15h por dia, de acordo com o juiz Pedro Figueiredo Waib, que condenou em primeira instância. (G1, 2018).

Com a descoberta do envolvimento de Cristiane em processo trabalhista e condenação já posta, a então presidente do STF, Carmem Lúcia, decidiu suspender a posse ministerial a partir de análise de reclamação de um grupo de advogados que não concordaram com a decisão do Superior Tribunal de Justiça (STJ) que havia liberado a posse de Cristiane Brasil. Logo após a decisão da presidência do STF, a solenidade que estava marcada para o dia seguinte foi cancelada.

Excluídas dos ministérios, algumas mulheres foram partícipes no governo Temer a partir de cargos em secretarias e empresas públicas. Parte dessas secretarias eram de políticas que compunham os ministérios que foram extintos, sendo elas: Fátima Pelaes, nomeada Secretária Nacional de Políticas para Mulheres; Flávia Piovesan, nomeada Secretária de Direitos Humanos do Ministério da Justiça; e Luislinda Valois, Secretária de Promoção da Igualdade Racial. Além dessas, Maria Helena Guimarães de Castro compôs a Secretaria Executiva do MEC (Ministério da Educação) e Maria Silva Bastos Marques foi presidente do Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES).

Fátima Pelaes, nascida na cidade de Macapá – AP, formada em sociologia pela Universidade Federal do Pará (UFPA) e com histórico familiar de forte envolvimento político, pois seu esposo e irmã já exerceram alguns cargos na política. Em 1983, assumiu a Secretaria de Trabalho e Cidadania do Amapá e, em seguida, foi superintendente da LBA (Legião Brasileira da Assistência) do mesmo estado. Em 1999 foi eleita deputada federal, mantendo seu cargo por mais cinco mandatos e atualmente está filiada ao PMDB. A socióloga possui um

histórico de defesa aos direitos das mulheres, idosos, crianças e adolescentes. Já foi presidente do PMDB Mulher e sempre esteve presente em projetos sobre o combate à violência doméstica e empoderamento feminino (SCHUMACHER e CEVA, 2015). Em 2014 não conseguiu se reeleger, até que em 2016 foi nomeada Secretária de Políticas para Mulheres pelo então presidente, Michel Temer.

No entanto, por ser religiosa e evangélica, a ex-deputada foi presidente da Frente Parlamentar da Família e Apoio à Vida, e já defendeu posicionamentos conservadores. Sua nomeação gerou críticas de grupos defensores da descriminalização do aborto devido às suas declarações públicas contra o assunto em algumas sessões parlamentares: "Nós, enquanto representantes do povo brasileiro, temos que pensar que direito nós mulheres temos de tirar uma vida? [...] Como é que nós queremos tirar essa vida ali no seu início? Nós não podemos permitir isso" (G1, 2016). Na mesma ocasião, Fátima afirmou que é fruto de um estupro, pois sua mãe foi vítima de violência sexual e não optou pelo aborto.

Durante seu exercício como secretária, foram noticiadas algumas ações que demonstraram a contrariedade do posicionamento político de Fátima com o seu cargo: em 2017, a secretária foi denunciada no Comitê de Ética Pública acusada de constranger os funcionários da secretaria para que participassem de cultos evangélicos dentro do prédio que funcionava o seu gabinete:

Segundo o presidente da comissão, Mauro Menezes, o colegiado recebeu uma denúncia segundo a qual Fátima Pelaes constrangia funcionários da secretaria que não participassem dos cultos. (...) "A comissão não a sancionou, mas a recomendou de maneira clara que não deveria haver qualquer espécie de constrangimento a servidores ou ocupantes de cargos para que eles participassem de cultos religiosos", afirmou o presidente da Comissão de Ética. Segundo Mauro Menezes, na recomendação, a comissão orientou Fátima a usar o auditório da secretaria para fazer os cultos religiosos, desde que fora do horário de expediente. (G1 BRASÍLIA, 2017)

A postura de Fátima Pelaes diante de questões relacionadas aos direitos reprodutivos das mulheres e enquanto secretária em exercício, atrelando decisões à sua religiosidade, deixava clara influência conservadora em grande parte de suas ações institucionais. Esta escolha de Temer foi mais uma forma de aparentar compromisso com a representatividade política das mulheres, no entanto, as ações da ex-deputada denotavam marcas de retrocesso sobre a questão de gênero na arena política, o que influenciou, diretamente, nas políticas públicas para as mulheres, discussão que será apresentada no próximo capítulo.

Flávia Piovesan é formada em direito na PUC de São Paulo e tem mestrado e doutorado na área. Foi nomeada para a Secretaria de Direitos Humanos na mesma época em que surgiram as críticas à nula representatividade de mulheres nos ministérios. Durante o tempo em que esteve no cargo, suas ideias divergiam do ex-presidente com relação às medidas do governo em ações repressivas nos presídios e mudanças na legislação que fragilizavam os direitos humanos. Logo depois, a secretária foi indicada para um cargo na Comissão Interamericana de Direitos Humanos (CIDH) da Organização dos Estados Americanos (OEA), o que incentivou o seu pedido de exoneração em junho de 2017¹⁴.

Luislinda Valois, nascida na cidade de Salvador – BA, formada em direito pela Universidade Católica do Salvador (UCSAL), foi a primeira mulher negra a exercer o cargo de magistrado no ano de 1984. Também foi a primeira a sentenciar, em 1993, tendo como base a lei do racismo no Brasil, (lei 7.716/1989). A desembargadora aposentada tomou posse na Secretaria de Promoção da Igualdade Racial em junho de 2016, Secretaria subordinada ao Ministério da Justiça. Em janeiro de 2017, tomou posse no Ministério da Justiça. Mesmo com o histórico carregado de ações em defesa dos movimentos negros, Luislinda colecionou polêmicas durante seu comando no ministério:

'Trabalho escravo': Desembargadora aposentada, Luislinda pediu ao governo para acumular a aposentadoria de R\$ 30.400 e o salário de ministra, de R\$ 30.934, alegando que, ao receber o teto do funcionalismo público, de R\$ 33.700 (aposentadoria + parte do salário de ministra), estava vivendo situação semelhante ao "trabalho escravo".
'Pobre da periferia': Ao discursar em um evento no Rio de Janeiro com o presidente Michel Temer, em novembro, Luislinda disse ser "pobre e de periferia". (G1, 2018).

As declarações polêmicas não apagaram toda a trajetória de luta e resistência que a ministra atravessou bravamente durante o percurso de sua vida como jurista defendendo as causas negras e, posteriormente, como desembargadora. No entanto, é necessário problematizar o quanto o racismo institucional é excludente e manipulador, a ponto de colocar uma figura de referência para a causa negra a mercê das instituições por uma mera “troca de favores”.

Foram assuntos de debate entre os movimentos negros os seguintes acontecimentos: a filiação de Luislinda ao PSDB, partido majoritariamente composto por brancos e ricos, sua declaração de que Temer era o “padrinho das mulheres negras”, como retribuição pelo seu reconhecimento como desembargadora e, também, pela sua posse ministerial. No entanto, toda a sua carreira jurista e de luta pela igualdade racial, sua condição de raça, que contribuiu para

¹⁴ G1 POLÍTICA. **Secretária de Direitos Humanos é exonerada do cargo**. G1, Brasília. 01 nov. 2017. Disponível em: < <https://g1.globo.com/politica/noticia/secretaria-de-direitos-humanos-e-exonerada-do-cargo.ghtml> >. Acesso em: 08 mar. 2019.

que a construção de sua carreira fosse bem mais difícil do que a de juristas brancos (que são a maioria), além do apoio do Movimento Negro e Negros(as) em Movimento para sua nomeação, foram pontos determinantes para que a posição de Desembargadora ocorresse por justa causa. Nesse contexto, todas as declarações e polêmicas, além de denúncias de omissão e gestão irresponsável no ministério, foram suficientes para seu desligamento da pasta, sendo substituída por Gustavo do Vale, que passou a acumular o cargo junto à função de Sub-chefe de Assuntos Jurídicos da Casa Civil.

Maria Helena Guimarães de Castro, nascida em Presidente Prudente – SP, formada em Ciências Sociais e professora aposentada. Durante o governo de Fernando Henrique Cardoso (1995 – 2002), foi responsável pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais do Ministério da Educação (MEC). Em 2016, foi indicada por Michel Temer para assumir a Secretaria Executiva do MEC e já no início da sua gestão anunciou que não faria nenhuma alteração no Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM), mas que também não ampliaria os programas de financiamento estudantil, com a justificativa de que não havia recursos.

Além disso, Maria Helena envolveu-se em uma polêmica em torno de uma declaração que deu em entrevista: de acordo com a reportagem do “Jornal do Professor”, do Sindicato dos Docentes das Universidades Federais de Goiás (ADUFG), Maria Helena teria afirmado apoio a cobrança de mensalidades nas universidades públicas. Em maio de 2018, ela pediu exoneração do cargo com a justificativa de que não tinha mais razão em assumi-lo. Sua decisão se deu por esperar ser nomeada para o Ministério da Educação, no entanto, um mês antes de se desligar da secretaria, Rossieli Soares foi indicado e empossado à pasta¹⁵.

Maria Silva Bastos Marques, nascida em Bom Jesus de Itabapoana – RJ, graduada em administração pública pela Fundação Getúlio Vargas FGV – RJ, já atuou como presidente da Companhia Siderúrgica Nacional (CSN), secretária de Finanças da Prefeitura do Rio de Janeiro e diretora do próprio BNDES. Em maio de 2016, Temer a nomeou presidente do BNDES, assumindo o cargo pela segunda vez em sua trajetória em cargos públicos. Maria Silva foi a primeira nomeação do ex-presidente após a polêmica da equipe de ministros exclusivamente masculina, no entanto, antes do anúncio, ele assinou uma medida provisória

¹⁵ G1 EDUCAÇÃO. **Maria Helena Guimarães deixa cargo de secretária-executiva do MEC**. G1, Brasília. 08 mai. 2018. Disponível em: < <https://g1.globo.com/educacao/noticia/maria-helena-guimaraes-deixa-cargo-de-secretaria-executiva-do-mec.ghtml> >. Acesso em: 08 mar. 2019.

que, dentre as mudanças, subordinava o BNDES ao Ministério do Planejamento. Segundo nota do BNDES, Maria Silva deixou o cargo por razões pessoais¹⁶.

Assim, analisando de forma mais ampla e objetiva, percebi que as posturas profissionais das mulheres nomeadas por Temer eram as mais diversas: parte delas reproduziam posturas machistas e sexistas, o que lhes garantiam legitimidade no governo, e concordavam com as visões e ideais dos grupos conservadores que estavam articulando as ações do governo nas instâncias de decisão política, como foi o caso da socióloga Fátima Pelaes. Outras pediram desligamento ou foram exoneradas após discordarem das ações e reformas que representavam retrocesso social para o país, como foi o caso de Flávia Piovesan.

Dessa forma, as polêmicas que giravam em torno da trajetória políticas de parte das mulheres que participaram do governo Temer foram determinantes para identificar que apenas a nomeação de mulheres na posição de cargos técnicos não significa que as mulheres brasileiras e suas lutas estejam representadas e defendidas. Para isso, é necessário que o viés político adotado pela mulher que assume o cargo técnico esteja de acordo com a dinâmica dos movimentos feministas e de mulheres que defendem pautas favoráveis ao combate à desigualdade de gênero no Brasil.

Nesse sentido, analiso que como forma de burlar o processo de constituição e ampliação da representatividade das mulheres, o ex-presidente Temer remanejou mulheres para alguns setores, convidando pessoas contrárias às pautas feministas. Seu intuito era apresentar uma “falsa representatividade” no âmbito da política brasileira. Além disso, tratou de colocar a maioria das empossadas em cargos abaixo do nível ministerial e subordinadas às pastas, o que significa pouca autonomia no jogo político e, por consequência, pouca governabilidade nos espaços para os quais foram indicadas.

Diferentemente do governo Dilma, que objetivou durante seus dois mandatos apostar em figuras políticas femininas envolvidas com as propostas e pautas feministas, tais como direitos reprodutivos, combate à violência contra a mulher e igualdade salarial, Temer tentou angariar mulheres apenas para reverter as críticas que lhe foram feitas com a composição ministerial exclusivamente masculina. Enfim, o ex-presidente intencionava a redução da participação política das mulheres nos espaços de decisão, o que fatalmente aconteceu.

No capítulo a seguir, apresento e analiso quais os impactos que a representatividade política das mulheres no governo Temer teve na constituição das políticas públicas para as

¹⁶ G1 ECONOMIA. **Presidente do BNDES, Maria Sílvia Bastos pede demissão ao presidente Michel Temer.** G1, Brasília. 26 mai. 2017. Disponível em: < <https://g1.globo.com/economia/noticia/presidente-do-bndes-maria-silvia-bastos-pede-demissao-ao-presidente-michel-temer.ghtml> >. Acesso em: 08 mar. 2019.

mulheres no Brasil, a partir de mais uma abordagem comparativa com o governo Dilma. Posteriormente, discuto sobre as intencionalidades da gestão de Temer para a reestruturação das políticas públicas para as mulheres.

4 GOVERNO TEMER E OS IMPACTOS CONJUNTURAIS NA DEFINIÇÃO DAS POLÍTICAS PÚBLICAS PARA AS MULHERES NO BRASIL

"Às mulheres brasileiras, que me cobriram de flores e de carinho, peço que acreditem que vocês podem. As futuras gerações de brasileiras saberão que, na primeira vez que uma mulher assumiu a Presidência do Brasil, o machismo e a misoginia mostraram suas feias faces. Abrimos um caminho de mão única em direção à igualdade de gênero. Nada nos fará recuar"
(Dilma Rousseff, 2016).

No capítulo anterior, tentei refletir sobre a representatividade política das mulheres nos governos Dilma e Temer como forma de focar comparativamente esse aspecto nas duas gestões. Nessa abordagem, identifiquei que a representatividade política no governo Dilma apresentou-se de forma bem mais significativa para os movimentos feministas e para os movimentos de mulheres, haja vista as indicações de mulheres para espaços de decisão e de administração direta que exprimiam cargos de confiança, estas com posturas favoráveis às pautas feministas.

No presente capítulo, apresento o perfil das políticas públicas para as mulheres no governo Temer, que optou pela redução do número de mulheres, utilizando-se, por diversas vezes, de discursos conservadores para reduzir o papel feminino aos espaços domésticos. Da mesma forma que no capítulo anterior, utilizo a metodologia comparativa a fim de abordar a definição conjuntural das políticas públicas para as mulheres no governo Dilma, visando, em seguida, apresentar de que forma essas políticas foram redefinidas no governo Temer, entendendo que tais definições são consequências da representatividade política feminina que foi constituída em ambos os governos.

Para tanto, abordarei notícias que dizem respeito a “Ações Governamentais nas políticas públicas para as mulheres de Dilma Rousseff” e a “Ações Governamentais nas políticas públicas para as mulheres de Michel Temer”, duas sessões que foram categorizadas em tabela apresentada no capítulo três desta Dissertação (ver tabela 1).

Com a análise dessas notícias, pretendo identificar as propostas dos dois governantes para a questão da mulher na sociedade brasileira, bem como as ações que foram realizadas durante os seus mandatos. A partir dessa abordagem, busquei identificar se a configuração da representatividade política das mulheres de cada um dos governos estudados

foi determinante para a definição das políticas públicas para a categoria feminina, ou seja, se causou impacto nos programas e projetos voltados para as mulheres brasileiras.

Para iniciar o que estou propondo neste tópico, identifiquei a necessidade de refletir sobre a noção de políticas públicas. Celina Souza (2006), pesquisadora da área de Ciência Política, realiza uma espécie de síntese de estado-da-arte acerca da área de políticas públicas, abordando teóricos clássicos e contemporâneos que tratam deste campo. Enquanto área de conhecimento, a autora coloca que a política pública surgiu como disciplina acadêmica nos Estados Unidos da América (EUA), mas com uma abordagem diferenciada das pesquisas e estudos da Europa sobre esse campo:

Assim, na Europa, a área de política pública vai surgir como um desdobramento dos trabalhos baseados em teorias explicativas sobre o papel do Estado e de uma das mais importantes instituições do Estado - o governo -, produtor, por excelência, de políticas públicas. Nos EUA, ao contrário, a área surge no mundo acadêmico sem estabelecer relações com as bases teóricas sobre o papel do Estado, passando direto para a ênfase nos estudos sobre a ação dos governos. (SOUZA, 2006, p. 22).

A autora afirma que existe mais de uma perspectiva acerca da definição e papel das políticas públicas dependendo do contexto em que se inserem. Por entender a política pública como um campo capaz de relacionar diversas teorias construídas na Ciência Política, Sociologia, dentre outras áreas, Souza (2006) enfatiza a repercussão deste campo na análise de um todo social, composto por instituições e indivíduos adotando uma definição própria da categoria:

Pode-se, então, resumir política pública como o campo do conhecimento que busca, ao mesmo tempo, “colocar o governo em ação” e/ou analisar essa ação (variável independente) e, quando necessário, propor mudanças no rumo ou curso dessas ações (variável dependente). A formulação de políticas públicas constitui-se no estágio em que os governos democráticos traduzem seus propósitos e plataformas eleitorais em programas e ações que produzirão resultados ou mudanças no mundo real. (SOUZA, 2006, p. 26).

Na abordagem, é evidenciado que a formulação das políticas públicas será possível em governos democráticos que possam traduzir as propostas eleitorais em programas e ações para sanar as demandas no mundo real, o que significa que as políticas públicas, ao olhar de Souza (2006), resultam da ação do governo atuante, colocando-o em posição ativa e, ao mesmo tempo, passível de análise e da indicação de propostas de mudanças se assim forem necessárias.

Nesse aspecto, reporto à discussão para as políticas públicas para as mulheres, que se colocam fortalecidas ou enfraquecidas dependendo das características dos governos que

estão no poder, ou seja, suas forças políticas e interesses. Em seu maior exemplo, cito o período de redemocratização brasileira, momento de grande abertura política para os movimentos sociais em geral, que possibilitou diversos avanços às demandas feministas com a promulgação da Constituição de 1988. Enrique Saravia (2006), defende que a política pública consiste em:

(...) um fluxo de decisões públicas, orientado a manter o equilíbrio social ou a introduzir desequilíbrios destinados a modificar essa realidade. Decisões condicionadas pelo próprio fluxo e pelas reações e modificações que elas provocam no tecido social, bem como pelos valores, idéias e visões dos que adotam ou influem na decisão. (SARAVIA, 2006. p. 28).

O autor entende a política pública dentro de um contexto em que pode ser traduzida em diversas propostas e fins, seja para possibilitar um equilíbrio, como também desequilíbrio, necessários para qualquer grupo de decisão que esteja compondo o processo de formulação das políticas públicas. Nesse aspecto, ela pode ter diversas finalidades: “consolidação da democracia, justiça social, manutenção do poder, felicidade das pessoas” (SARAVIA, 2006, p. 29), todas elas capazes de mudar a realidade de um ou vários setores da vida social e capaz de se moldar diante de qualquer necessidade proposta por seus gestores. A possibilidade de as políticas públicas desequilibrarem a sociedade pode ser exemplificada como a própria desarticulação das políticas sociais logo no início do mandato de Michel Temer, que tratou de extinguir pastas ministeriais relacionadas às políticas afirmativas, assim como a política de cortes orçamentários, que apresentarei mais a frente neste trabalho.

Outra autora que se propõe a caracterizar as políticas públicas é Potyara Amazoneida (2001), pesquisadora do Serviço Social que define política pública como “uma política cuja principal marca definidora é o fato de ser pública, e não estatal nem privada, e nem, propriamente, coletiva” (PEREIRA, 2001, p. 81). De acordo com a autora:

O seu caráter público é dado não pelo tamanho do agregado social que lhe demanda atenção, mas principalmente porque são decisões e ações que apresentam as seguintes características: a) revestem-se de autoridade, por terem amparo legal; b) visam concretizar direitos conquistados por parcelas da sociedade e declarados nas leis; c) guiam-se pelo princípio do interesse comum e da soberania popular e não pela soberania dos governantes; d) devem estar a serviço da satisfação das necessidades sociais e não da rentabilidade econômica privada; e) têm a conotação de res pública, isto é, coisa (res) de todos (pública). (PEREIRA, 2001, p. 81).

Nessa ordem lógica, a política pública não pode ser pensada apenas como ação do Estado, mas também da própria sociedade que, a partir das organizações populares, exercem controle sobre os governantes em exercício, conquistando a possibilidade de promover políticas

públicas em um processo coletivo e participativo. Partindo desse pressuposto, considero que as políticas que foram direcionadas para as mulheres surgiram em razão das lutas e pautas feministas defendidas pelos movimentos feministas e movimentos de mulheres, com a expectativa de dar visibilidade aos problemas que geram as desigualdades entre homens e mulheres em sociedade. No entanto, a possibilidade de serem pautadas depende do posicionamento político partidário e interesses de quem estiver no poder.

Baseada nas reflexões dos autores, entendo que as políticas públicas, embora constituídas, podem ser desarticuladas para atender interesses dos governantes, propósito esse que pode ser favorável ou desfavorável às demandas sociais, dependendo da situação e contexto no qual estão inseridas.

Após esta breve reflexão, entendo ser necessário trazer alguns elementos específicos das políticas públicas para as mulheres, suas características e desdobramentos na realidade brasileira. Como primeiro ponto, é importante comentar que, diferente do que pensa o senso comum, as políticas públicas para as mulheres não são exclusivamente pautadas no combate à violência contra a mulher. A proposta das políticas voltadas para esse grupo específico se expressa nos mais diversos setores das políticas públicas, como menciona Pontes e Damasceno (2017):

No âmbito das políticas públicas, os movimentos de mulheres e os movimentos feministas enquanto sujeitos políticos, tiveram um papel fundamental nos anos de 1980 e 1990 quando no debate sobre os direitos das mulheres imersa na questão de gênero, propuseram e articularam políticas públicas nas diversas áreas (saúde, educação, assistência social, trabalho, etc.) que consolidaram mecanismos de visibilidade, garantia de direitos, autonomia e fortalecimento das mulheres nos espaços públicos e privados da sociedade brasileira. (PONTES e DAMASCENO, 2017, p. 5).

Nesse sentido, as propostas que foram debatidas no período de redemocratização brasileira traziam diversas demandas das mulheres contemplando diversas áreas, com a intenção de atender as mulheres não apenas no combate à violência a qual eram acometidas, mas também nos mais diversos aspectos que determinam a sua condição subalternizada de gênero. Dessa forma, entendo que as políticas públicas para as mulheres apresentam características de não se localizarem apenas em um setor específico das políticas. São, portanto, transversais a diversas políticas, como menciona Oliveira (2013):

As mulheres têm destacada importância no desenvolvimento de três eventos, entre outros, no século XXI: o progresso na educação e no mercado de trabalho; o processo de desenvolvimento nacional; e o reconhecimento de suas múltiplas desigualdades. Um novo modelo de política pública se implanta fomentado pela força da longa

história das mulheres brasileiras, reconhecida a partir do movimento para a Constituição de 1988. Ao mesmo tempo, o êxito dos ganhos constitucionais foi da maior importância na trajetória de suas conquistas, uma vez que ampliou seus direitos individuais e sociais e consolidou sua cidadania no espaço público e na vida privada. Assegurou-lhes os direitos na área da saúde, incluindo a saúde sexual e reprodutiva, bem como os direitos sexuais e reprodutivos, a segurança, a educação, a titularidade da terra e o acesso à moradia, o trabalho, a renda e a previdência social, além do acesso aos direitos civis e políticos. (OLIVEIRA, 2013, p. 324).

Os movimentos feministas e os movimentos de mulheres, em um processo desafiador de articular suas demandas às políticas públicas, conseguiram ampliar seus direitos e, por consequência, promover a cidadania das mulheres brasileiras, inserindo-as na agenda política como sujeitos de reivindicações, além de parte de suas integrantes estarem compondo espaços na esfera estatal. A seguir, apresento a reestruturação das políticas públicas para as mulheres no governo Temer, a partir de uma abordagem comparativa com a constituição das políticas públicas para as mulheres do governo antecessor sob a gestão de Dilma Rousseff.

4.1 A REESTRUTURAÇÃO DAS POLÍTICAS PÚBLICAS PARA AS MULHERES NO GOVERNO TEMER E SEUS DESDOBRAMENTOS

As ações e medidas de cada figura política são refletidas na relação entre o Estado democrático e as políticas públicas. No governo de Dilma Rousseff (2011 – 2016), a postura presidencial demonstrava interesse na efetivação e fortalecimento das políticas públicas para as mulheres em alguns aspectos, mas é importante destacar que os posicionamentos favoráveis à promoção dessas políticas já estavam sendo reproduzidos por seu antecessor e apoiador, Luiz Inácio Lula da Silva (2002 – 2010):

Os reflexos da Constituição Federal de 1988 nas décadas seguintes redirecionaram a atuação do Estado brasileiro, não apenas no seu corpo administrativo e de gestão, mas, sobretudo, na elaboração e efetivação de políticas públicas mais igualitárias; em outras palavras, o modelo de política econômica e social adotada a partir da gestão do presidente Luiz Inácio Lula da Silva (2003-2010) teve como um de seus princípios a participação e a inclusão social, uma opção oposta às dos governos anteriores, nos quais predominava uma base de exclusão. (OLIVEIRA, 2017, p. 323).

Como primeira medida que possibilitou a abertura de diversas propostas de promoção da cidadania das mulheres brasileiras, o ex-presidente a Secretaria Especial de Política para as Mulheres (SEPM), no ano de 2003, mas foi apenas no governo de Dilma que a secretaria teve mais visibilidade e consolidação nas discussões políticas sobre igualdade de gênero, ou seja, um espaço de construção e implementação das políticas públicas para esse

público. Políticas essas que se expressam nas mais diversas pastas ministeriais, no entanto necessitavam de um espaço único capaz de integrar todas elas. Vale relembrar que no último ano da gestão de Fernando Henrique Cardoso (1995 - 2003), antecessor de Lula, criou-se a Secretaria do Estado dos Direitos das Mulheres, demanda que já vinha sendo exigida pelos movimentos de mulheres e movimentos feministas, o que também possibilitou certo contexto de ascensão de políticas voltadas para as mulheres, sendo depois substituída pela SEPM na gestão Lula.

A instituição da Lei Maria da Penha em 07 de agosto de 2006, que “cria mecanismos para coibir e prevenir a violência doméstica e familiar contra a mulher, (...) e estabelece medidas de assistência e proteção às mulheres em situação de violência doméstica e familiar” (Lei nº 11340/2006), foi essencial para uma abertura política de combate à violência contra a mulher na gestão de Lula. Já na de Dilma, essa abertura política foi ampliada e consolidada, como Oliveira (2017) descreve:

Dando sequência à implementação da Lei Maria da Penha, a presidenta Dilma lançou em 13 de março de 2013 um exemplar e vultoso programa que consolida a política pública de Estado para o enfrentamento à violência de gênero, intitulado “Mulher: viver sem violência”. Do programa constam várias ações: ampliação da Central de Atendimento 180; Casa da Mulher Brasileira; adequação e humanização dos serviços de saúde e segurança para a cadeia da coleta da prova; ampliação e melhoria dos núcleos especializados nas fronteiras secas; e campanhas educativas de caráter permanente. As Casas da Mulher Brasileira serão implantadas em cada capital e no DF até 2014, onde concentrarão todos os serviços voltados para o atendimento à mulher em situação de violência, buscando qualificar e melhorar o acesso das mulheres aos serviços do sistema judiciário, de segurança pública, de defensorias, de atendimento psicossocial, de alojamentos, de transporte, de brinquedotecas e de atendimento multiprofissional para a inserção ou a reinserção das mulheres ao mundo do trabalho. Para esse programa, o governo federal aportou R\$ 266 milhões para o ano de 2013 e 2014. (OLIVEIRA, 2013, p. 328).

O programa “Mulher: viver sem violência” foi o de maior destaque na atuação de Dilma que, desde suas campanhas presidenciais, colocou por diversas vezes o combate à violência doméstica e familiar contra a mulher como uma das pautas principais da sua gestão, justificando a necessidade de destacá-la por sua própria condição de gênero. O programa desencadeou maior visibilidade ao combate à violência contra a mulher, além de ter proporcionado maior investimento e ampliação da rede de cuidados às mulheres acometidas por essa violência.

Nesse processo, entendo que a ex-presidenta demonstrou intencionalidades quanto à criação e fortalecimento de políticas públicas para as mulheres, viabilizando novas formas de exercer a política com a expectativa de dar visibilidade à problemática e demonstrar, em

diversos momentos, o interesse em avançar nesse sentido. Além dessas ações, também foi promulgada a Lei nº 13.104, de 9 de março de 2015, que altera o Código Penal (art.121 do Decreto-lei nº 2.848/40), incluindo o feminicídio como uma modalidade de homicídio qualificado, entrando no rol dos crimes hediondos. Em seu discurso de sanção da lei, Dilma declarou que:

Em briga de marido e mulher, nós achamos que se mete a colher, sim, principalmente se resultar em assassinato. Meter a colher nesse caso não é invadir a privacidade, é garantir padrões morais, éticos e democráticos. E o estado brasileiro deve meter sim, a colher, a sociedade brasileira idem, deve meter a colher. (...) E aí eu faço um apelo, não aceitem a violência dentro ou fora de casa como algo inevitável. Não permitam que a força física ou o machismo destruam sua dignidade e até mesmo sua vida. Denuncie. Use os recursos a seu alcance e saiba que você vai ter ao seu lado o Estado Brasileiro. Quem souber de casos de violência deve denunciar. Parentes, amigos, vizinhos não devem se omitir. (Pronunciamento da presidenta Dilma Rousseff na Assinatura da Lei nº 13.104 de 9 de março de 2015).

Seu posicionamento à frente da campanha demonstrou que sua postura presidencial defendia não apenas a coibição da violência contra a mulher, mas também a prevenção e proteção das mulheres brasileiras, colocando em pauta a conscientização de todos quanto à denúncia desses casos de violência. Partindo desse pressuposto, analiso que as práticas e falas da ex-presidenta conversam com o enfrentamento à violência em seu sentido mais amplo, ou seja, com a perspectiva de que a política de combate à violência contra a mulher fosse dividida em quatro (04) eixos importantes de intervenção: combate, prevenção, assistência e garantia de direitos (OLIVEIRA, 2017). A defesa da amplitude de intervenção nesse fenômeno demonstra a percepção das suas múltiplas expressões e complexidades, além do reconhecimento das condições culturais que proporcionam a sua reprodução. Pautando a transversalidade das políticas públicas para as mulheres, Dilma buscou, nas mais diversas políticas sociais, auxiliar na ampliação da cidadania feminina.

Ao longo da década que antecedeu ao *impeachment* de Dilma Rousseff, houve alguns avanços na consolidação do combate às desigualdades de gênero e raciais através das políticas de promoção da igualdade, sobretudo a partir da criação, em 2003, das Secretarias de Promoção da Igualdade Racial, de Políticas para as Mulheres e de Direitos Humanos, depois transformados no Ministério das Mulheres, da Igualdade Racial e dos Direitos Humanos. (RANGEL e DULTRA, 2019, p. 138).

É importante comentar que a abertura política para uma nova configuração de governo impactou diretamente na condição feminina brasileira, com a promoção da institucionalização de políticas públicas para as mulheres, bem como com a aprovação e execução de leis de combate a violência doméstica e familiar contra a mulher. Oliveira (2013)

afirma que, a partir da indicação de novas formas de intervenção na realidade das mulheres brasileiras, existe o reconhecimento de outras vertentes como a incorporação das dimensões de gênero e raça, intensificando a transversalidade que tais políticas necessitam.

Nesse novo contexto, a mudança de vetor da política de Estado possibilitou a inovação ao incorporar a perspectiva de gênero e de raça. A vontade política de introduzir a dimensão de gênero nas políticas públicas e a de romper com a concepção de direitos humanos que mantinha a dimensão de neutralidade e da cidadania universal colocase como um dos pontos estruturantes dessa gestão. (OLIVEIRA, 2013, p. 323 e 324).

Ademais, houve também a inclusão das mulheres em programas sociais como prioritárias na titularidade dos benefícios, tais como o Programa Bolsa Família (Lei Federal nº 10.836/2004) e o Programa Minha Casa, Minha Vida (Lei Federal nº 11.977/2009). No Programa Bolsa Família, considerado o Programa de maior destaque dos governos petistas na promoção de distribuição de renda e diminuição da pobreza extrema mesmo que de forma paliativa, foi admitida a garantia de prioridade às mulheres no recebimento do cartão de benefício, com a expectativa de dar maior autonomia financeira às mulheres que compõem as famílias beneficiárias. Além desse, o Programa Minha Casa, Minha Vida, que dá acesso ao crédito de financiamento popular da casa própria à família de baixa renda, também passou a priorizar a titularidade feminina, ou seja, a prioridade das mulheres em ter a propriedade em seu nome e, por consequência, mais segurança às mulheres que são chefes de família.

Como política transversal também foi implementado o Programa de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (PRONATEC), capaz de inserir mais mulheres na educação e no mercado de trabalho, instituído pela Lei Federal nº 11.513/2011 e voltado para a perspectiva de empregabilidade, colocando em pauta a possibilidade das mulheres em serem protagonistas do próprio rendimento e, por consequência, romper com a dependência masculina.

Nesse contexto de inserção de demandas das mulheres nas mais diversas políticas sociais, a questão da transversalidade das políticas públicas para as mulheres implica, de acordo com Oliveira (2013):

aceitar nuances qualitativas e heterogêneas, acentuando a polissemia a outros olhares. Nesse sentido, a institucionalização de racionalidades plurais – multirreferenciais – opõe-se à supremacia ou predomínio de uma razão única – produção e compartilhamento de conhecimentos, experiências, recursos, técnicas e gestões acumulados por diferentes instituições e atores em convergência. Em especial, aqueles voltados para grupos sociais demarcados pelo preconceito e discriminação e pelas violações de direitos, como as mulheres, sobretudo as mulheres negras. Esses grupos têm dificuldades maiores para incluir legitimamente suas demandas na agenda de políticas públicas. (OLIVEIRA, 2013, p. 327).

Nesse processo de entender as demandas feministas como propostas transversais e necessárias para a efetivação dos direitos das mulheres, Dilma Rousseff reconheceu os mais diversos movimentos feministas e movimentos de mulheres em suas particularidades e, conseqüentemente, percebeu as suas diferentes demandas. Assim, entendo que, para relacionar as políticas públicas com a condição de gênero é necessário distanciá-las de qualquer aspecto de neutralidade, percebendo as especificidades das demandas em meio à dinâmica de democracia representativa em que estamos inseridos.

De acordo com Miguel (2014), o primeiro desafio foi a dificuldade em relacionar os interesses individuais de grupos com uma hipotética “vontade coletiva”, ou seja, conseguir dentro de um processo democrático e representativo, aliar os interesses de grupos específicos a uma vontade geral da população. O segundo desafio consistiu na diferenciação de prioridades dos indivíduos devido à existência de desigualdades sociais que estão presentes no Brasil, havendo uma discrepância nas decisões e anseios de indivíduos que possuem formações diferentes em sociedade e, por consequência, possuem opiniões divergentes entre si, algo que também interfere no acesso aos espaços de decisão política, facilitado para uns e dificultando para outros. Como terceiro desafio, o autor pontuou a possível manipulação nos processos de decisão e aferição da citada “vontade coletiva” (MIGUEL, 2014).

As reflexões de Miguel (2014) conversam, por exemplo, com os eventos que geraram embates entre as medidas de promoção de políticas para as mulheres de Dilma e as posturas ideológicas e conservadoras de grupos religiosos presentes em parte dos espaços de decisão política que, em diversas oportunidades, impediram o desenvolvimento de propostas relacionadas aos direitos reprodutivos das mulheres nas instâncias de decisão política, como a descriminalização do aborto.

A evidência desse fenômeno foi o pouco avanço das propostas legislativas em favor da legalização do aborto nas pautas políticas e, também, a pouca intervenção de Dilma nessa discussão, evitando a expressão de opiniões públicas sobre o tema com o receio de sofrer retaliações e perder alianças partidárias. Ademais, o tema ainda é considerado tabu diante da grande influência religiosa que o permeia, o que enfraquece e desqualifica as justificativas de priorizar os direitos das mulheres sobre os seus corpos.

Em contrapartida, as políticas relacionadas ao combate à violência sexual tiveram grandes avanços:

Os ministros Nilma Lino Gomes (Mulheres, Igualdade Racial e Direitos Humanos) e Marcelo Castro (Saúde) assinaram nesta terça-feira (8), Dia Internacional da Mulher, portaria interministerial que regulamenta a lei que prevê a realização de cirurgias

reparadoras de sequelas causadas por atos de violência contra a mulher pelo Sistema Único de Saúde (SUS). A cerimônia de assinatura foi acompanhada pela presidente Dilma Rousseff. No evento, ela ressaltou que, quando assumiu a Presidência em 2011, se comprometeu a ter "tolerância zero" com a violência contra as mulheres. Ela disse ainda que a "luta" do governo é para que as mulheres não sejam mais objeto de violência doméstica. "É completamente inaceitável que uma pessoa, pelo fato de suas características, seja submetida a atos de violência", disse. (...) "[A portaria assinada nesta terça] é uma reivindicação histórica dos movimentos feministas e hoje nós estamos cumprindo esse desejo das mulheres porque se trata de uma espécie de resgate da autoestima da mulher vítima de violência", afirmou a presidente. (G1 BRASÍLIA, 2016, sem paginação).

Com essa atitude, percebo que a ex-presidenta Dilma buscou em seus mandatos trazer elementos de combate às desigualdades de gênero, pautando com mais veemência a violência contra a mulher, a autonomia econômica e, por fim, a representatividade política de mulheres, como já foi debatida no capítulo anterior. No entanto, com a interrupção do segundo mandato em razão do processo de *impeachment* promovido pelas instâncias de decisão política do país, houve a transição precoce de governo e, sobretudo, a organização de um governo contrário ao que estava sendo promovido na gestão de Dilma.

Desse modo, pretendo apresentar a política de intervenção de Michel Temer, sucessor da ex-presidenta, levando em consideração todo o contexto político daquele momento: era um governo de substituição, composto, em sua maioria, por grupos de oposição a ela e, sobretudo, dispostos a desarticular e paralisar as políticas sociais e de garantia de direitos que estavam sendo implementadas e executadas no governo antecessor, dentre elas, as políticas públicas para as mulheres:

As consequências da ruptura institucional ocorrida em 2016 – quando do impedimento da continuidade do mandato da, então, presidenta da República, Dilma Rousseff, por uma articulação de interesses políticos de seus opositores e que, pela fragilidade das imputações de prática indevida na gestão financeira, foi amplamente identificado como um “golpe jurídico-parlamentar”, não reconhecendo a ocorrência de real crime de responsabilidade que justificasse o *impeachment* – retiraram o país do rumo como Estado Democrático de Direito para seguir por caminhos que sintonizaram o Brasil na onda conservadora verificada em outros países no mundo: a eleição de Donald Trump nos Estados Unidos, o crescimento do populismo de extrema direita em parlamentos europeus e a deposição de presidentes democraticamente eleitos na América Latina (Haiti, Honduras, Paraguai, Brasil); um fenômeno que vem sendo chamado por alguns autores de “neogolpismo” (Hirst, 2016; Milani, 2016; Reis; Soares, 2017; Cannon, 2017; Soler, 2015). (RANGEL e DULTRA, 2019, p. 135).

O contexto era de total insegurança nas políticas sociais, tendo em vista que a proposta do governo interino era de recuperar a economia com o enxugamento orçamentário da máquina pública, situação que pôde ser visualizada no mesmo período em diversos países da

América Latina que também tiveram a deposição de presidentes que eram favoráveis às causas sociais.

Como primeira medida, Temer reorganizou os ministérios de acordo com as prioridades e medidas que estavam planejadas e, com a justificativa de diminuir os custos orçamentários, extinguiu alguns ministérios, como o Ministério de Mulheres, da Igualdade Racial, da Juventude e dos Direitos Humanos, por meio de determinação de medida provisória sancionada pelo presidente interino logo nos seus primeiros dias de governo. A extinção foi precedida pela transferência da responsabilidade dessas pastas ao Ministério da Justiça, passando então a integrá-lo por meio de Secretarias Especiais, dentre elas, a Secretaria Especial de Políticas para Mulheres.

A medida significou a diminuição de importância da pasta, que possuía *status* de ministério, mas, devido à mudança, passou a ser subordinada ao Ministério da Justiça, pasta que possuía características voltadas para exclusividade em políticas repressoras, o que pressupõe a secundarização das políticas de prevenção da violência e promoção da igualdade de gênero.

Os desmontes em políticas sociais foram conduzidos de forma acelerada, recuperando problemas que já pareciam superados, a exemplo do aumento do número de miseráveis: mais de 50 milhões de brasileiros passaram a viver em situação de pobreza – renda de R\$ 387,00 reais por mês –, em 2016, de acordo com os dados publicados pelo IBGE (2017). Novas formas de opressão e subordinação das pessoas incidiam em ações concretas de ofensa às garantias e aos direitos conquistados, inclusive no texto constitucional vigente, atingindo a vida das mulheres brasileiras. Desde a ascensão de Michel Temer, foram reduzidos *status* e recursos do antigo Ministério dos Direitos das Mulheres e, em seguida, transferida sua estrutura e serviços, além do Conselho Nacional, para o Ministério da Justiça e depois ao Ministério dos Direitos Humanos, sem qualquer consulta antecedente que pudesse buscar legitimidade das mudanças. (RANGEL e DULTRA, 2019, p. 138).

Como as autoras mencionam, os ataques aos direitos sociais em sua totalidade foram reproduzidos desde o início da entrada de Michel Temer no poder, colaborando para o agravamento de problemas sociais que até então pareciam atenuados pelos governos anteriores, como a pobreza extrema. A respeito das políticas públicas para as mulheres, a desarticulação institucional tomou proporções que merecem destaque: em primeiro lugar, devo comentar sobre os cortes orçamentários que reduziram mais da metade da verba que era indicada para o atendimento à mulher:

Em relação ao governo anterior, a redução foi de 61% à verba para o atendimento à mulher em situação de violência; a assistência teve uma queda de recursos de R\$ 42,9 milhões para R\$ 16,7 milhões; as verbas das políticas de incentivo à autonomia das mulheres diminuíram 54% no orçamento. Ao reduzir drasticamente os recursos a estas políticas, o Estado acabou por sobrecarregar ainda mais as mulheres. (GONÇALVES e ABREU, 2018, p. 765)

A redução de orçamento próprio das políticas para as mulheres, aliada à inexistência de mulheres nos ministérios, bem como a extinção do Ministério de Mulheres, da Igualdade Racial, da Juventude e dos Direitos Humanos, foram o bastante para o surgimento de reações dos movimentos feministas e movimentos de mulheres por meio de protestos contra as medidas governamentais. Somado a isso, ocorreu a grande visibilidade de um crime chocante que comoveu todo o país: o caso de estupro de uma adolescente de 16 anos por 33 homens, fato este de grande repercussão por ter sido divulgado em grande escala nas redes sociais e nos veículos de comunicação. De acordo com Rangel e Dultra (2019), o caso foi encarado com silenciamento pelo então presidente, mas a pressão popular demandou medidas de intervenção:

Após dias de silenciamento oficial em relação ao crime de estupro coletivo ocorrido no Rio de Janeiro, tendo como vítima uma adolescente de 16 anos, e da posterior divulgação ampla das imagens feitas pelos autores já confessos do crime, o governo interino decidiu anunciar a referida Portaria. As competências designadas para o Núcleo criado tinham como abordagem central a questão da segurança pública com o viés punitivo e sem a articulação com as políticas públicas adotadas nos últimos 13 anos, voltadas ao enfrentamento da violência contra as mulheres, a partir da defesa de interesses e construção e planejamento das ações do Estado. (RANGEL e DULTRA, 2019, p. 139).

A portaria mencionada pelas autoras diz respeito a Portaria do Ministério da Justiça e Cidadania nº 586, responsável pela criação do Núcleo de Proteção à Mulher no âmbito do Gabinete Ministerial do Ministro Alexandre de Moraes. A proposta tinha como definição a articulação federativa para adoção de medidas de combate à violência contra as mulheres, com a participação apenas das Secretarias Estaduais de Segurança Pública e das delegacias estaduais e federais especiais de atendimento às mulheres, o que demonstra a total intenção de reduzir o combate à violência contra as mulheres para o um caráter exclusivamente repressivo, o que interfere diretamente na perspectiva das mais diversas instâncias que efetivam as políticas para as mulheres, a saber: conselhos, secretarias, núcleos e coordenadorias de políticas para as mulheres, dentre outras que não foram inseridas na proposta de núcleo implementada, o que revela a descontinuidade da organização das políticas para as mulheres. Como denota Rangel e Dultra (2019):

Notou-se, assim, a desconsideração do governo com relação ao acúmulo de políticas dedicadas ao enfrentamento de todas as formas de violência contra as mulheres, dispostas em leis, normas infra legais, construídas e consolidadas nas Conferências Nacionais realizadas desde 2003 e as diversas ações para execução do Pacto Nacional de Enfrentamento à Violência. (RANGEL e DULTRA, 2019, p. 140).

O descrédito dado às instâncias de coordenação das políticas foi encarado com estranheza pelos movimentos feministas e de mulheres, tendo em vista que os Planos Nacionais de Políticas para as Mulheres (PNPM), constituídos coletivamente nas conferências com as mais diversas propostas de intervenções de promoção da igualdade de gênero e combate à violência contra a mulher, foram desconsiderados. Além desses, o Programa “Mulher: Viver sem Violência”, instituído por Dilma em seu governo, que tinha como proposta o fortalecimento da rede de enfrentamento, não foi inserido na proposta de Núcleo de Proteção à Mulher. Segundo Rangel e Dultra (2019), a Portaria tinha por característica:

(...) a adoção de incentivo para a formação de “conselhos comunitários de segurança” voltados ao tema da prevenção e para coibir a violência doméstica e contra a mulher, negligenciando as instâncias existentes sobre a temática das mulheres nos entes federados e nas comunidades, e voltando o tema exclusivamente para o caráter repressor da violência, sem a discussão sobre a política transversal necessária ao enfrentamento, que leva em conta as marcas sociais do machismo ainda vigente com a cultura misógina e causadora da violência contra as mulheres. (RANGEL e DULTRA, 2019, p. 140).

Nesse sentido, a abordagem da proposta se insere em um processo puramente repressivo, negando as propostas de promoção da igualdade entre homens e mulheres que foram debatidas por longos anos em espaços de reflexões e debates acerca da intervenção estatal na resolução de demandas e pautas feministas.

No ano de 2018, a Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres e o Conselho Nacional da política foram transferidos para o Ministério dos Direitos Humanos (Decreto nº 9.417/2018). Com a transferência, houve a decisão de subordinar a Coordenação-Geral do Sistema Integrado de Atendimento às Mulheres Vítimas de Violência/ Central de Atendimento à Mulher – “Ligue 180” à Ouvidoria Nacional de Direitos Humanos, ocasionando a mudança de equipe para outra que já estava atuando na Ouvidoria Nacional de Direitos Humanos em outras atividades e que, diferentemente da equipe anterior, não possuía formação e especializações para atuar no atendimento às mulheres de forma mais qualificada.

Além disso, o orçamento que era destinado ao “Disque 180” foi cortado, havendo a necessidade de a equipe da Ouvidoria remanejar seu orçamento incluindo os custos da Central de Atendimento à Mulher, o que representou uma maior dificuldade no acolhimento às denúncias diárias e, conseqüentemente, provocou o enfraquecimento da política.

Com a intenção de remanejamento de custos e reformas políticas, Michel Temer defendeu, junto a sua equipe de transição e trabalho, as reformas da previdência e trabalhista. Ambas impactam diretamente na condição de vida das mulheres:

Na perspectiva de atender aos interesses dos apoiadores do governo, após o *impeachment* de 2016, foram traçadas propostas de reformas nesses dois campos para, supostamente, promoverem a atualização da legislação das relações de trabalho e viabilizar a sustentabilidade da previdência social que estaria condenada ao fim, diante de um *déficit* financeiro crescente. (RANGEL e DULTRA, 2019, p. 143).

A promoção da ideia de déficit financeiro foi o primeiro aspecto fundamental para a propaganda midiática em torno da suposta necessidade de reformas na política de previdência social e nas leis trabalhistas. No ano de 2017, foi promulgada a Lei nº 13.467, responsável pelas alterações da Consolidação das Leis Trabalhistas (CLT), com um total de 114 alterações.

Houve também a aprovação da Lei 13.429/2017, responsável por alterar as condições de terceirização do empregado. Segundo a lei, qualquer atividade de empresa pode ser subcontratada, não havendo mais restrição de contratações nas esferas públicas e privadas, o que ocasiona, de forma substancial, uma maior quantidade de trabalhadores em contratações flexíveis e inseguras, o que impacta diretamente nas condições de trabalho das mulheres brasileiras. Além dessas alterações, houve outras que impactaram diretamente na condição de gênero das mulheres trabalhadoras:

Outras mudanças decorrentes da reforma trabalhista conduzem ao aprofundamento das desigualdades no mundo do trabalho, impactando mais profundamente nas mulheres. Elas configuram grave ofensa à saúde das gestantes, lactantes e bebês, na medida em que permitem o trabalho em ambiente insalubre, sem considerar as consequências e o prejuízo à saúde da mulher e da criança. Além disso, foi alterado dispositivo que autoriza que o empregador defina o “padrão de vestimenta”, oferecendo novo risco às mulheres, em função da costumeira atitude moralmente policialesca em relação à estética feminina, inclusive no ambiente laboral. (RANGEL e DULTRA, 2019, p. 145).

A autorização do trabalho de mulheres gestantes e lactantes em locais insalubres, além da padronização de roupas no ambiente de trabalho que podem proporcionar maior incidência de abusos contra as mulheres são retrocessos que acarretam numa maior desigualdade entre homens e mulheres no âmbito público, o que denota a essência conservadora e machista¹⁷ das propostas reformistas de Michel Temer.

No que se refere a previdência social, sua reforma tem a indicação de buscar a equiparação de limite de idade para aposentadoria entre homens e mulheres, o que demonstra total desrespeito a política de isonomia que sempre existiu nessa política, condicionada a entender as particularidades femininas que comprovam a necessidade das mulheres em aposentar-se em idade menor que a dos homens, como menciona Rangel e Dultra (2019):

¹⁷ “...o machismo é definido como um sistema de representações simbólicas, que mistifica as relações de exploração, de dominação, de sujeição entre o homem e a mulher.” (DRUMONT, 1980).

Tal isonomia foi colocada em risco com a Proposta de Emenda à Constituição – PEC nº 287/2016, que concretizou a vontade do governo para a reforma previdenciária. As mulheres são as mais penalizadas com as novas regras adotadas pela reforma da previdência proposta. Nos dados consolidados pelo Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (DIEESE), em relação a elas na Previdência Social, 96% das trabalhadoras rurais conseguem aposentar-se por idade, cumprindo os 15 anos de contribuição. Para as urbanas, essa modalidade de aposentadoria alcança 44,1%, usando informações constantes do InfoLogo Previdência Social, de 2014. (RANGEL e DULTRA, 2019, p. 146).

Além da equiparação entre as idades, a obrigatoriedade da idade mínima para aposentar coloca em grande risco a possibilidade de aposentadoria com valor integral das mulheres contribuintes da previdência, acarretando a aposentadoria com renda bem abaixo da contribuição que foi feita durante os anos de empregabilidade. Nesse processo, a promoção dessa reforma demonstra o estabelecimento de uma postura de reestruturação das políticas públicas em razão de uma agenda de retrocessos nas políticas sociais, fenômeno que ocorreu em diversos países latino-americanos. Nas palavras de Rangel (2018):

(...) os processos de destituição presidencial ocorridos em países latino-americanos estabeleceram novas agendas e, no geral, frearam projetos políticos progressistas e a agenda pró-equidade de gênero, não só nos países em que os impedimentos se deram, mas em outros Estados-Nacionais da região. Na maioria dos casos, como no brasileiro, foram realizadas reformas institucionais, algumas delas atacando diretamente os direitos das mulheres. Tal mudança ocorre concomitantemente à retração da representação das mulheres na política institucionais, em especial nos mais altos cargos executivos. (RANGEL, 2018, p. 217).

A autora retoma a discussão de representatividade política das mulheres e sua relação com a promoção de políticas públicas, o que interfere diretamente em meu objeto de pesquisa. Rangel (2018, p. 224) afirma que “é necessário repensar o estado e suas possibilidades democráticas. Quanto menos presentes estiverem as mulheres na política institucional, menos possibilidades de igualdade de gênero haverá.” Como comprovação desta lógica, posso indicar como meio de análise a comparação entre os governos Dilma e Temer, ou seja, a identificação de determinações e características dos dois governos e suas semelhanças e diferenciações.

A respeito da representatividade política das mulheres, menciono o governo Dilma que obteve maior destaque na quantidade de mulheres representantes e suas posturas políticas favoráveis aos movimentos feministas e movimentos de mulheres; e o governo Temer, iniciado com um movimento de exclusão de mulheres nos espaços de decisão técnica e a promoção da subalternização de mulheres no poder em razão da desarticulação institucional em que estiveram inseridas. Nessas condições, percebi que as representatividades políticas impactaram diretamente na configuração das políticas públicas para as mulheres em ambos os governos,

entendendo que a mesma postura que foi escolhida na indicação de mulheres para cargos de confiança, também foi igualmente adotada na implementação e coordenação de políticas de interesse das mulheres e, portanto, são influenciáveis no processo de promoção ou desarticulação de políticas públicas para as mulheres.

Nos dois governos estudados, foi possível identificar posições diferenciadas no trato com as necessidades sociais. De um lado, o governo Dilma que, mesmo à beira de uma crise política, econômica e jurídica no período do segundo mandato, que acarretou em sua deposição, teve em seus dois mandatos uma postura sólida voltada para legitimação, defesa, preservação e consolidação do que havia sido constituído no governo de Lula junto aos programas sociais voltados para as mulheres; de outro, o governo Temer, o qual se instalou na gestão presidencial por meio de um processo de *impeachment* organizado e manipulado por acordos intra e extra políticos, e que tratou de efetivar medidas e ações que visavam a diminuição dos gastos orçamentários com programas sociais e desarticulação das instituições desse meio, dentre elas, as que são voltadas para a promoção dos direitos das mulheres brasileiras, tais como o combate à violência contra a mulher, as condições de trabalho e aposentadoria, autonomia e representatividade política, dentre outras.

Para entender esse movimento político e levando em consideração as formas de fazer política e o contexto inserido, entendo o Estado democrático como:

aquela fundado em torno de uma barganha política que reflete a relação contraditória entre diferentes forças sociais. Nessa abordagem, as instituições são os instrumentos de mediação de conflitos inerentes a uma barganha em torno de forças e de interesses contraditórios. É a partir das instituições do Estado que as políticas públicas são negociadas, formuladas e implementadas. (SOUZA, 2013, p. 09).

Longe de tratar dessa discussão de forma maniqueísta, entendo o Estado democrático como um espaço de disputas políticas que podem promover propostas emancipatórias e/ou excludentes, e a abordagem delas vai depender das intenções de cada grupo político que estiver governando. Desse modo, as políticas públicas vão sendo moldadas e reconstituídas de acordo com as negociações entre os grupos políticos eleitos, havendo a necessidade da gestão de mediar conflitos e buscar alianças entre os grupos para conseguir angariar aprovações de alterações ou criações de políticas públicas. Além dos grupos políticos, as negociações das políticas públicas também possuem outra peça bastante presente no cenário político atual: os grupos de interesses econômicos, que também interferem diretamente e fazem parte das instâncias políticas institucionais. Segundo Souza (2013):

Em sociedades democráticas e em sistemas capitalistas, grupos de interesses organizados, que representam tanto a sociedade como o mercado, também exercem poder de influência, de veto ou de apoio. Em outras palavras, as políticas públicas são condicionadas às interações entre economia, sociedade e política. (SOUZA, 2013, p. 10).

Parte dos retrocessos que ocorreram no governo Temer dizem respeito a alianças e acordos que foram feitos durante o processo de *impeachment*, em sua maioria, com grupos conservadores e religiosos, que estavam descontentes com os avanços das políticas de cunho emancipador e social desenvolvidas no governo Dilma. Assim, os grupos conservadores presentes no cenário político tiveram por objetivo impedir avanços nas políticas públicas para as mulheres relacionadas, principalmente, aos seus direitos reprodutivos, como a descriminalização do aborto, pauta esta que ainda não obteve avanço e, durante o mandato de Temer, foi por diversos momentos silenciada.

Em seus estudos, Pierre Bourdieu (1987) afirma que as relações de poder estão diretamente ligadas às relações de comunicação. Dentro de uma estrutura estruturante, a classe dominante utiliza-se da comunicação para legitimar a sua cultura em detrimento das outras culturas diferentes, havendo certa imposição política para legitimação da cultura dominante.

Considerando sua proposta, posso aferir que a bancada religiosa, composta por políticos que possuem crenças conservadoras, utilizaram de mecanismos políticos para impor suas ideologias a toda a população que, em parte, não segue as mesmas posturas religiosas. Assim, concluo que essa imposição ideológica, demarcada por processos excludentes e discriminatórios acerca dos direitos das mulheres e sua reprodução, aliada à pouca representatividade política das mulheres no governo Temer, demonstra o mínimo interesse da gestão do ex-presidente nas discussões políticas que venham a democratizar os direitos de igualdade de gênero, havendo o claro objetivo em desacreditar as políticas públicas para as mulheres e, por consequência, abordá-las de forma secundária e superficial nas medidas planejadas e implementadas em seu governo.

No próximo tópico, apresento uma breve reflexão acerca das reais intenções do governo em afetar significativamente a representatividade política das mulheres no cenário político e, por consequência, desarticular as políticas públicas para elas diante de um contexto de urgência da promoção de igualdade de gênero na realidade brasileira, tendo em vista os altos índices de violência contra a mulher e as desigualdades que ainda são enfrentadas nas relações cotidianas das mulheres nos espaços públicos e privados.

4.2 DESINTERESSE OU DESMONTE INTENCIONAL?

Desinteresse ou Desmonte. Essas duas palavras foram bastante designadas em diversos debates e reflexões sobre a gestão do ex-presidente Michel Temer. No entanto, as duas são propostas diversificadas e, por isso, é importante abordá-las com cautela.

Confesso que, no início da presente pesquisa, tive como hipótese confirmar o desmonte das políticas públicas para as mulheres no governo Temer, e este termo estava declarado já no início das considerações do projeto de Dissertação. Minha intenção não era incitar uma opinião ou influenciar nos resultados da pesquisa, a indicação ocorreu pelo fato de concluir que o termo já era uma condição dada ao governo Temer, como algo já definido e, logicamente, entendido pelo próprio senso comum. No entanto, percebi ao longo do percurso da pesquisa, que a política de Michel encarada como desmonte não era uma unanimidade.

Diante dos grandes avanços do conservadorismo religioso, atrelados à exposição midiática que influenciou a deposição de Dilma exposta à uma grande rejeição popular que englobou a aversão da população ao Partido dos Trabalhadores, mas também a própria condição de gênero da presidenta, entendi que era necessário deixar o termo “desmonte” para o fim da escrita, com a expectativa de trazer proposições e reflexões embasadas em diversas teorias, pesquisas e trabalhos que aqui apresentei e, por que não?, vislumbrar uma possível mudança de percepção.

A palavra desinteresse também surgiu durante a constituição da pesquisa, sendo dada a justificativa de desarticulação das políticas públicas para as mulheres no governo Temer. Na abordagem, afirmei que as ações do governante tinham por razão o desinteresse em avançar nessas políticas por ele mesmo, ou seja, tinha a ideia incorreta de que, se um governante não busca legitimar ou efetivar uma dada política, ele está desinteressado, desatento à política em questão e, portanto, seu desinteresse ocasiona retrocessos. Porém, a utilização do termo deve ser realizada com bastante cuidado, tendo em vista que, se um governante está a frente da gestão de diversas políticas públicas, ele possui intencionalidades tanto na ação, como na própria não-ação.

Dessa forma, passei a visualizar o cenário de outra maneira, entendendo que a própria omissão também pode ser considerada uma ação, capaz de ter resultados diretos, negativos ou positivos. Nesse caso, optei, também, por não utilizar o termo no início da pesquisa, entendendo que o seu significado também deve ser clareado baseado em todos os fatos que foram apresentados na escrita desta Dissertação.

O levantamento de questões acerca do Processo de *impeachment* de Dilma tem garantido diversas reflexões desde a sua aceitação no Congresso até os dias atuais. A partir das considerações que foram levantadas durante esta pesquisa, entendo que sua deposição teve caráter político e ideológico, tendo em vista as denúncias que não eram suficientes e conclusas para que houvesse a aceitação do processo, além de identificar, em diversos momentos, justificativas para aceitar o processo de *impeachment* baseadas em posturas conservadoras e religiosas, que nada tinham a ver com o conteúdo da denúncia, que indicava crime de responsabilidade.

Nesse contexto, entendo que o processo seguiu os trâmites burocráticos, no entanto teve um fim antidemocrático, no qual grupos políticos organizados realizaram acordos e alianças para efetivar tal ato e, posteriormente, angariar emendas e medidas favoráveis aos seus projetos, que faziam parte de algo maior ainda, com o propósito de frear, drasticamente, todos os programas sociais e projetos voltados para as classes populares, projeto este que necessitava de um político que pudesse abrir as possibilidades de reestruturação das políticas e, sobretudo, que fosse favorável às reformas que estavam sendo defendidas pelos grupos políticos tradicionais e conservadores do país.

A figura escolhida para tal ato foi Michel Temer, político que estava na vice-presidência na gestão de Dilma Rousseff por mera aliança política entre PT e PMDB, no entanto, não obteve participação significativa nos dois mandatos por ter posicionamentos divergentes aos da presidenta, fato este que foi reconhecido por ele mesmo em carta escrita e destinada à gestora. No conteúdo da carta¹⁸, Temer relatou a insatisfação por ter pouca participação nas decisões e ações durante o governo Dilma, alegando que esteve como “vice decorativo” no primeiro mandato da presidenta, com pouquíssimo protagonismo político (*Site G1*, 2015). A carta foi enviada à presidenta poucos meses antes da sua deposição, o que evidenciou o início de uma crise política que traria diversos desafios para ela, findando em sua retirada do poder.

Pautando as questões em torno da condição feminina, é perceptível que, inicialmente, o primeiro ponto atingido na transição do governo Dilma para o de Temer foi a representatividade política que a presidenta expressava para as mulheres brasileiras por estar no maior cargo de importância política do país. Durante os acirrados debates que ocorriam no

¹⁸ “Ainda vice-presidente, Temer mandou uma carta para a então presidente Dilma Rousseff. Nela, usando expressões em latim, ele argumentou que a presidenta o via e ao PMDB com “desconfiança” e que ocuparia papel de ‘vice decorativo’ no governo. Ainda assim, disse que lhe era ‘leal’.” As cartas de Temer. Disponível em: < <https://oglobo.globo.com/brasil/as-cartas-de-temer-22469825> >.

Congresso acerca da legitimidade do governo de Dilma, bem como nas exposições midiáticas sobre o processo de *impeachment* que geravam opiniões populares contrárias ou favoráveis a retirada de poder da gestora, era perceptível que, em diversos momentos, a condição de gênero de Dilma foi utilizada de forma negativa para desqualificar sua governabilidade.

Ofensas relacionadas à sua aparência física, comportamentos e discursos; foram rotineiros, uma verdadeira exposição crua do machismo que se perpetua enraizado na sociedade brasileira. Por esse motivo, a deposição de Dilma significou, por assim dizer, a vitória parcial dos grupos reacionários que tinham repulsa de ver uma mulher representando o país em cargo de autoridade pública e, para além disso, buscavam a retomada de poder diante de 13 anos de governos populares.

Para o efetivo andamento do processo de *impeachment* nas instâncias de decisão política, era necessário a efetivação de alianças, que serviriam para angariar votos de aceitação do processo no Congresso Nacional e, a partir daí, seria possível a deposição de Dilma. Por esse motivo, percebi que o processo de destituição, por ter sido desenvolvido em meio a acordos e jogos de interesses individuais e coletivos de grupos¹⁹, foi um golpe disfarçado no jogo democrático, levando em consideração que, em vez do processo ter sido avaliado por seu conteúdo, foi aferido a partir das necessidades políticas dos parlamentares que estavam com poder de voto, com a criação de alianças e acordos para posterior troca de favores.

Assim, ao invés de se reproduzir uma política baseada no jogo democrático que respeita a escolha da maioria da população nas urnas eleitorais mesmo havendo acirrada oposição partidária presente nos espaços de decisão, a ordem política do momento era a possibilidade de retirar o poder da presidenta e, junto com isso, fragilizar os programas sociais e populares tão caros à trajetória política do PT nos governos de Lula e Dilma.

Em meio a conjuntura de políticas sociais pertinentes às causas populares e dos movimentos sociais, as políticas públicas para as mulheres também foram desarticuladas em caráter institucional, orçamentário e representativo, como já foi apresentado em tópicos anteriores deste trabalho. O impacto da transição de governo foi generalizado nessa área de política social, tendo em vista o seu caráter transversal que deu base às ações governamentais de combate à violência contra a mulher e busca pela autonomia feminina, a qual possibilitou a priorização feminina em programas de assistência social e de habitação, por exemplo.

19 “Defensores de valores cristãos, da preservação do status quo nas zonas rurais e do incremento da repressão à criminalidade passaram a ocupar mais assentos no parlamento brasileiro (a chamada “bancada BBB” – Bíblia, Boi e Bala)” (QUADROS E MADEIRA, 2018).

Com isso, a quebra da transversalidade dessas políticas no contexto do governo Temer, o qual objetivou essencializar o caráter punitivo e repressivo no combate à violência contra a mulher sob a coordenação do Ministro Alexandre de Moraes e, posteriormente, sendo transferidas ao comando do Ministério dos Direitos Humanos, demonstra um verdadeiro desmonte de toda a estrutura das políticas públicas para as mulheres, que haviam sido constituídas por meio de debates coletivos entre movimentos feministas e movimentos de mulheres, órgãos de fiscalização e controle das políticas e gestores governamentais.

Levando em consideração que, antes da desarticulação das políticas públicas para as mulheres foram feitos acordos políticos para a deposição de Dilma com os grupos que compõem as instâncias de decisão política, concluo, então, que os retrocessos gerados com a desarticulação das políticas faziam parte dos acordos previamente realizados no aparato estatal durante o processo de *impeachment*. Ora, se grupos religiosos e fundamentalistas barraram a descriminalização do aborto no Congresso no pós-*impeachment*, com o total apoio do ex-presidente Michel Temer, posso concluir que a troca de favores foi plenamente consumada nesse exemplo, o que pressupõe, de fato, um desmonte planejado das estratégias feministas na intervenção política.

A existência do golpe pressupõe um Estado autoritário, que rompe com as instituições democráticas, que viabiliza a disputa de interesses opostos e a possibilidade de constituir alianças e posteriores negociações com tudo que pode ser gerido no país. Percebendo essa lógica, é perceptível que não é uma questão de desinteresse de gestão, pelo contrário, cada ação do governo demanda uma intencionalidade, em um contexto no qual a organização política brasileira colabora para efetivação de jogos de interesse que pendem para grupos econômicos, os quais possuem a interesse de maximizar os seus lucros em detrimento das políticas públicas e, por isso, interferem diretamente no jogo político que, às duras penas, ainda se denomina democrático.

Assim, reafirmo que o país, diante da posse presidencial de Michel Temer no ano de 2016, pôde vivenciar o início de um desmonte intencional, planejado por grupos políticos e econômicos com o propósito de barrar as diversas políticas sociais que estavam sendo desenvolvidas durante os 13 anos de governo popular, afetando diretamente a vida das mulheres brasileiras, com a desarticulação das políticas públicas para as mulheres, seus cortes orçamentários e a fragilidade da representatividade política feminina que teve início a partir da deposição de Dilma Rousseff do poder.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A presente pesquisa teve por objetivo analisar como se configura a representatividade política das mulheres no governo Temer e quais os seus efeitos nas políticas públicas para as mulheres no Brasil. Para tanto, sua constituição se deu a partir de reflexões, análises, abordagens teóricas e, sobretudo, entendimentos acerca das ações governamentais de Michel Temer relacionadas a representatividade política das mulheres e a reestruturação das políticas públicas para esse público, o que demandou a análise do governo antecessor, este comandado por Dilma Rousseff.

A abordagem foi realizada trazendo à tona a discussão sobre a inserção das mulheres na política brasileira, em um contexto que tem como base a relação entre Estado e Feminismo, dentro de uma conjuntura que gera diversos embates nos movimentos feministas e movimentos de mulheres acerca da integração das mulheres militantes na política e a autonomia dos movimentos.

Refleti sobre a representatividade política das mulheres expressada durante os governos Dilma e Temer e, com relação ao de Dilma, pude identificar alguns acontecimentos que foram relevantes para concluir que seu governo teve maior abertura política para as mulheres brasileiras e, por consequência, maior representatividade política. A primeira foi a nomeação da primeira presidenta mulher do país, Dilma Rousseff, que disputou sua primeira eleição e obteve resultado que garantiu sua vitória presidencial contra José Serra, político tradicional do PSDB que já se candidatou por diversas vezes.

Em segundo lugar, os discursos oficiais de Dilma durante o seu percurso presidencial, os quais promoviam a importância de haver uma mulher no cargo de autoridade máxima do país. Somado a isso, a maioria das mulheres que fizeram parte de seu governo possuíam históricos que condiziam com as funções para as quais foram delegadas e, boa parte delas, participou de movimentos sociais e tinham históricos de militância política e defesa dos direitos das mulheres. No entanto, percebi que no segundo mandato, devido a fragilidade popular e partidária de Dilma, a ex-presidenta necessitou buscar mais alianças políticas e, por consequência, houve a diminuição de mulheres nos espaços de decisão técnica do país. Mesmo assim, a inserção de mulheres ainda era significativa se comparada aos governos anteriores.

Em comparação à gestão de Dilma, constatei que no Governo de Michel Temer houve uma significativa diminuição na quantidade de mulheres nos Ministérios, chefias de empresas públicas e em cargos de coordenação de políticas públicas. Ademais, o ex-presidente tratou de subordinar as pastas que eram chefiadas por mulheres à pastas comandadas por

homens, o que demonstra, de fato, a intenção de reduzir a posição feminina à papéis secundarizados e subordinados.

Observei, também, maior presença de mulheres defendendo ideias conservadoras e contrárias às demandas e propostas dos movimentos feministas, uma delas assumindo a pasta de maior interesse feminista, a Secretaria de Políticas para Mulheres coordenada pela Secretaria Fátima Pelaes. Em caso de mulheres nomeadas e que se opuseram às práticas reformistas no Governo Temer, algumas delas foram exoneradas dos cargos de confiança, o que significa que, para garantir a permanência nos cargos, as mulheres representantes nos âmbitos técnicos precisavam estar em concordância com os ideais vigentes no Governo de Temer, o que limitava as ações e práticas delas.

Diante das conclusões citadas, houve uma sequência cronológica de fatos que colaboraram para aferi-las: primeiro, ocorreu a ascensão política das mulheres no governo Dilma e, por consequência, um maior desenvolvimento das políticas públicas para as mulheres. Logo depois houve a deposição do governo Dilma devido ao processo de *impeachment*, e a posterior posse interina do ex-presidente Michel Temer com a redução de mulheres nas instâncias de poder político e desarticulação das políticas que estavam sendo desenvolvidas no governo Dilma, o que demonstra o desmonte na constituição das políticas públicas para as mulheres do Brasil.

Portanto, a partir do estudo dos governos citados, foi possível identificar que o movimento de transição da gestão de Dilma para a de Temer representou o início de um desmonte intencional das políticas públicas para as mulheres brasileiras, planejado por grupos políticos e econômicos com o propósito de barrar as diversas políticas sociais que haviam sido desenvolvidas e implementadas durante os 13 anos de governo popular no país sob o comando de Lula e Dilma, além da intenção de enfraquecer a figura política da ex-presidenta em virtude dos sentidos emancipatórios de gênero que são expressos na sua eleição legítima e democrática por dois mandatos enquanto primeira mulher presidenta do Brasil.

A demarcação cronológica da pesquisa é pertinente aos governos Dilma e Temer, no entanto percebo a necessidade de abordar a atual conjuntura política do país, tendo em vista que a condição de desmonte das políticas públicas que se iniciara no governo Temer vem sendo perpetuada no governo do atual presidente, Jair Messias Bolsonaro, filiado ao Partido Socialista Cristão (PSL).

Com o processo de *impeachment* e a substituição de Dilma, os movimentos feministas e movimentos de mulheres preocuparam-se com as condições políticas e possibilidades de intervenção no cenário político diante da pouca adesão política do Governo

Temer às demandas feministas. Naquele momento, era quase inimaginável que, hoje, o país estaria em condições muito mais desfavoráveis às propostas feministas, sob o comando do ex-deputado federal Bolsonaro, político de carreira que possui uma coleção de polêmicas devido a posturas e discursos fortemente irrigados de preconceitos, conservadorismo e violência nas suas mais variadas formas.

Em primeiro lugar, sua vitória presidencial choca diante dos diversos casos de machismo e violência que protagonizou durante seus mandatos enquanto deputado federal. Para citar um exemplo, destaco o momento em que ficou reconhecido pela declaração mais cruel durante a votação de *impeachment* de Dilma Rousseff, ao dedicar seu voto a favor da destituição de Dilma como uma homenagem à memória do Coronel Carlos Alberto Brilhante Ustra, responsável pela série de torturas que a ex-presidenta sofreu durante o Golpe de 1964.

Mesmo com posicionamentos mais reacionários e contrários ao viés democrático, no qual, por vezes, reafirmava sua simpatia com os regimes militares, Bolsonaro está dando continuidade às medidas que haviam sido iniciadas no governo de Michel Temer, como a reforma da previdência. Recentemente, o ex-presidente Temer avaliou o desenvolvimento do governo Bolsonaro como bem-sucedido por estar dando continuidade às suas medidas: “Eu me recordo, quando presidente da República, eu dizia: ‘olha, será bem-sucedido o presidente que der sequência àquilo que estou fazendo’. Do jeito que as coisas vão indo, o governo vai bem, porque está dando sequência ao nosso governo” (EXAME, 2019).

A abordagem das políticas públicas para as mulheres no governo atual também adentrou na lógica de continuidade de Temer, no entanto, é necessário refletir sobre as novas configurações e composição de governo. Nesse cenário, as atividades dos movimentos feministas e movimentos de mulheres estão sendo manifestadas com mais intensidade nas ruas do que nos cargos políticos.

Devido aos retrocessos que surgiram durante o governo de Temer e suas continuidades no governo Bolsonaro de forma mais reacionária, os movimentos estão traçando novas estratégias para intervir na realidade do governo brasileiro. Além disso, desde o processo de *impeachment*, houve um aumento de produção científica relacionado a temática de gênero e representatividade política, o que significa maior inserção das mulheres nas discussões políticas de gênero, a partir da criação de um arcabouço teórico sobre o tema, que até então era pouco visado na comunidade científica.

Isto posto, concluo que, mesmo em meio aos retrocessos postos cotidianamente na relação entre as mulheres e a política, os movimentos de mulheres e movimentos feministas, bem como a comunidade científica de mulheres, estão reagindo e buscando novas formas de

pensar coletivamente sobre a representatividade política das mulheres no contexto brasileiro atual.

REFERÊNCIAS

BARDIN, Laurence. **Análise de Conteúdo**. Lisboa: Edições 70, 2009.

BENEVIDES, Marinina Gruska. **Os direitos humanos das mulheres: transformações institucionais, jurídicas e normativas no Brasil**. Fortaleza: EdUECE, 2016.

BLOCH, Marc. “Pour une histoire comparée des sociétés européennes”. **Revue de Synthèse Historique**, v.9, n. 6, p. 15-50, 1928.

BRASIL. Lei Federal nº 11.340/06, de 7 de agosto de 2006. Cria mecanismos para coibir a violência doméstica e familiar contra a mulher. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Brasília, 7 ago. 2006.

_____. Lei Federal nº 7.353/85, de 29 de agosto de 1985. Cria o Conselho Nacional dos Direitos da Mulher – CNDM e dá outras providências. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Brasília, 29 ago.1985.

_____. Lei Federal nº 13.104/15, de 9 de março de 2015. Altera o art. 121 do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 - Código Penal, para prever o feminicídio como circunstância qualificadora do crime de homicídio, e o art. 1º da Lei nº 8.072, de 25 de julho de 1990, para incluir o feminicídio no rol dos crimes hediondos. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Brasília, 9 mar. 2015.

_____. **Política Nacional de Enfrentamento a Violência Contra as Mulheres**. Brasília:[s.n], 2011.

CISNE, Mirla; GURGEL, Telma. Feminismo, Estado e Políticas Públicas: desafios em tempos neoliberais para a autonomia das mulheres. **SER Social**, v.10, n. 22, p.45-49, 2008.

COTTA, Maurizio. Representação política. In: BOBBIO, Norberto; MATTEUCCI, Nicola; PASQUINO, Gianfranco. **Dicionário de política**. 4 ed. Brasília: EdUNB, 1992.

DELGADO, Maria Berenice Godinho; SOARES, Vera. O Movimento de mulheres na transição democrática brasileira. In: HELLMANN, Michaela. **Movimentos Sociais e Democracia no Brasil: sem a gente não tem jeito**. São Paulo: Marco Zero, 1995.

FLORINDO, Glauber Miranda. O método comparado na História: das problemáticas às novas propostas. **Revista de Ciências Humanas**, Viçosa, v. 13, n. 2, p. 379-390, 2013.

GIL, Antônio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

GONÇALVES, Renata; ABREU, Suellen. Do plano nacional de políticas para as mulheres ao “machistério” de Temer. **Revista de Políticas Públicas**, São Luís, v. 22, n. 2, p.33-39, 2018.

GONDIM, Linda Maria Pontes. **Pesquisa em ciências sociais: o projeto da dissertação de mestrado**. Fortaleza: EdUFC, 1999.

GORTÁZAR, Ignacio Olabárrri. Qué historia comparada. **Studia Historica-Historia Contemporánea**, v 10, n.8, p. 33-75, 1992.

GROSSI, Miriam Pillar. A Revista Estudos Feministas faz 10 anos: uma breve história do feminismo no Brasil. **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 12, n.5, p. 211-222, 2004.

KERCHE, Fábio. Ministério Público, Lava Jato e Mãos Limpas: Uma abordagem institucional. **Revista Lua Nova**, São Paulo, v.6, n. 105, p. 255-286, 2018.

MARTINELLI, Maria Lúcia. **Pesquisa qualitativa: um instigante desafio**. São Paulo: Veras, 1999.

MELO, Hildete Pereira de; PISCITELLI, Adriana. **Olhares feministas**. Brasília, DF: UNESCO, 2006.

MIGUEL, Luis Felipe. **Democracia e Representação: territórios em disputa**. São Paulo: EdUnesp, 2014.

OLIVEIRA, Eleonora Menicucci. O golpe e as perdas de direitos das mulheres. GONDIM, Linda Maria Pontes. **Pesquisa em ciências sociais: o projeto da dissertação de mestrado**. Fortaleza: EdUFC, 1999.

OSTERNE, Maria do Socorro Ferreira. **Família, pobreza e gênero: o lugar da dominação masculina**. Fortaleza: EdUECE, 2001.

PINTO, Céli Regina Jardim. **Uma história do feminismo no Brasil**. São Paulo: Perseu Abramo, 2003

_____. Feminismo, história e poder. **Revista de Sociologia e Política**, Curitiba, v. 18, n.36, p. 15-23, jun. 2010.

PONTES, Denyse; DAMASCENO, Patrícia. **As políticas públicas para mulheres no Brasil: avanços, conquistas e desafios contemporâneos**. Florianópolis:[s.n], 2017.

QUADROS, Marcos Paulo dos Reis; MADEIRA, Rafael Machado. Fim da direita envergonhada? Atuação da bancada evangélica e da bancada da bala e os caminhos da representação do conservadorismo no Brasil. **Revista Opinião Pública**. Campinas, v. 24, n. 3, p. 486-522, set-dez. 2018.

RANGEL, Patrícia; DULTRA, Eneida Vinhaes Bello. Engolidas pela onda azul: um ensaio sobre a retração de direitos das mulheres no contexto pós-impeachment de Dilma Rouseff. **Plural**, São Paulo, v.26, n.1, p.133-154, 2019.

ROVAI, Renato. **GOLPE 16**. São Paulo: Publisher Brasil, 2016.

RUBIM, Linda; ARGOLO, Fernanda. **O Golpe na Perspectiva de Gênero**. Salvador: EdUFBA, 2018.

SARAVIA, Enrique; FERRAREZI, Elisabete. **Políticas públicas: coletânea**, v. 2. Brasília: ENAP, 2006.

SCHUMACHER, Schuma; CEVA, Antônia. **Mulheres no poder:** trajetórias na política a partir da luta das sufragistas do Brasil. Rio de Janeiro: Edições de Janeiro, 2015.

SCHURSTER, Karl. A História do Tempo Presente, o método comparativo e o debate sobre os fascismos. **Aedos**, v. 7, n.9, p. 423-440, 2015.

SOUZA, Celina. Políticas Públicas: uma revisão da literatura. **Sociologias**, Porto Alegre, v. 8, n. 16, p. 20-45, jul./dez., 2006.